

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**CONVÊNIO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

ANA CELESTE INDOLFO

**O USO DE NORMAS ARQUIVÍSTICAS NO ESTADO BRASILEIRO:
uma análise do Poder Executivo Federal**



Niterói

Rio de Janeiro

2008

ANA CELESTE INDOLFO

**O USO DE NORMAS ARQUIVÍSTICAS NO ESTADO BRASILEIRO:
uma análise do Poder Executivo Federal**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: O conhecimento da informação e a informação para o conhecimento

Linha de pesquisa: Informação, Conhecimento e Sociedade

Orientador: Prof. Doutor José Maria Jardim

Niterói, RJ

2008

I41 INDOLFO, Ana Celeste

O uso de normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal/ Ana Celeste Indolfo; orientador José Maria Jardim. 2008
235 f, 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, RJ, 2008.

Bibliografia: f 163-177

1. Normas arquivísticas. 2. Políticas públicas arquivísticas.
3. Poder Executivo Federal – Brasil. I. Título

.....CDD 350.714

ANA CELESTE INDOLFO

**O USO DE NORMAS ARQUIVÍSTICAS NO ESTADO BRASILEIRO:
uma análise do Poder Executivo Federal**

Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, aprovada pela

BANCA EXAMINADORA

Prof. Doutor José Maria Jardim - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Doutora Sandra Lúcia Rebel Gomes
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Doutora Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Doutor Sérgio Conde de Albite Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Doutora Rosa Inês de Novais Cordeiro - Suplente
Universidade Federal Fluminense

Niterói, RJ, 26 de fevereiro de 2008

Dedico esta dissertação aos meus alunos e alunas pela permissão de ensinar o pouco que sei, aprendendo com eles muito daquilo que ainda não sei e procurando passar o que os meus mestres me ensinaram. A aprendizagem só é possível com o direito de errar, com o diálogo com as incertezas e com a tolerância com as dúvidas.

AGRADECIMENTOS

Se não tivesse a ajuda de modelos e outros apoios, sei que não teria podido ‘levar a cabo’ esta investigação que agora submeto a julgamento. Recorri, por diversas vezes, a citações de autores expressivos como forma de validar o que gostaria de dizer e que não sabia tão bem expressar. Agora, peço licença pela livre adaptação de suas palavras para agradecer aquelas pessoas que muito colaboraram para a construção desta dissertação.

Confesso que devo muito ao meu orientador, Professor Doutor José Maria Jardim, mas também ao amigo Zé Maria, uma vez que ele que sempre me incitou ao trabalho de pesquisa.

Mas devo muito, também, à sua obra. Que ele me perdoe se me afasto do seu sentido ou se me desvio do rigor dos seus textos, que hoje nos dominam.

Foram eles que me ensinaram a analisar um discurso de forma completamente diferente da *exegese* tradicional ou do *formalismo* lingüístico.

Mas é ele quem sempre me faz, e cada vez mais, escrever pensando que o leitor precisa ‘respirar’, levando-me a escrever orações mais curtas e diretas, tornando os parágrafos menores.

Ensinou-me, ainda, a editar um discurso e a transformar as relações com o instituído. Tudo isso numa idade em que eu não pensava que escrever fosse um prazer.

Dado que lhe devo tanto, é na sua direção, onde ao mesmo tempo experimentei sua generosidade intelectual, sua sinceridade visceral, sua atenção especial, sua gentileza extrema, sua enorme compreensão e sua indulgência para com a minha própria imperfeição, que agora coloco o resultado desta pesquisa.

É por essa razão que por dele ter recebido, sem dúvida, o sentido e a possibilidade daquilo que faço e por ter-me, muitas vezes, esclarecido quando eu tateava às cegas, que o evoco a uma certa cumplicidade ao terminar a apresentação desta dissertação, apesar de que assumo inteira responsabilidade pelas falhas existentes.

Zé, obrigado por me incentivar a trilhar esse caminho!

Percorrer esse caminho foi um tanto mais agradável graças a sua breve companhia, obrigada Maria Odila por acreditar que eu poderia ‘tirar de letra’. Ah! Se todos fossem iguais a você, Bila, os percursos acadêmicos seriam mais leves, amenos e repletos de bom humor.

Agradeço aos professores do PPGCI com os quais pude dialogar sobre os caminhos desta pesquisa, em especial, Lúcia Silva de Freitas, Lena Vânia Ribeiro Pinheiro e Geraldo Prado.

As coordenadoras do PPGCI, as professoras Sandra Rebel Gomes e Rosa Inês de Novais Cordeiro, pela atenção que sempre me dispensaram e por terem aceitado, tão gentilmente, compor a banca examinadora da qualificação e da defesa.

Aos colegas do PPGCI com os quais, logo de início, a empatia promoveu diálogos reconfortantes e discussões enriquecedoras. Em especial, agora, mais no final do percurso, ao Eliezer Pires, pelos bate-papos virtuais que tornaram a *via crucis* acadêmica menos solitária e mais solidária.

Ao Sérgio Albite, meu ex-aluno, hoje Doutor e integrante da banca examinadora, parabéns pela sua trajetória profissional, que ela sirva de exemplo para os nossos alunos. Obrigado pelas dicas, sem elas os gráficos não teriam sido confeccionados.

À Vera Dodebei, colega de longa data na UNIRIO, por ter sempre me incentivado e por ter aceitado tão gentilmente vir as terras de Araribóia fazer parte da banca.

À Vera Hess, colega de longa jornada no cenário arquivístico e amiga sempre atenta, pela correção detalhada de meus escritos, sem a qual eles ficariam com bem menos vírgulas, letras maiúsculas e pontos finais, que só você consegue perceber e assinalar, tal e qual você faz com seus maravilhosos e trabalhosos 'patch work'.

À Beth Maçulo, pelas correções das referências bibliográficas, sempre tão detalhadas.

E ainda a Cristina Ruth, Beatriz Monteiro, Ana Lúcia Jatahy, Maria Lúcia Cerutti, Sonia Medeiros, Kenya Ponciano, Sátiro Nunes, Carlos Ditadi e Sérgio Lima, pelo interesse e pela torcida silenciosa que mantiveram, colaborando para que o tempo e o cansaço não abalassem o meu ânimo e entusiasmo.

À minha mãe e ao meu irmão, pela compreensão com o meu afastamento temporário das atividades familiares e pelo carinho e pela preocupação constantes, demonstrados de forma tão discreta.

À minha família carioca, formada pelos amigos e amigas que tão bem me acolheram nesta cidade maravilhosa e que hoje fazem parte da minha vida, sem a qual a minha história não teria sido a mesma.

E por último, não em escala de ordem, mas pela importância que tem na minha vida profissional, agradeço ao Arquivo Nacional, instituição que me ofereceu muitas oportunidades de crescimento e aperfeiçoamento (inclusive a realização deste Mestrado), onde aprendi quase tudo que sei sobre os arquivos públicos, onde compartilhei importantes avanços da Arquivologia no Brasil e onde desejo continuar colaborando para que novas e mais amplas conquistas sejam introduzidas na área do saber (e do fazer) arquivístico.

Tem dias que eu fico
pensando na vida
e sinceramente
não vejo saída.
Como é, por exemplo
que dá pra entender
a gente mal nasce
começa a morrer.
Depois da chegada
vem sempre a partida
porque não há nada
sem separação.

Sei lá, sei lá
a vida é uma grande ilusão.
Sei lá, sei lá
só sei que ela está com a razão.

A gente nem sabe
que males se apronta
fazendo de conta
fingindo esquecer.
Que nada renasce
antes que se acabe
e o sol que desponta
tem que anoitecer.
De nada adianta
ficar-se de fora
a hora do sim
é um descuido do não.

Sei lá, sei lá
só sei que é preciso paixão.
Sei lá, sei lá
a vida tem sempre razão.

(Sei lá ... a vida tem sempre razão
de Vinicius de Moraes e Toquinho)

RESUMO

Examina o alcance das normas arquivísticas, instituídas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), no quadro geral da formulação e implantação de políticas públicas arquivísticas. O estudo analisa os órgãos do Poder Executivo Federal que, no período de 1996 a 2006, adotaram os instrumentos de classificação e avaliação de documentos. Contextualiza o conceito de informação e da evolução da Ciência da Informação. Reconhece no surgimento do conceito de gestão de documentos uma renovação epistemológica da Arquivologia. Apresenta os fundamentos da classificação dos documentos de arquivo e os princípios que norteiam a prática arquivística da avaliação. Adota um quadro conceitual sobre o Estado como campo informacional, as políticas públicas de informação e as políticas públicas arquivísticas. Discute a conceituação de norma em diversos campos do conhecimento para a compreensão do alcance e da intensidade das normas arquivísticas. Descreve o cenário e os agentes da política nacional de arquivos. Analisa a atuação do Arquivo Nacional no desenvolvimento das atividades de gestão de documentos junto aos órgãos do Poder Executivo Federal. Expõe a situação dos serviços arquivísticos federais, nos anos de 1980, para verificar as transformações ocorridas no cenário arquivístico federal, decorridos 10 anos da elaboração e aplicação dos instrumentos normativos de gestão de documentos.

Palavras-chave: Normas arquivísticas. Políticas públicas arquivísticas. Poder Executivo Federal. Conselho Nacional de Arquivos. Arquivo Nacional.

RESUMEN

Examina el alcance de las normas archivísticas, instituidas por el Consejo Nacional de Archivos (CONARQ), en el cuadro general de la formulación e implantación de las políticas públicas archivísticas. El estudio analiza los órganos del Poder Ejecutivo Federal que, en el período de 1996 a 2006, adoptaron los instrumentos de clasificación y de valoración y selección de documentos. Contextualiza el concepto de información y la evolución de la Ciencia de la Información. Reconoce en el surgimiento del concepto de gestión de documentos una renovación epistemológica de la Archivología. Presenta los fundamentos de la clasificación de los documentos de archivo y los principios que orientan la práctica archivística de la valoración y selección. Adopta un cuadro conceptual sobre el Estado como campo informacional, las políticas públicas de información y las políticas públicas archivísticas. Discute la conceptualización de normas en diversos campos del conocimiento para la comprensión del alcance y de la intensidad de las normas archivísticas. Describe el escenario y los agentes de la política nacional de archivos. Analiza la actuación del Archivo Nacional de Brasil en el desarrollo de las actividades de gestión de documentos junto a los órganos del Poder Ejecutivo Federal. Expone la situación de los servicios archivísticos federales, en los años de 1980, para verificar las transformaciones que ocurrieron en el escenario archivístico federal, pasados 10 años desde la elaboración y de la aplicación de los instrumentos normativos de gestión de documentos.

Palabras Clave: Normas archivísticas. Políticas públicas archivísticas. Poder Ejecutivo Federal. Consejo Nacional de Archivos. Archivo Nacional de Brasil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Poder Executivo Federal (Fonte Rede Governo).....	106
Quadro 2 – Número de órgãos do Poder Executivo Federal segundo natureza jurídica.....	106
Quadro 3 – Estrutura organizacional do Poder Executivo Federal (Base SIORG): número de órgãos segundo a natureza jurídica e caracterização legal.....	107
Quadro 4 – Estrutura organizacional do Poder Executivo Federal (Base SIORG): número de órgãos subordinados, vinculados e descentralizados.....	107
Quadro 5 – Comparação da distribuição das entidades da administração indireta.....	109
Quadro 6 – Número de entidades integrantes da APF vinculadas à PR e aos Ministérios (Decreto nº 6.129 de 2007).....	109
Quadro 7 – Número de órgãos que receberam orientação técnica no âmbito da gestão de documentos (no período de 1996 a 2006).....	128
Quadro 8 – Número de órgãos assistidos segundo a natureza jurídica.....	129
Quadro 9 – Elaboração de tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, referentes às atividades-fim, pelos órgãos do PEF, com acompanhamento e aprovação do Arquivo Nacional.....	130
Quadro 10 – Número de Listagens de Eliminação de Documentos dos órgãos do PEF aprovadas pelo AN segundo informações dos Relatórios Anuais de Atividades do AN.....	131
Quadro 11 – Relação nominal dos órgãos do Poder Executivo Federal cuja aprovação das Listagens de Eliminação de Documentos consta dos Relatórios Anuais de Atividades do AN.....	131
Quadro 12 – Comparação entre o número de Editais de Ciência de Eliminação publicados: Pesquisa no DOU e no portal do SIGA.....	132
Quadro 13 – Recolhimento ao AN de documentos de órgãos extintos e empresas liquidadas.....	133

Quadro 14 – Capacitação de recursos humanos do PEF no âmbito da gestão de documentos.....	134
Quadro 15 – Resultado da enquete realizada no Workshop.....	136
Quadro 16 – Situação geral dos arquivos nos anos de 1980 (GIFE e DASP).....	138
Quadro 17 – Percentual de arquivos que realizavam atividades de avaliação de documentos nos anos de 1980.....	138
Quadro 18 – Síntese do Diagnóstico geral elaborado pelo Cadastro Nacional de Arquivos Federais.....	140
Quadro 19 – Síntese da situação dos serviços arquivísticos federais (Fonte: Oliveira, 1997).....	142
Quadro 20 – Percentual de órgãos que receberam assistência técnica do AN na área de gestão de documentos (período de 1996 a 2006).....	143
Quadro 21 – Síntese da pesquisa realizada nos Ministérios (Fonte: Sousa, 2006).....	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de órgãos do PEF que receberam assistência técnica em relação ao total de órgãos assistidos.....	144
Gráfico 2 - Percentual de órgãos do PEF que receberam assistência técnica sobre o total de órgãos da estrutura do PEF, segunda Base SIORG.....	144
Gráfico 3 – Número de órgãos do PEF que receberam assistência técnica por ano.....	145
Gráfico 4 – Percentual de órgãos de outros Poderes que receberam assistência técnica.....	146
Gráfico 5 – Número de Editais de Ciência de Eliminação publicados no D.O.U.....	148
Gráfico 6 – Prestação de assistência técnica do AN para elaboração de Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim.....	151
Gráfico 7 – Avaliação dos Ministérios quanto à assistência técnica recebida.....	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 INFORMAÇÃO: ENFOQUES E CONCEITOS	22
2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	28
2.1 IDÉIAS DE PAUL OTLET.....	29
2.2 ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO NORTE-AMERICANO...	31
2.3 DEFINIÇÕES E CONCEITOS.....	33
2.4 MARCOS HISTÓRICOS.....	37
3 GESTÃO DE DOCUMENTOS: UMA RENOVAÇÃO EPISTEMOLÓGICA NO UNIVERSO DA ARQUIVOLOGIA	42
3.1 CONCEITO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.....	43
3.2 DIFUSÃO DO CONCEITO E OS ENFOQUES.....	46
3.3 RENOVAÇÃO EPISTEMOLÓGICA.....	52
3.4 CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS.....	54
3.4.1 Classificação de documentos arquivísticos: fundamentos, escolhas e polêmicas.....	59
3.4.2 Avaliação de documentos arquivísticos e suas implicações: testemunho, perda, memória e história.....	62
4 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO	66
4.1 ESTADO COMO CAMPO INFORMACIONAL.....	67
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	74
4.2.1 Políticas públicas de informação.....	80
4.2.2 Políticas públicas arquivísticas.....	83

5	NORMA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL.....	86
6	CENÁRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS.....	96
6.1	ESTADO BRASILEIRO: CONFIGURAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA.....	96
6.2	PODER EXECUTIVO FEDERAL.....	100
6.2.1	Aspectos metodológicos.....	100
6.2.2	Poder Executivo Federal: composição e competências.....	103
6.2.3	Poder Executivo Federal: estruturas organizacionais.....	105
7	AGENTES DA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS.....	112
7.1	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS.....	112
7.2	ARQUIVO NACIONAL.....	116
7.2.1	Atividades de gestão de documentos desenvolvidas pelo Arquivo Nacional de 1996 a 2006.....	124
7.2.1.1	Aspectos metodológicos.....	125
7.2.1.2	Relatórios Anuais de Atividades: características gerais.....	125
7.2.1.3	Relatórios Anuais de Atividades: dados coletados.....	127
8	TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO ARQUIVÍSTICO FEDERAL.....	137
8.1	SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS FEDERAIS NOS ANOS DE 1980.....	138
8.2	GESTÃO DE DOCUMENTOS NOS ANOS DE 1990.....	141
8.3	ATUAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS DE 1996 A 2006.....	143
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
	REFERÊNCIAS.....	163
	APÊNDICES.....	178

INTRODUÇÃO

“Bichano de Cheshire” [...] “Poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para ir embora daqui?”
“Depende bastante de para onde quer ir”, respondeu o Gato.
“Não me importa muito para onde”, disse Alice.
“Então não importa que caminho tome”, disse o Gato.
“Contanto que eu chegue a *algum lugar*”, Alice acrescentou à guisa de explicação.
“Oh, isso você certamente vai conseguir”, afirmou o Gato, “desde que ande o bastante”. (CARROLL, 2002, p. 62-63)

Esta Dissertação de Mestrado tem como tema o estudo das normas arquivísticas, instituídas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), no quadro geral de análise da elaboração, implementação e implantação de políticas públicas arquivísticas.

A pesquisa tem como objetivo analisar as possíveis transformações no cenário arquivístico federal, no período de 1996 a 2006, a partir da aplicação dos instrumentos de gestão de documentos preconizados pelas normas arquivísticas, verificando os resultados obtidos segundo os pressupostos teóricos sobre políticas públicas.

A situação em que se encontravam os serviços arquivísticos federais, sinalizada pelas atividades censitárias realizadas pelo Arquivo Nacional na década de 1980, e os resultados das pesquisas acadêmicas de Jardim (1995 e 1999), Sousa (1995) e Oliveira (1997), serviram de base para o estabelecimento da proposta de pesquisa.

Como afirma Goldenberg (2005, p. 68) o primeiro passo para que se possa pesquisar por processos científicos é a formulação de um problema específico. E este se encontrava delineado na razão direta do que se expõe a seguir.

Ao longo dos últimos 25 anos, várias atividades censitárias foram realizadas no campo arquivístico no Brasil. Entre elas, destacam-se aquelas efetivadas pelo Arquivo Nacional (nos anos de 1980), no âmbito do Governo Federal, mais precisamente nos órgãos públicos sediados no Rio de Janeiro e em Brasília, visando adquirir informações acerca dos serviços arquivísticos e de seus respectivos acervos documentais.

Esses diagnósticos identificaram, em dados quantitativos e qualitativos, a grave situação arquivística na esfera federal, mapeando a presença de acervos acumulados desde o

século XVIII e a ausência de procedimentos que orientassem a realização das atividades arquivísticas, apresentando, desta forma, um quadro de precariedade quanto às condições organizacionais, técnicas e humanas.

Segundo Jardim (1999, p. 150), uma das expectativas quando da elaboração destes diagnósticos era a de produzir, de um lado, formas preliminares de acesso a estoques documentais dispersos e, de outro, fornecer indicadores para políticas públicas que permitissem a superação do quadro denunciado.

Para a área dos arquivos no Brasil, o início dos anos 1990 foi de excepcional importância, pois com a promulgação, em 8 de janeiro de 1991, da Lei nº 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, dotou-se o país de um aparato legal.

A ausência de uma legislação arquivística foi sempre apontada como um obstáculo à preservação e ao acesso ao patrimônio arquivístico nacional.

O artigo 26 dessa Lei cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

O capítulo IV da Lei, que trata da organização e administração de instituições arquivísticas públicas, define o Arquivo Nacional, no § 1º do artigo 17, como arquivo federal do Poder Executivo e estabelece, no artigo 18, que compete ao Arquivo Nacional a gestão e recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal.

Desde então, o Arquivo Nacional e o CONARQ, órgão colegiado e vinculado ao primeiro, realizaram esforços para que a Lei de Arquivos e a legislação arquivística, resultante de sua regulamentação, sejam efetivamente conhecidas e aplicadas, viabilizando a implementação de uma política arquivística nacional, regional ou local, tanto para o setor público como para o privado.

Pelas competências estabelecidas em 1994, pelo artigo 1º do Decreto nº 1.173, o CONARQ tem por finalidade “definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivos”. Essas atribuições são, atualmente, reiteradas pelo artigo 1º do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

Para exercer as funções de caráter técnico-normativas, o CONARQ poderá “constituir câmaras técnicas e comissões especiais, com a finalidade de elaborar estudos, normas e outros instrumentos necessários à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados” (BRASIL, 2002, artigo 7º). Em 1995, foram criadas as *Câmaras Técnicas de Classificação de Documentos e de Avaliação de Documentos*.

A Câmara Técnica de Classificação de Documentos tem como finalidade elaborar e analisar planos de classificação de documentos de arquivo por assunto, objetivando a organização sistemática dos acervos arquivísticos, a rapidez na recuperação das informações e a correta destinação final dos documentos.

A Câmara Técnica de Avaliação de Documentos tem a finalidade de propor critérios de avaliação de documentos, elaborar e analisar planos de destinação e tabelas de temporalidade, objetivando a racionalização da produção documental e a redução de custos operacionais com vistas a garantir a preservação de documentos e agilizar a recuperação das informações.

Após estudos, análises, debates e discussões, as duas Câmaras Técnicas, em conjunto, apresentaram dois instrumentos, que foram aprovados pelo Plenário do Conselho e que resultou na publicação da Resolução nº 4, de 28 de março de 1996, do CONARQ. Esta Resolução “dispõe sobre o Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio” e “aprova [...] Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública”. (ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos, 1996)

Os referidos instrumentos passaram a ser implantados nos órgãos do Poder Executivo Federal, por força do Decreto nº 2.182, de 20 de março de 1997 (hoje reiterado pelo Decreto nº 4.073, de 2002), bem como serviram de modelos para instituições integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

Em outubro de 2001, decorrido um período experimental, o Plenário do CONARQ aprovou nova versão revisada e ampliada desses instrumentos, bem como promoveu a edição da *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública*, disponível na forma impressa e, também, na página do CONARQ dentro do sítio do Arquivo Nacional.

A necessidade de atualizar os referidos instrumentos promoveu a publicação da Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001, do CONARQ.

O estudo do referencial normativo proposto pelo CONARQ, cuja aplicação pelos órgãos públicos federais, constitui-se na linha de análise do espaço empírico, foi essencial para que se traçasse o caminho que se pretende compor, o qual apresenta as dimensões da norma como instrumento técnico-científico e como a sua aplicação envolve uma decisão política.

As afirmações expressas por Jardim (1995, p. 110-123) quando da análise das falas dos entrevistados, em sua pesquisa, conduziram a construção desta pesquisa quanto à

capacidade e a intensidade das normas arquivísticas de transformarem o quadro que ora se apresentava, uma vez que a produção de normas era apontada pelos entrevistados como garantia para a superação do caos documental.

A capacidade homogeneizante da norma e seu caráter uniformizador pareciam, aos entrevistados, prometer uma ordenação aos arquivos públicos e possibilitar que as diferenças existentes num país de dimensões continentais fossem ultrapassadas.

Para o desenvolvimento desta proposta de pesquisa, além do cenário descrito pelas atividades censitárias realizadas pelo Arquivo Nacional na década de 1980, também foram identificados e analisados os resultados apresentados pelas pesquisas acadêmicas desenvolvidas na década de 1990 sobre a caracterização da situação arquivística da administração pública federal.

Esses trabalhos procuraram levantar e analisar dados relativos aos seguintes aspectos:

- existência e utilização de código de classificação de documentos de arquivo;
- realização de avaliação e seleção de documentos;
- existência de comissão permanente de avaliação de documentos;
- elaboração, uso e aplicação de tabela de temporalidade e destinação de documentos.

A situação do caos informacional sinalizada por essas pesquisas permitia observar que *os problemas arquivísticos principais dos órgãos governamentais* eram dois: *a perda do controle do acervo e a dificuldade de acessar às informações.*

Esses problemas nortearam os questionamentos desta pesquisa:

1º - o uso e a aplicação, pelos órgãos do Poder Executivo Federal, dos instrumentos técnicos de gestão de documentos, produzidos pelas Câmaras Técnicas do CONARQ, decorridos 10 anos de sua publicação, vêm acompanhados da elaboração e implementação de políticas públicas arquivísticas?

2º - o cenário arquivístico federal, apresentado pelas atividades censitárias e analisado pelas pesquisas acadêmicas de Jardim, Sousa e Oliveira, vem passando por transformações que tenham contribuído para ampliar *o acesso à informação governamental* pelo administrador público e pelo cidadão?

Para desenvolver esta pesquisa foi necessário identificar e elaborar um conjunto sistemático de conceitos que auxiliassem na construção das categorias de análise que orientaram, controlaram e guiaram o andamento do trabalho.

Os marcos teóricos que balizam a pesquisa situam-se em pontos convergentes e complementares que, de início, pode parecer que se pulverizaram em distintos campos do conhecimento. No percurso de estruturação da base teórica, a revisão de literatura esclareceu a

formatação dos saberes que envolvem este estudo, elaborando o mapa conceitual com o qual se objetivou trabalhar.

A construção teórica que orientou esta pesquisa procurou dialogar com aquilo que foi lido, estudado, ouvido e discutido, pois, depois de tudo isso, ficaram algumas evidências, mas ainda restaram muitas dúvidas.

Com relação às primeiras, fortaleceu-se a idéia de que é preciso esclarecer, sempre e melhor, as afirmativas, principalmente, no que diz respeito aos conceitos empregados. Esses, por serem muitas vezes citados e repetidos sem muita sustentação teórica, encontram-se naturalizados pelo simples fato de serem ditos e aceitos, de maneira geral, sem muita problematização.

Quanto às dúvidas, elas não foram vistas como limites para o desenvolvimento do trabalho, mas como um desafio a ser enfrentado para ampliar e verticalizar os pressupostos teórico-metodológicos.

Optou-se por uma análise qualitativa das transformações ocorridas no espaço empírico, a partir da coleta de dados quantitativos em fontes oficiais de informação, como portais e sítios do Governo Federal, e nos Relatórios Anuais de Atividades do Arquivo Nacional. As fontes utilizadas e alguns procedimentos metodológicos encontram-se identificados nos capítulos específicos.

Os três primeiros capítulos abordam os conceitos de informação e seu enfoque na Ciência da Informação, bem como a contemporaneidade da consolidação da área e a renovação epistemológica da teoria Arquivística com a introdução do conceito de gestão de documentos, destacando o papel da classificação e da avaliação de documentos nesse novo contexto.

Na contextualização dos marcos considerados históricos para a Ciência da Informação e para a Arquivologia, procurou-se identificar na contemporaneidade as possíveis relações interdisciplinares, partindo das reflexões desenvolvidas por diversos profissionais da informação. Buscou-se, ainda, contribuir para a ampliação das fronteiras acadêmicas da Arquivologia como disciplina científica.

A perspectiva interdisciplinar proporcionou a necessária abrangência na construção da pesquisa, considerando-se os múltiplos aspectos do objeto estudado.

Para uma compreensão do objeto de estudo da Ciência da Informação, foi feita uma revisão de literatura da área, em textos e artigos que historicizam sua trajetória, partindo-se das idéias vanguardistas e do pensamento visionário de Paul Otlet no final do século XIX.

Seguiu-se com a apresentação do pensamento norte-americano para que pudessem ser destacados aqueles que são considerados os marcos históricos para a estruturação dessa Ciência.

Para a Ciência da Informação, o progresso econômico e o desenvolvimento científico e tecnológico, provenientes dos esforços empreendidos na primeira metade do século XX, acentuaram-se em virtude da Segunda Guerra Mundial, conduzindo à denominada *explosão da informação*, o que vai explicitar o caráter político-estratégico da informação científica, tornando-se a base para o desenvolvimento dos estudos voltados à recuperação da informação.

Para a concepção estática da Arquivística, que dominou a prática profissional ao longo do século XIX e durante a primeira metade do século XX, a explosão da produção documental, a partir do período entre as duas guerras mundiais, criou problemas preocupantes para a eficácia da ação administrativa e para a eficiência da gestão econômica.

Essa explosão ocorreu em virtude da evolução das técnicas, das legislações e das mentalidades, bem como da extensão do campo das competências administrativas no âmbito da gestão da economia, dos assuntos sociais, do urbanismo, do ensino e da cultura, características dos Estados modernos e da crescente complexidade dos processos de decisão em nível nacional, regional e local.

Este problema despertou, não só as administrações, mas, também, os arquivistas para a avaliação de documentos. Neste cenário, o surgimento do conceito de gestão de documentos, e do controle do ciclo de vida, foi fundamental para a redefinição da disciplina e para os profissionais da área, como apresentam Jardim e Fonseca (1998).

Para o desenvolvimento dos pressupostos da pesquisa e objetivando alcançar um espaço de reflexão, que contemple os diversos aspectos da temática estudada, como procedimento metodológico inicial foi, também, realizada uma revisão na literatura nacional e internacional acerca do surgimento e adoção do conceito de gestão de documentos, a partir dos meados do século XX, e dos estudos sobre a classificação e a avaliação do ciclo vital da informação arquivística.

Partiu-se de uma releitura de diversos manuais da área, entre eles o livro *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, de Theodore Schellenberg, que marcou a Arquivística contemporânea no Brasil.

Este manual, ainda hoje, é usado como referência para a conceituação de documentos de arquivo, para importância da administração dos arquivos correntes, para o estabelecimento dos princípios da classificação e da avaliação de documentos públicos e para a definição dos valores primário e secundário dos documentos.

Nessa revisão, em que se destacam a historicidade do conceito de gestão de documentos e as produções do pensamento arquivístico contemporâneo, o acelerado desenvolvimento tecnológico aponta os novos desafios com relação à gestão dos documentos eletrônicos e as rupturas de paradigmas quanto aos princípios e práticas arquivísticas.

O capítulo quatro apresenta o enfoque do Estado como campo informacional e os conceitos de Política e Políticas Públicas de Informação, para que se pudesse criar o eixo da análise das políticas públicas arquivísticas.

A ampliação dos estudos relativos à configuração do Estado como campo informacional, elaborados por Jardim (1999) e por Gonzalez de Gomez (2002), apresentou um conjunto de conceitos e princípios que foram incorporados aos pressupostos teóricos.

Para o aprofundamento dos postulados teóricos acerca dos conceitos de Estado, Governo, Administração Pública, Políticas Públicas, Informação e Sociedade, foi fundamental buscar autores expressivos no quadro de outras ciências, como a Sociologia, a Ciência Política, a Antropologia, o Direito, a Filosofia e a História.

Procurou-se obter, das leituras de alguns textos essenciais, a compreensão das características do Estado brasileiro, do Governo Federal, dos agentes dos órgãos públicos e das políticas públicas arquivísticas, fundamentando-se uma visão conceitual mais nítida do universo de investigação.

O capítulo cinco apresenta um estudo das conceituações de norma utilizadas em outros campos do conhecimento, para que se pudesse compreender o seu poder e os seus limites, assumindo a norma arquivística como categoria analítica.

O capítulo seis mostra a composição, as competências e as estruturas organizacionais do Poder Executivo Federal como um dos cenários que é objeto da política nacional de arquivos.

A consulta às fontes oficiais de informações sobre a composição, competências e estrutura organizacional dos órgãos do Poder Executivo Federal converteu-se na base do levantamento dos órgãos públicos federais e permitiu a elaboração dos diversos quadros e tabelas que auxiliaram na configuração do universo de investigação.

O capítulo sete descreve e analisa o *locus* de investigação, apresentando a missão, as funções e as atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Arquivos e pelo Arquivo Nacional como agentes do Estado na definição e implementação da política nacional de arquivos.

Privilegiou-se, como procedimento metodológico, a coleta de dados por meio da leitura dos Relatórios Anuais de Atividades do Arquivo Nacional, essencialmente, no que se

refere ao cumprimento dos preceitos normativos pelos órgãos do Poder Executivo Federal, em razão do assessoramento técnico por ele prestado.

Nesta etapa foi imprescindível que se tomassem cuidados metodológicos, buscando certo grau de estranhamento, pois como recomenda a Antropologia Social existem distâncias entre o que se diz, o que se faz e o que se diz sobre o que se faz. Essa situação precisou ser administrada de forma que não ficassem comprometidos os resultados da pesquisa, uma vez que o *locus* de investigação, o Arquivo Nacional, é familiar à pesquisadora, pois lá vem exercendo as atividades profissionais por mais de 25 anos.

O capítulo oito contempla a análise da ocorrência de transformações no cenário arquivístico federal, procurando-se responder aos questionamentos que direcionaram os pressupostos teóricos desta pesquisa.

Para empreender essa análise partiu-se da situação arquivística da administração pública federal identificada, nos anos de 1980, pelas atividades censitárias desenvolvidas pelo Arquivo Nacional. A seguir, apresentam-se as conquistas legislativas relativas à gestão documental, obtidas nos anos de 1990, que passam a nortear a atuação do Arquivo Nacional junto aos órgãos públicos federais, tendo como marco cronológico o período de 1996 a 2006.

Para sintetizar os dados analisados procurou-se elaborar quadros, tabelas e gráficos que permitissem uma visualização mais nítida das situações descritas.

A elaboração de outras tabulações sugeriu a constituição dos Apêndices que complementam os dados apresentados e permitem uma apuração daquilo que se coloca na análise empreendida.

A legislação arquivística, utilizada no texto, encontra-se especificada nas referências, pois se optou por não reproduzi-la em demasia, apenas citando seus artigos nos casos em que eram essenciais para compreensão daquilo que estava sendo exposto.

1 INFORMAÇÃO: ENFOQUES E CONCEITOS

Há em muitos, julgo, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo semelhante de se encontrar, de imediato, do outro lado do discurso, sem ter de ver do lado de quem está de fora aquilo que ele pode ter de singular, de temível, de maléfico mesmo. A este querer tão comum a instituição responde de maneira irônica, porque faz com que os começos sejam solenes, porque os acolhe num rodeio de atenção e silêncio, e lhes impõe, para que se vejam à distância, formas ritualizadas. (FOUCAULT, s.d.)

Para uma melhor compreensão *desse obscuro objeto de estudo da Ciência da Informação* (Pinheiro, 1997), foi feita uma revisão da literatura em textos e artigos que tratam dos diferentes enfoques e conceitos de informação, sua relação e fronteiras com dados, documentos e conhecimento.

A síntese de algumas dessas idéias e daquilo que foi lido não é simples, pois para Matheus (2005) citando Capurro e Hjørland (2003) a resposta à pergunta **O que é informação?** não é única, *existem muitas respostas possíveis*, dependendo de quem responde. Para esses autores quase toda disciplina científica usa o conceito de informação dentro do seu próprio contexto e com relação a fenômenos específicos.

Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão. Qualquer coisa pode ser informação. Na prática, contudo, informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo servidos pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas, em vez disso, de modo coletivo ou particular. Informação é o que pode responder questões importantes relacionadas às atividades do grupo-alvo. A geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação devem, portanto, ser baseada em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer. (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.187-188)

Em primeiro lugar, colocam-se as definições encontradas nos dicionários de língua portuguesa para a palavra **informação**:

- a) na versão eletrônica do Novo Dicionário Aurélio, *Informação* [Do lat. *informatione*.] é o ato ou efeito de informar (-se); informe; dados acerca de alguém ou de algo;

conhecimento, participação; comunicação ou notícia trazida ao conhecimento de uma pessoa ou do público; conhecimento amplo e bem fundamentado, resultante da análise e combinação de vários informes; coleção de fatos ou de outros dados fornecidos à máquina, a fim de se objetivar um processamento; [como também] segundo a teoria da informação, informação é medida da redução da incerteza, sobre um determinado estado de coisas, por intermédio de uma mensagem, neste sentido, *informação* não deve ser confundida com *significado* e apresenta-se como função direta do grau de originalidade, imprevisibilidade ou valor-surpresa da mensagem, sendo quantificada em *bits* de informação;

- b) no Dicionário eletrônico Houaiss, *Informação* é ato ou efeito de informar (-se); comunicação ou recepção de um conhecimento ou juízo; o conhecimento obtido por meio de investigação ou instrução; esclarecimento, explicação, indicação, comunicação, informe; acontecimento ou fato de interesse geral tornado do conhecimento público ao ser divulgado pelos meios de comunicação; notícia; em âmbito burocrático, esclarecimento processual dado por funcionário de apoio à autoridade competente na solução ou despacho de requerimento, comunicação; informe escrito; relatório; conjunto de atividades que têm por objetivo a coleta, o tratamento e a difusão de notícias junto ao público; conjunto de conhecimentos reunidos sobre determinado assunto; elemento ou sistema capaz de ser transmitido por um sinal ou combinação de sinais pertencentes a um repertório finito.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (publicado pelo Arquivo Nacional, em 2005), *informação* é elemento referencial, noção, idéia ou mensagem contidos num documento, como uma unidade de registro, qualquer que seja o suporte ou formato.

No *Glossary of Archival and Records Terminology* (de autoria de Richard Pearce-Moses e disponibilizado pela The Society of American Archivists, a partir de 2005), *informação* é definida, primeiro, de maneira sumária, como: 1) uma coleção de dados, idéias, pensamentos ou memórias; 2) a porção significativa do sinal distinta do barulho; e em seguida, de forma mais ampla, como: 3) Informação e dados são sinônimos próximos. Considerando que dados conotam fatos ou idéias em sua forma atomizada, informação refere-se a um conceito mais complexo que concilia múltiplos elementos dos dados; 4) Informação, como dados, é independente da mídia na qual é capturado o conteúdo. Informação é intangível até que esteja registrada em alguma mídia. A informação registrada pode ser capturada em base de dados, planilhas eletrônicas, documentos, registros sonoros ou filmes. Até mesmo quando capturada num documento ou numa outra forma, a informação permanece distinta da mídia.

Nestas definições ficam claras as diferentes noções que se tem a respeito de informação, e pode-se dizer que, até mesmo dentro da Ciência da Informação, encontra-se uma *miríade de definições* (Pinheiro,1997).

Le Coadic (2004, p. 4-5), um dos poucos pensadores franceses, traduzido para o português, traz em seu livro a seguinte definição para **o que é informação?**

A informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. A informação comporta um elemento de sentido. [...] o objetivo da informação permanece sendo [...] o conhecimento.

Jaime Robredo, em seu livro sobre uma *revisita à ciência da informação*, apresenta muitas noções que expressam essa fluidez do termo informação, essencialmente quando faz uso das citações de Pedro Marijuán na abertura da 1ª Conferência sobre os Fundamentos da Ciência da Informação, realizada em Madri, em 1994.

[...] ao menos do ponto de vista científico, a informação apresenta-se como algo vago e incoerente. [...] A informação é um termo escorregadio. [...] Certamente a informação converteu-se em “pau para toda obra”. [...] O uso do termo informação em todas essas [disciplinas] não é incorreto, mas sua coerência global tornou-se mínima. (MARIJUÁN, 1994 apud ROBREDO, 2003, p. 6-8)

Segundo Braga (1995), diferentes teses e dissertações enfocaram a conceituação de informação como ponto de partida para uma melhor compreensão do fenômeno informacional, o qual ainda apresenta ambigüidades, lacunas, imprecisões e grandes zonas de incerteza. Para confirmar isso, a autora faz uso das palavras de Edgar Morin (1991) “A informação é uma noção nuclear, mas problemática. Daí toda a sua ambigüidade: não se pode dizer quase nada sobre ela, mas não se pode passar sem ela”.

Neste artigo, Braga destaca, ainda, que a evolução do conceito de informação caminha em paralelo ao desenvolvimento do contexto da própria ciência da informação e que, apenas com os trabalhos dos teóricos da matemática Shannon & Weaver, foi quebrada a identidade entre informação e documento, pois na visão desses autores “a informação não depende de uma instituição física ou de um suporte material, mas de um emissor, um receptor, um canal – um processo de comunicação – e pode ser quantificada”.

Braga, também, afirma que há na área uma aceitação quase tácita de que informação implica processo de comunicação: um emissor, um receptor e um canal, colocando a seguinte questão: “Existiria alguma informação que não passaria pelo processo de comunicação?”

Pinheiro (2004), citando Wersig e Nevelling (1975), apresenta a questão apontada por esses teóricos, uma vez que para eles a informação como objeto da Ciência da Informação não é uma certeza na medida em que é “um possível objeto”, sendo ainda “o mais extremo caso de polissemia na comunicação técnica da informação e documentação” por isso, segundo eles, “temos de deixar claro, a todo instante, o que significa [informação]”.

Os autores acima citados foram o ponto de partida para os estudos realizados por Belkin e Robertson (1976) que desenvolveram um dos conceitos mais empregados (e, também, evocados) em ciência da informação: **“Informação é aquilo que é capaz de transformar a estrutura”**.

Em tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação do IBICT em 2004, Maria Odila Fonseca oferece um estudo sistematizado das idéias de Belkin desenvolvidas em artigo publicado no *Journal of Documentation* de 1978, onde ele (agora sozinho) expõe:

[...] a questão central não é estabelecer uma definição singular para a informação, e sim conceitos em cuja pluralidade se poderiam identificar maneiras de ver e interpretar o fenômeno da informação, mais do que afirmar o que ele vem a ser. Sugere, portanto, que analisemos os conceitos de informação segundo um conjunto mínimo de requisitos para a definição de qualquer conceito científico e que podem ser assim classificados: “metodológicos”, tendo a ver com a utilidade do conceito; “comportamentais”, tendo a ver com os fenômenos que o conceito deve explicar; e “definicionais”, tendo a ver com o contexto do conceito. (BELKIN, 1978, p.60 *apud* FONSECA, 2005, p.20-21)

Fonseca (2005, p.22-26), ao apresentar as principais tentativas de conceituação do objeto e da própria ciência, sintetiza a categorização de Belkin, construindo um quadro classificatório, a partir do qual esse autor analisa diferentes conceitos de informação:

- informação como significante, cabendo considerar seu efeito sobre o receptor, conceito decorrente da teoria da comunicação matemática, tentativas de Artandi e Belzer;
- informação como fenômeno geral, proposta de Otten;
- informação como categoria e propriedade da matéria, tentativa de Ursul;
- informação semântica formal, contribuição de Schreider;
- informação como evento, conceito desenvolvido por Pratt;
- informação e incerteza, modelo proposto por Wersig;
- informação e tomada de decisão, conceito desenvolvido por Yovits;
- informação social e científica, seus representantes Mikhailov, Chernyi e Gilyaresvsky;
- informação como substituto de conhecimento, em conceito de Farradane;
- informação como estrutura, conceito desenvolvido por Thompson.

A complementação dos estudos, a respeito do que é informação na Ciência da Informação, foi feita com a leitura de um dos autores que mais contribuíram para os constructos teóricos da área: Tefko Saracevic.

Para Saracevic (1999), informação tem uma variedade de conotações em diferentes campos: em sentido estrito, informação é considerada em termos de sinais ou mensagens para decisão, envolvendo pouco ou nenhum processo cognitivo; em sentido geral, informação é tratada como diretamente envolvida no processo cognitivo e de compreensão; e, em sentido mais amplo, a informação é tratada no contexto; com isso a informação envolve não apenas as mensagens que são processadas cognitivamente, mas também o contexto – situação, tarefa, trabalho, motivação, intencionalidade, horizonte como contexto social e cultura.

Este último sentido, o mais amplo, é aquele que a ciência da informação deve considerar pois, para ele, é onde está implícita a dimensão social e humana da ciência da informação, o seu caráter interdisciplinar e onde as idéias de *recuperação da informação*, *relevância e interação* se desenvolvem.

É oportuno, também, citar Matheus ao analisar, essencialmente, os recentes estudos de Capurro e Hjørland, onde eles apresentam diferentes conceitos associados ao termo informação, nos quais:

[destacam-se] as raízes do termo no latim e no grego; usos modernos e pós-modernos; o conceito de informação nas ciências naturais, nas humanidades e nas ciências sociais; informação na CI. A separação fundamental entre os diversos conceitos talvez seja oriunda da distinção entre informação vista como coisa ou objeto [...] e a informação entendida como um conceito subjetivo, cujo significado, ou conteúdo informacional, depende da interpretação e do contexto [que] envolve a área do conhecimento, os interesses, a formação e capacidades dos sujeitos envolvidos. (CAPURRO; HJØRLAND, 2003, *apud* MATHEUS, 2005, p.146)

A terminologia confusa e difusa do período inicial da Ciência da Informação foi *emergindo da penumbra e ganhando clareza* para Pinheiro (2005) e, com isso, acumulou conhecimento sobre *o fenômeno da informação*.

Sem perder de vista a diversidade do conceito de informação, Robredo (2003, p.9) apresenta uma revisão daquilo que considera como algumas características da informação, as quais denotam interesse para esta pesquisa.

A informação é suscetível de ser:

- registrada (codificada) de diversas formas,
- duplicada e reproduzida *ad infinitum*,
- transmitida por diversos meios,
- conservada e armazenada em suportes diversos,
- medida e quantificada,

- adicionada a outras informações,
- organizada, processada e reorganizada segundo diversos critérios,
- recuperada quando necessário segundo regras preestabelecidas.

Nesta pesquisa trabalha-se com o conceito de *informação arquivística*, introduzido pelos arquivistas canadenses e que, cada vez mais, vem se consolidando na literatura arquivística nacional, uma vez que a concepção de informação orgânica¹, por eles definida e defendida, ao evocar a própria definição de arquivo inaugura, nas palavras de Fonseca (1999) “um importante espaço de reflexão em torno das questões mais específicas do fenômeno informacional e preconiza maior relação entre a arquivologia e a ciência da informação, ou ciências da informação como preferem os canadenses”.

Nesta perspectiva a adoção da noção de *informação arquivística governamental*, desenvolvida por Jardim serviu de suporte conceitual para a abordagem dos questionamentos propostos.

A informação arquivística produzida pela administração pública cumpre um ciclo que envolve sua produção, processamento, uso e estocagem em dois contextos: primeiramente, no ambiente organizacional da sua produção e, num segundo momento, no marco das instituições arquivísticas responsáveis pela normalização da gestão de documentos correntes e intermediários, bem como pela preservação e o acesso ao patrimônio documental arquivístico. [...] O gerenciamento da informação arquivística pressupõe o controle dessas etapas, contempladas na formulação e implementação de políticas públicas. (JARDIM, 1999, p. 30-32)

Todos os profissionais que, normalmente, lidam com a informação sabem que não existem limites no seu volume e na sua diversidade. Na maior parte das vezes, as dificuldades de acesso não resultam da insuficiência de informação mas do seu excesso, ou da falta de organização daquelas que foram produzidas e acumuladas de forma indevidas.

No universo desta pesquisa, o foco de interesse dirige-se à informação arquivística governamental e o cerne da questão encontra-se no seu gerenciamento.

Se a informação produzida pelos órgãos governamentais for organizada, classificada, avaliada e preservada dentro dos princípios e práticas arquivísticas, o direito de acesso público estará garantido e se constituirá em instrumento de exercício da cidadania, de transparência do Estado, de melhoria e eficiência da gestão pública e de controle pela coletividade.

¹ A produção de informações orgânicas, verbais ou, registradas num suporte como o papel, a fita magnética, o vídeo, o disco ótico ou o microfilme, dá origem aos arquivos do organismo. A gestão arquivística da informação orgânica permite a melhora do processo e da tomada de decisão, além de reduzir a incerteza e aprofundar o conhecimento da cultura institucional do organismo. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.61-76)

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

[...] uma disciplina não é a soma de tudo aquilo que pode ser dito de verdadeiro a propósito de qualquer coisa; nem mesmo é o conjunto de tudo aquilo que, a propósito de um mesmo dado, pode, pelo princípio de coerência ou sistematização, ser aceite. [...] No interior dos seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas repele para o outro lado das suas margens toda uma teratologia do saber. (FOUCAULT, s.d.)

Para a compreensão do desenvolvimento da Ciência da Informação nos Estados Unidos, a leitura de dois artigos de revisão, um de autoria de Jesse H. Shera e Donald B. Cleveland **History and Foundations of Information Science**, publicado na *Annual Review of Information Science and Technology*, em 1977, e outro de autoria de Saul Herner **Brief History of Information Science**, publicado em *Journal of The American Society for Information Science*, em 1984, foram fundamentais.

Os estudos feitos por alguns cientistas e teóricos, da área ou de áreas afins, preocupados com o problema da informação, foram essenciais na formulação das primeiras definições e conceitos que marcaram o pensamento americano após a Segunda Guerra Mundial.

Para Shera e Cleveland (1977, p. 249), o histórico conjunto, compacto e complexo, de como emergiu o que hoje é conhecido como ciência da informação é um emaranhado de fios; da mesma forma, para Herner (1984, p.157) é difícil localizar e datar com exatidão o começo do que hoje se chama de ciência da informação, uma vez que esse campo é produto da convergência de várias disciplinas e atividades distintas, em que a contribuição específica de cada um desses produtivos componentes refletem-se nas publicações em que eles (“*os atores principais*”) analisaram, codificaram ou predisseram, pela primeira vez, trazendo à luz essa questão.

Para elucidar tal problemática, esses autores realizaram cuidadoso levantamento do que havia sido produzido, registrado e publicado referente à área de forma a reconstruir a

história do campo e do pensamento norte-americano sobre o surgimento da ciência da informação.

É importante destacar aquilo que Shera e Cleland consideram o grande marco para traçar o caminho da nascente ciência da informação: o encontro de Paul Otlet e Henri La Fontaine em Bruxelas, em 1892, a partir do qual são lançadas as bases para a criação, em 1895, do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB).

2.1 IDÉIAS DE PAUL OTLET

A respeito das idéias vanguardistas e do pensamento *visionário* de Otlet, as leituras feitas em Rayward (1997), Pereira (1995 e 2000), Pinheiro (2002), na Michael Buckland's Home Page (2006), e na Home Page do Mundaneum (2006), conduziram aos chamados *primórdios* da ciência da informação, que começaram antes da denominada *explosão da informação*.

Não se pode deixar também de lembrar que, no contexto histórico da passagem do século XIX para o século XX, a Europa estava *efervescente* não só pela acumulação das descobertas científicas, como pela visão teleológica do progresso, pelo clima otimista do positivismo, pelas condições filosóficas e materiais ligadas ao saber e a democratização.

Com isso, esses dois “juristas” belgas, *profundamente humanistas, pacifistas e internacionalistas convictos*, [Henri La Fontaine recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1913] juntaram seus destinos pela amizade criando um enorme projeto de ramificações múltiplas: *Le Mundaneum*. Esse projeto visava reunir o conjunto de conhecimentos do mundo, constituindo-se em um centro de documentação de caráter universal.

Como marco desse pioneirismo, destaca-se a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), “centro mundial para organização e disseminação do conhecimento internacional”, no ano de 1895, por ocasião da Conferência Internacional de Bibliografia, ocorrida em Bruxelas, por convocação de Otlet e La Fontaine.

Todas as demais ferramentas e os serviços bibliográficos estudados, pesquisados e desenvolvidos por Otlet, nas décadas seguintes, a partir de seu conceito expandido de documentação, apresentam a contemporaneidade de suas idéias com os objetos, os processos e métodos estudados, pesquisados e desenvolvidos pela ciência da informação no que diz respeito aos sistemas de recuperação e disseminação da informação científica.

Um dos produtos mais importantes desse Instituto foi o catálogo chamado *Repertório Bibliográfico Universal* (RBU), cuja ambição era ser um vasto catálogo universal de impressos, cuja universalidade residia no fato de contemplar todos os domínios do saber e do conhecimento o qual, no final dos anos 30, contava, aproximadamente, com 10 milhões de entradas (registros para autor, para assunto e secundários).

A esse juntaram-se o *Repertório Iconográfico Universal*, voltado para o tratamento de imagens (aproximadamente 100 mil) contidas em cartazes, fotografias em placas de vidro e cartões postais, e a *Bibliothèque Collective des Sociétés Savantes* (em algumas traduções, aparece como Enciclopédia Documentária), coleção de livros constituída graças aos esforços coordenados por sociedades científicas ou bibliográficas belgas e estrangeiras.

Otlet (RAYWARD, 1997) previu a necessidade de um sistema padronizado para que todas as atividades desenvolvidas pudessem ser compatibilizadas. Assim, a adoção de ficha bibliográfica padrão (de 12,5 por 7,5 cm), do sistema de Classificação Decimal Universal e de formulários para os serviços de pesquisas permitiram que, mesmo antes do emprego da fotocópia, do computador e das telecomunicações, devido às limitações tecnológicas da época, fosse possível oferecer um *serviço de base de dados* bibliográficas, textuais e iconográficas, *cruzando* informações de livros, periódicos, documentos, gravuras, mapas etc.

A Classificação Decimal Universal, inspirada na Classificação Decimal do americano Dewey, foi imaginada por Otlet e La Fontaine para responder de maneira mais adequada ao problema complexo da classificação dos documentos. [...] o bibliotecário americano havia introduzido em 1874 seu método de classificação baseando-o em uma divisão do conhecimento em dez classes, Otlet e La Fontaine enriqueceram o sistema pela adição das sub-classes e de sinais destinados a refinar as possibilidades descritivas para classificar e compilar os documentos (MUNDANEUM, 2006)

Na obra intitulada *Traité de Documentation*, publicada em 1934, Otlet destaca o fenômeno da explosão dos documentos com as seguintes palavras:

Sua enorme massa, acumulada no passado, cresce a cada dia, a cada hora de unidades novas em número desconcertante, com frequência enlouquecedora. Deles, como da língua, pode-se dizer que podem ser a pior e a melhor das coisas. Deles, como da água caída do céu, pode-se dizer que podem provocar a enchente ou o dilúvio ou se expandir em rego benéfico. (OTLET, 1934 apud ROBREDO, 2003, p. 45)

Otlet expressa, além disso, sua visão revolucionária do futuro observando que as novas e *maravilhosas* invenções (telégrafo, telefone, rádio, televisão, cinema, discos e objetos de museus) estavam estendendo imensamente as possibilidades da documentação, uma vez que

possuíam objetivos similares aos dos livros como o de “informar e comunicar”, esses “novos livros” eram meios poderosos de difusão do conhecimento humano.

Para Otlet, o formato especial de substituto do livro foi o microfilme e seu interesse por ele começou cedo quando chegou a reproduzir em microforma uma seleção de material (textos, imagens, cartões e diagramas) das coleções do *Palais Mondial* - centro internacional que abrigava o próprio IIB e outras organizações internacionais com fins científicos, documentário, de ensino, pesquisa e divulgação (PEREIRA, 1995).

Em seus estudos Otlet especulou sobre a possibilidade de serem descobertas, ou melhor, inventadas, máquinas capazes de processar o trabalho intelectual que envolve a organização da documentação e os recursos da informação, bem como aquelas capazes de propiciar interatividade, dimensões multimídias e conexões à distância, ou seja, uma versão da Internet e do mundo da Web (PEREIRA, 1995).

Só um homem que *acreditava na comunicação intelectual, na mudança social e na paz mundial pela via da informação* seria capaz de compreender a documentação ou a organização da documentação como um campo de estudo e pesquisa. (RAYWARD, 1997, grifo nosso).

Fundamental para a redescoberta, nos Estados Unidos, da modernidade de Otlet, reverenciado na Europa e estudado por pesquisadores e professores brasileiros do IBICT (PINHEIRO, 2002, p.83), têm sido os estudos desenvolvidos pelo professor Michael Buckland, da *School of Information at The University of Califórnia, Berkeley (USA)*, além do citado W. Boyd Rayward, biógrafo de Paul Otlet, professor da *The University of New South Wales (Sydney, Austrália)*.

2.2 ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO NORTE-AMERICANO

Para Shera e Cleveland (1977, p.250), o termo *documentação* nunca alcançou a intensidade alcançada pelo termo ciência da informação, mesmo não havendo, inicialmente, consenso sobre a sua definição. Para a Europa, desde o final do século XIX e, também, para a Índia e grande parte da América Latina, documentação referia-se essencialmente às técnicas de organizar e analisar documentos, distintos de livros, existentes em bibliotecas e arquivos não-convencionais (ou especializados).

Nos Estados Unidos, a partir das décadas de 20 e 30, do século XX, a documentação tomou um rumo muito diferente, associando-se às questões de reprodução de documentos e ao uso e papel da tecnologia de microfotografia (hoje conhecida como microfilmagem).

Para esses autores, a organização do Instituto Americano de Documentação (American Documentation Institute – ADI), em 1937, ocorreu no auge do acelerado crescimento do interesse pelos métodos de reprodução de documentos, seguido do uso extensivo do microfilme durante a Segunda Guerra Mundial. Para eles, entretanto, o mais importante desenvolvimento, do ponto de partida da emergência da ciência da informação, foi o trabalho feito em muitas agências governamentais sobre a análise de assunto dos documentos usando cartões perfurados do equipamento IBM.

Contudo, muitos apontam o histórico artigo de Vannevar Bush, “*As We May Think*”, publicado no *Atlantic Monthly*, em 1945, como o responsável por abrir o caminho para a nova era.

Para Shera e Cleveland (1977, p. 254), esse artigo *incendiou a imaginação do público em geral bem como o mundo da academia* e para Herner (1984, p. 157), ele deu *importância e prestígio ao nascente e obscuro campo*. Barreto, também, compartilha dessa idéia ao afirmar:

[...] Para tudo se procura um início. ... A ciência da informação, no meu entender, nasceu do artigo de Vannevar Bush "Como nós pensamos" publicado no periódico "*Atlantic Monthly*" em 1945 e que causou tamanha repercussão que terminou na Reunião sobre informação da *Royal Society* de Londres em 1948 com perto de 300 participantes e 700 páginas de Anais. (BARRETO apud FONSECA, 2004, p. 30)

A partir desse marco até o início dos anos 1960, as atividades desenvolvidas em diferentes áreas, bem como a publicação de diversos estudos, em muito contribuíram para a ampliação e aperfeiçoamento das questões relativas à *recuperação da informação* e ao *acesso ao conhecimento registrado*, particularmente, o conhecimento científico.

Herner (1984, p. 157-159) destaca algumas dessas publicações:

- os Anais da *Royal Society Scientific Information Conference*, de 1948, em que eminentes cientistas de todo o mundo discutiram como a informação relacionava-se com a ciência e a tecnologia da época;
- *Bibliographic Organization*, organizado por Jesse Shera e Margaret Egan, em 1951, que trata do reconhecimento da necessidade de coleções de informação especializada para servir às necessidades crescentes de usuários especializados;
- *Punched Cards: Their Applications to Science and Industry*, publicados em 1951 e 1958, permitiram, durante muito tempo, a aqueles que trabalham em ciência da

informação uma primeira e coesa perspectiva das aplicações não-manuais, dos processos pré-computador para o campo;

- *Studies in Coordinate Indexing*, cinco volumes publicados entre 1953 e 1959, que propiciam uma excelente revisão dos primeiros estudos em ciência da informação, destacando-se a noção de indexação coordenada e sua manifestação proprietária o Uniterm index system, precursor do sistema de busca de termos pelo computador;
- os Anais da *International Conference on Scientific Information*, ocorrida em Washington, em 1958, mostram uma preocupação com o aparato e os processos técnicos e científicos dos soviéticos, o que levou Shera e Cleveland (1977, p.257) a questionarem se não foi o *Sputnik* (lançado pelos russos no ano anterior) quem alavancou o crescimento e o envolvimento de muitas instituições científicas americanas no financiamento da pesquisa pela melhoria dos métodos para organização e recuperação da informação científica.

2.3 DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Para Shera e Cleveland (1977, p.258-260), os anos 1960 propiciaram um clima favorável ao desenvolvimento da ciência da informação com o aumento do interesse pelo problema da informação pelo mundo científico e pelo governo federal.

Contribuíram para esse desenvolvimento o acelerado desenvolvimento tecnológico, o rápido crescimento do número de pessoas envolvidas com a criação e uso da informação científica e tecnológica e o aperfeiçoamento dos trabalhos e sistemas no campo do processamento da comunicação e da informação.

A terceira geração de computadores foi introduzida graças à utilização de componentes miniaturizados desenvolvidos para uso no programa espacial.

Segundo esses autores, existe um grande número de artigos que discutem o lugar da computação no desenvolvimento da ciência da informação.

Destacam-se Robert Landau “afirmando que é verdade que, sem a tecnologia, significativa porção das atividades da ciência da informação não existiria” e Manfred Kochen que diz “muito daquilo que agora é praticado como ciência da informação” cessaria se não fosse o computador: “indexação automatizada, estrutura, busca, saída e cruzamento de registro (arquivo), análise de conteúdo, catalogação ampliada pelo computador etc.”

Herner (1984, p.159) apresenta alguns trabalhos, produzidos nos anos 1960, que relacionam as questões dos sistemas de informação, de usuários, de armazenamento e processamento de dados, de criação de linguagem de máquina e indexação com uso de computadores. Entre eles, assinala o *Information Storage and Retrieval: Tools, Elements, Theories*, de autoria de Joseph Becker e Robert Hayes, e o *Science, Government and Information* conhecido na comunidade de informação como “Weinberg Report”, ambos publicados em 1963.

Shera e Cleveland (1977, p.264) afirmam que, ao invés de se discutir os fundamentos, dentro desse conjunto de contribuições provenientes de outras áreas, deveria se procurar um forte fundamento teórico e estruturá-lo em torno de algumas consistentes noções de informação. *Isto explica o porquê de tanta energia gasta tentando definir informação e ciência da informação.*

Para esses autores, e de forma bastante categórica, uma das primeiras definições de ciência da informação foi aquela apresentada nas conferências do *Georgia Institute of Technology*, ocorridas em outubro de 1961 e abril de 1962². Complementam ainda que, como ela alcançou ampla aceitação, *a maioria das outras são variações.*

A ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os significados do processamento da informação para acessibilidade e usabilidade ótimas (para otimização do acesso e do uso). Os processos incluem a criação (no sentido de originar), disseminação, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. O campo é derivado de ou relativo a matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia da computação, operações de pesquisa, artes gráficas, comunicações, ciência da biblioteca (biblioteconomia), gestão (administração) e alguns outros campos. (SHERA & CLEVELAND, 1977, p.265, tradução nossa)

Ratificando essa questão, Shera e Cleveland expõem a sua avaliação sobre as definições apresentadas por três teóricos bastante reconhecidos dentro da área.

Segundo eles, Harold Borko (1968) deu uma definição que é, essencialmente, uma variação da definição apresentada nas conferências do Georgia Institute of Technology, Robert Hayes define-a com ênfase sobre a relevância da biblioteconomia e Brookes mantém que a ciência da informação não se deve limitar ao estudo da informação como definida pela sua predecessora, a documentação.

² CONFERENCES ON TRAINING SCIENCE INFORMATION SPECIALISTS, 1961 e 1962, Atlanta. *Proceedings*. Atlanta: Georgia Institute of Technology, 1962. 139 p.

Os autores, também, enfatizam que o seu objetivo era apresentar artigos que tratassem dos fundamentos teóricos da ciência da informação e, dessa maneira, afirmam que *o lugar lógico para se começar é com a teoria da informação de Shannon*.

Para tal, apresentam posições de outros teóricos em relação a essa questão:

- Fairthorne (1967) não rejeita a teoria de Shannon, ao contrário, ele acredita que ela é necessária mas, não suficiente para oferecer uma estrutura para o lugar da teoria na ciência da informação;
- Kochen (1974) lembra-nos que Shannon estava preocupado com a quantificação técnica e não com o significado ou a transferência do conhecimento, pois para ele a teoria da informação, no seu sentido original, sobreviveu e amadureceu dentro da “especialização matemática de maneira distinta da ciência da informação”;
- Artandi (1975) acredita que o modelo de Shannon pode ser usado como ponto de partida para “*pensamento ampliado sobre os problemas da informação em geral*”.

Mas essa autora coloca que, tanto a teoria de Shannon como a semiótica, podem contribuir para uma compreensão melhor da informação no contexto dos sistemas de informação. Defendendo esta posição, Artandi coloca que a ciência da informação, como disciplina, assume que a informação pode ser estudada, analisada e controlada cientificamente.

Ao complementar o posicionamento apresentado por Fairthorne, em seu artigo de 1967, sobre a morfologia do fluxo de informação, os autores destacam que ele defendia que *cada disciplina deve definir a sua própria finalidade e quais os assuntos que deve estudar explicitament*.

Esse aspecto, também, foi ressaltado no artigo de Klaus Otten (1974), no qual ele lista quatro pontos que considera que deveriam ser as pedras angulares no desenvolvimento dos fundamentos para a ciência da informação: o reconhecimento da natureza multinível da informação; *o reconhecimento da existência de diferentes conceitos de informação*; o reconhecimento da interdependência da matéria, energia e informação; e a importância do processo de comunicação para a existência da informação

Sobre o estado da arte da disciplina, Foskett (1970 apud SHERA & CLEVELAND, 1977, p.263) acreditava que havia naquele momento considerável perigo na direção da redução da informação como um “utensílio” e a ênfase na tecnologia do processamento da informação, sem olhar o seu significado ou destino. Para ele, “A nova disciplina não cresce simplesmente porque os praticantes do passado fazem melhor o seu trabalho mas porque dinamicamente novas relações crescem com outros campos.”

Sobre os fundamentos teóricos que sustentavam a ciência da informação, destaca-se o posicionamento de Goffman (1970 apud SHERA & CLEVELAND, 1977, p.264) sobre a direção de uma disciplina como a ciência da informação, “o estabelecimento de um movimento científico unificado para o estudo dos vários fenômenos que envolvem a noção de informação”, ou melhor, “o estabelecimento de um conjunto de princípios fundamentais que governam o comportamento de todos os processos de comunicação e os sistemas de informação a eles associados”.

O *conceito de relevância*, desenvolvido e introduzido por Saracevic, em 1970, tornou-se a partir daí um princípio fundamental para que os cientistas da informação começassem a perceber como eram complexos os problemas a serem estudados.

Para completar essa exposição sobre os principais teóricos norte-americanos responsáveis pelo surgimento e desenvolvimento da ciência da informação, cabe mencionar alguns cronistas, inovadores, inventores ou *prognosticadores* da ciência da informação, apresentados por Herner (1984, p. 161-162):

- Calvin Mooers é certamente um dos fundadores da ciência da informação, sendo responsável por cunhar os termos “*recuperação da informação*” e “*descritores*” e o primeiro a racionalizar os processos de recuperação e formatação de sistemas;
- Hans Peter Luhn é considerado o Thomas Edison da área, pois as suas invenções relativas aos cartões perfurados trouxeram aplicações fundamentais da computação para a ciência da informação;
- Eugene Garfield é um dos mais importantes empíricos na manipulação automática de índices através das técnicas de cartões perfurados;
- Roger Summit pode ser chamado de “Pai dos sistemas on-line”;
- Frank B. Rogers por ter desenvolvido o MEDLARS (Medical Literature Analysis and Retrieval System) e tornado acessível nacionalmente o MEDLINE;
- Carlos Cuadra por ter ajudado no amadurecimento, nas perspectivas e no reconhecimento da ciência da informação pela sua atuação na *Annual Review of Information Science and Technology*.

Ao fazer uso de uma afirmação de Derek de Solla Price “uma ciência pode ser caracterizada e estudada em função de sua produção documental”, Robredo (2003, p.57) coloca que

[...] a ciência da informação, a julgar pela impressionante quantidade de publicações produzidas nos últimos anos, inclusive no Brasil, seria uma ciência consolidada. Quando se observam algumas publicações escolhidas, entretanto, conclui-se que

ainda não existe unanimidade entre os autores em relação à consolidação da ciência da informação enquanto ciência verdadeira, nem mesmo quanto a seu objeto e a seu escopo.

Segundo o autor, as publicações sobre Ciência da Informação aumentaram de *forma torrencial*, a partir dos anos 1970, entretanto, não se pode, ainda, identificar, a partir daí, uma coerência epistemológica.

2.4 MARCOS HISTÓRICOS

É sabido que entre os indicadores de um novo campo científico encontram-se muitos elementos, entre eles a publicação dos periódicos científicos, a formação das associações e sociedades de profissionais, a realização de congressos e seminários (eventos relativos ao campo do conhecimento), a implantação de cursos, onde se pode buscar as formulações das questões conceituais, teóricas, metodológicas e epistemológicas da área.

No caso da Ciência da Informação não foi diferente, apesar do termo só ter sido usado pela primeira vez em 1955 (SHAPIRO, 1995 apud RAYWARD, 1997, p.289), e dela ter sido confundida com Informática, em consequência da denominação - Informatik - adotada por pesquisadores russos, como Mikhailov, Chernyi e Giliarevsky (PINHEIRO, 2002, p.62).

A sua associação com a Biblioteconomia e a Documentação, também, exerceu forte influência em países de cultura e tradição científicas diferentes, seja na Europa, nos Estados Unidos, na Índia ou na América Latina.

Muitos fatores contribuíram para o seu desenvolvimento, e são considerados como marcos históricos, ou *sinalizadores dessa área*.

A partir das informações obtidas nas leituras feitas em Shera e Cleveland (1977), Braga (1995), Pereira (1995 e 2000), Rayward (1997), Pinheiro (2002 e 2005), e Mundaneum (2006), apresenta-se, a seguir, uma síntese desses indicadores. Observe-se, entretanto, que alguns foram citados em passagens anteriores desse capítulo.

a) Associações e Sociedades

A importância para a área da criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), em 1895, em Bruxelas, por Paul Otlet e Henri La Fontaine. Ele foi transformado, em 1931,

em Instituto Internacional de Documentação, recebendo, a partir de 1938, a denominação de Federação Internacional de Documentação (FDI), mantida até os dias atuais.

Cabe mencionar a instauração de uma comissão que veio contribuir com as discussões que envolviam os intelectuais na Europa, recém saída da Primeira Guerra Mundial.

A internacionalização da preocupação com os bens patrimoniais e o reconhecimento de que a salvaguarda de bens históricos e culturais era um assunto que extrapolava as fronteiras nacionais, em virtude da destruição e das perdas ocorridas com a Guerra, levou a criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), em setembro de 1921, dentro da Sociedade das Nações (SDN), ou Liga das Nações.

A proposta de sua criação partiu da França e foi encabeçada pelo filósofo Henri Bergson, contando com o apoio de inúmeros intelectuais que desejam estreitar a comunicação entre as culturas como reforço ao projeto de paz da Sociedade das Nações.

Algumas referências afirmam que a Comissão foi, oficialmente, criada em janeiro de 1922, dando origem ao primeiro organismo técnico da SDN, a Organização de Cooperação Intelectual (OCI).

A Comissão foi dissolvida em 1946, quando da criação da atual Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que congrega o mesmo espírito internacional em favor da paz.

A fundação do Instituto Americano de Documentação (American Documentation Institute – ADI) em 1937. Em 1968, ele se transforma na Sociedade Americana para Ciência da Informação (American Society for Information Science – ASIS), acrescentando ao nome, a partir de 2000, o termo Technology, passando a ser identificada como ASIST.

b) Publicações e periódicos científicos

A publicação por Paul Otlet, juntamente com Pierre Blanchemerle, Joseph Cassiers e Max Hallet, do *Le Sommaire périodique des revues de droit*, em 1891, onde expõem uma preocupação com a qualidade em detrimento da quantidade de publicações referenciadas nos catálogos bibliográficos.

A publicação da famosa obra de Paul Otlet, *Traité de Documentation*, em 1934, se torna-se uma obra de referência na matéria por sua concepção moderna de documentação, cujo termo se lhe atribui a paternidade, e onde se depara com a vanguarda da intuição da Internet.

O lançamento do periódico *Journal of Documentary Reproduction*, em 1938, cuja publicação foi interrompida, em 1943, por causa da Segunda Guerra Mundial.

A publicação do artigo *As we may think*, em 1945, de Vannevar Bush, outro desses visionários e empreendedores que a história registra de tempos em tempos. E a publicação do relatório do *Office of Scientific and Research Development* (OSRD Report), no qual Bush sugere a criação da National Science Foundation, o que ocorre em 1950.

O lançamento do *Journal Documentation* na Grã-Bretanha, em 1945.

A publicação do trabalho *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine* de Norbert Wiener, em 1948 e o lançamento da Teoria matemática da comunicação ou teoria da informação, por Shannon e Weaver, em 1949.

A publicação, em 1950, do *American Documentation*, nos Estados Unidos, e do *Nachrichten für Dokumentation*, na URSS.

A formulação por Ludwig von Bertalanffy da Teoria Geral dos Sistemas em 1951, publicada em 1968.

A publicação no Boletim da UNESCO para as Bibliotecas do artigo de A. I. Mikhailov sobre as finalidades e os problemas da informação científica, em 1959.

Em 1960, J. Farradane escreve um artigo sobre o futuro do trabalho de informação, e em 1962, Robert Taylor elabora um glossário de termos usados em documentação científica, sendo o primeiro autor a definir o novo campo da Ciência da Informação.

A publicação do primeiro volume do *Annual Review of Information Science and Technology* – ARIST, em 1966 e do artigo de Harold Borko *Information Science: What is it ?*, em 1968.

c) Eventos técnico-científicos

A realização da *I Conferência Internacional de Bibliografia*, em Bruxelas, em 1892, que resultou na criação do IIB.

Por sugestão de Otlet e La Fontaine, na *X Conferência Internacional de Bibliografia*, ocorrida em 1931, o termo Bibliografia foi substituído pelo termo Documentação.

A criação de um grupo de profissionais interessados na reprodução de documentos na *Conferência da American Library Association*, em Richmond, Virgínia (USA), em 1936.

A realização do *Congresso Mundial de Documentação*, em Paris, em 1937, no qual Paul Otlet, ao introduzir os trabalhos reporta-se ao Relatório apresentado Instituto Internacional de Cooperação Intelectual sobre a Organização Mundial da Documentação.

Nosso tempo testemunhou prodigiosas realizações; aqui, para destruir pela guerra, lá, para acumular riquezas em volume tão considerável que a crise pode bloquear todos os intercâmbios. Aproxima-se, porém, o tempo em que serão realizados outros prodígios, desta vez, para distribuir, entre todos, os bens criados e para elevar-se, além disso, da matéria ao espírito. Cabe à Documentação para tal contribuir; a seus Congressos compete orientá-la para esse fim. Os progressos podem ser espontâneos, isolados ou devidos à cooperação bilateral. Podem, também, ser dirigidos, generalizados, devidos a uma colaboração mundial. Seja como for, uma coisa parece certa: os Livros, os Documentos, conseguiram tornar efetiva entre os Homens uma espécie de pensamento coletivo do qual constituem o corpo material, o suporte e o meio. Razão pela qual o termo Documentação está, hoje em dia, indissolivelmente ligado à cadeia destes seis termos: Ciência, Técnica, Cultura, Educação, Organização Social, Civilização Universal. (OTLET, 1937)

A realização da *Conferência de Informação Científica*, da Royal Society, em 1948 e da *Conferência Internacional de Informação Científica*, em Washington, em 1958.

O reconhecimento do “local e hora do nascimento formal da área” durante a realização da *Segunda Reunião do Georgia Institute for Technology*, em abril de 1962.

d) Novas tecnologias

Os anos de 1930 foram de importância fundamental para o desenvolvimento do processo de microfilmagem. O incremento do seu uso comercial pelos bancos (a chamada microfilmagem de substituição), a possibilidade dessa tecnologia vir a suplantar ou substituir os livros nas bibliotecas, a transformação das fichas catalográficas em microfichas (a denominada microfilmagem de referência) fizeram com que as questões relacionadas a reprodução documental fosse objeto de estudos, pesquisas, eventos e publicações.

O uso extensivo do microfilme pelas agências governamentais americanas, durante a Segunda Guerra Mundial, e a criação do V-Mail (correio da Vitória) consolidaram o papel desenvolvido por essa tecnologia, fortemente acompanhado pelo interesse da indústria de equipamentos, acessórios e filmes, no caso a Eastman Kodak, desde a década de 1920.

Outra referência, que se tornou obrigatória, na questão dos avanços tecnológicos no processo de acesso e recuperação da informação foi a concepção por Vannevar Bush do dispositivo *Memex*, que repousa no questionamento dos sistemas de indexação alfabéticos ou numéricos adotados pelas bibliotecas, completamente em desacordo com o funcionamento da mente humana, que opera com associação.

Memex é um dispositivo no qual o indivíduo armazena seus livros, registros e comunicações, o qual é mecanizado, podendo ser consultado com extrema

velocidade e flexibilidade. É um suplemento ampliado e próximo de sua memória (BUSH, 1945 apud PEREIRA, 1995).

O surgimento de uma “máquina de busca bibliográfica utilizando equipamento Hollerith” e dos cartões perfurados da IBM, para análise do conteúdo dos documentos, associaram-se ao desenvolvimento tecnológico, relacionado às questões de informação, e aceleraram a emergência dessa Ciência da Informação.

Diante do exposto, pode-se afirmar que essa ciência, que estuda e pesquisa a informação, que é produzida pela ciência e tecnologia, e que mantém relações epistemológicas e interdisciplinares com diferentes áreas, cuja evolução na questão das conceituações, do objeto de estudo e de pesquisa, *emergiu com a explosão da informação*, passou das preocupações com a sua recuperação para a sua disseminação.

De sua ligação inicial com a organização da documentação, essencialmente daquela encontrada nas bibliotecas não-convencionais (ou especializadas, isto é, surgem devido à fragmentação e especialização do conhecimento), voltou-se para as atividades de geração, de comunicação e de acesso à informação, intermediadas por interfaces eletrônicas. Preocupa-se, ainda, com os resultados dos avanços tecnológicos, sociais, econômicos e globalizantes, operados pelas telecomunicações e pelas redes de computadores.

3 GESTÃO DE DOCUMENTOS: UMA RENOVAÇÃO EPISTEMOLÓGICA NO UNIVERSO DA ARQUIVOLOGIA

O problema do controle e domínio dos fluxos documentais se inscreve no coração da Arquivística moderna. (DUCHEIN, 1993, p. 10, tradução nossa)

Uma história dos arquivos, da Arquivologia e mesmo das teorias e práticas que se desenvolveram para a consolidação do saber arquivístico muitos já o fizeram antes, e melhor, pretende-se aqui contextualizar, por meio da revisão de literatura, as condições para que o conceito de gestão de documentos viesse a se impor como uma renovação epistemológica.

Muitos teóricos afirmam que para contar essa história ter-se-ia que começar pelo Oriente, e quanto a isso, pouco se conhece na literatura da área. Outros apontam esse começo, talvez, no Oriente Próximo, cujas práticas arquivísticas já estão mais bem conhecidas e estudadas, até se chegar ao Ocidente, onde essas práticas se desenvolveram e chegaram até os dias atuais, e aí escolher os marcos de sua evolução.

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória.

Se da Antiguidade Clássica à Revolução Francesa, os documentos desempenharam um papel de prova e demonstraram o exercício do poder por parte das administrações, consolidando a noção de arquivos de Estado e dos Arquivos Nacionais, é no século XIX que se atribuiu aos documentos um valor de testemunho para a reconstituição da História, criando-se a dicotomia que, para alguns, ainda persiste no papel, nas funções e no trabalho com os documentos de arquivo.

No século XX, ocorreu o aumento da quantidade da informação produzida, o incremento das atividades de racionalização da sua utilização e a valorização para a ampliação de sua acessibilidade, além das questões que envolvem o tratamento, armazenamento e difusão das informações registradas nos novos suportes magnéticos, eletrônicos ou digitais.

E ao século XXI, o que caberá aos arquivos, aos arquivistas e à Arquivologia?

Novos desafios para dar conta da gestão, da preservação e do acesso à informação arquivística.

Para se percorrer esse longo caminho uma releitura da literatura arquivística apresentou-se como fundamental para fornecer a orientação e um referencial teórico para a construção das categorias de análises.

Em seu livro *Por que ler os clássicos*, Ítalo Calvino observa a questão que o prefixo **re**, antes de ler, serve para tranquilizar aqueles que se envergonham de admitir não ter lido um livro famoso, sabendo que, por maiores que possam ser as leituras de “formação”, resta sempre um número enorme de obras que não se leu.

Os clássicos são aqueles livros dos quais, em geral, se ouve dizer: “Estou relendo...” e nunca “Estou lendo...” [pois] Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer. (CALVINO, 2004, p. 9-11)

A revisão de literatura mostra-se, num primeiro momento, como um grande mosaico, onde aquele que está re-visitando outros autores busca nas citações e referências a chancela para a apresentação do enunciado e para avaliar o discurso, que começam a deixar justamente de serem próprios para que, no processo de consolidação dos fundamentos teórico-metodológicos, encontre identificação e reconhecimento no campo científico desse saber.

Nessa revisão de literatura espera-se recomendar alguma leitura direta de textos originais, essenciais para mapear a historicidade do conceito de Gestão de Documentos no universo da Arquivologia e, talvez, descobrir, ou indicar, nesse mapa algo que sempre muitos souberam, mas desconheciam que aquele autor o dissera primeiro.

3.1 CONCEITO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

Os Estados Unidos, entre outros países anglo-saxônicos, são considerados pioneiros, desde os anos 1940, na elaboração do conceito de gestão de documentos (*records*

management) cuja ótica, inicialmente, era nitidamente mais administrativa e econômica do que arquivística, uma vez que se tratava, essencialmente, de otimizar o funcionamento da administração, limitando a quantidade de documentos produzidos e o prazo de guarda, o que se confirma na própria definição do conceito na legislação americana:

[gestão de documentos é] o planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas à criação, manutenção, uso, e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e apropriado das ações e transações do Governo Federal e efetiva e econômica gestão das operações dos agências (44 U.S.C. Chapter 29 apud FONSECA, 2004, p. 73, tradução da autora).

O norte-americano Philip C. Brooks é identificado como o primeiro profissional a fazer referência ao ciclo vital dos documentos, conceito que se materializou na criação de programas de gestão de documentos e na implantação de arquivos intermediários, pois segundo Duranti (1994) ele reconhecia a necessidade dos arquivistas desviarem sua atenção dos usos acadêmicos dos registros para todas as fases de seu ciclo de vida, contribuindo, dessa forma, para a implementação de melhores procedimentos de guarda e a formulação das políticas necessárias a uma gestão responsável de documentos.

Ernst Posner e Theodore R. Schellenberg são considerados os responsáveis pela sua difusão e aplicação, nas décadas de 1950 a 1960, o que veio a produzir, conforme afirmam vários autores, inclusive Llansó I Sanjuan (1993), uma autêntica revolução na disciplina arquivística.

Mas como e por que tudo isso começou? Se é que podemos assinalar um marco.

Segundo Newton (1987 apud LLANSÓ I SANJUN, 1993, p. 68) as raízes do programa de *records management* poderiam, se quisessem, remontar à época colonial, quando os arquivos estavam organizados segundo o sistema de arquivos da Inglaterra. Já em 1810, o Congresso Americano expediu o *Archives Act*, que assinalava a necessidade de espaço para armazenar os documentos públicos uma vez que, até a instalação do governo em Washington, os arquivos eram itinerantes.

Do início do século XIX até os finais da Guerra Civil, em 1865, os Estados Unidos não apresentavam muitos problemas com relação ao armazenamento e conservação dos documentos públicos.

A partir de então e durante as décadas iniciais do século XX, ocorre um crescimento vertiginoso da documentação em virtude da proibição legal de destruí-la.

Em virtude dessa situação, comissões foram criadas, atividades censitárias foram desenvolvidas e atos legislativos foram expedidos, visando autorizar a eliminação de documentos, estudar procedimentos de aplicação das técnicas da administração moderna ao governo federal, recensear o volume de documentos acumulados nas agências federais, bem como autorizar a construção de um edifício para o arquivo nacional.

O desenvolvimento da área de *records management* na administração federal americana situa-se entre o ano de 1934, quando da votação do *National Archives Act*, e o ano de 1941 quando se projeta a instalação de um imóvel para armazenamento temporário dos documentos (*records centers*), segundo Walker (1989 apud LLANSÓ I SANJUN, 1993, p. 73).

Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, a situação, antes controlável, vai se tornando crítica, gigantesca para alguns, levando a criação de novas comissões e a expedição de atos legislativos específicos.

Destacam-se as ações das Comissões Hoover (1947 e 1953, respectivamente) e a *Federal Records Act*, de 1950, que determinava que os organismos governamentais dispusessem de um *records management program*.

Penn (1984) e Ricks (1985) (apud LLANSÓ I SANJUN, 1993, p. 75), afirmam que a lei forneceu os pilares da gestão de documentos nos Estados Unidos, a saber: 1) o conceito de ciclo de vida, 2) os programas de ação continuada, 3) o controle da gestão e 4) a especialização de quem a praticava. E Norton (1985 apud LLANSÓ I SANJUN, 1993, p. 76) a identifica como ponto de “nascimento” de uma nova profissão: o *records manager*.

Sobre a atuação das Comissões Hoover pode-se destacar que elas estabeleceram as práticas para a consolidação da área, no período de 1950-1960, introduzindo ações voltadas para o controle da produção documental, a racionalização das eliminações e a conservação econômica e concentrada dos documentos de guarda intermediária, bem como a difusão de manuais de procedimentos.

Quanto aos marcos legislativos que fortaleceram a área no período de 1970 a 1990, temos: o *Records Managenet Act*, de 1975, que consagra a definição de gestão de documentos; o *Amendements on Federal Records Managenet Act*, de 1976, que exige que cada agência federal preste contas de seu programa de gestão de documentos, por meio de um relatório anual, ao Arquivo Nacional dos Estados Unidos; e a reorganização da administração dos arquivos, quando nos meados dos anos 1980, o NARS (National Archives and Records Service) passa a denominar-se NARA (National Archives and Records Administration).

O governo federal do Canadá, em paralelo, também, desenvolvia ações que estimulavam a aplicação da gestão de documentos nos órgãos departamentais, uma vez que a administração e conservação dos documentos públicos tornavam-se cada vez mais dispendiosas, conforme demonstraram os diagnósticos e avaliações realizadas tanto pela Comissão Massey (1951), como pela Comissão Glassco (1961-1962).

De suas recomendações concretizaram-se, em 1956, a construção de um depósito central para os Arquivos Públicos do Canadá e, em 1966, o programa de gestão de documentos governamentais passou a ser coordenado pelo arquivista federal (*Dominion Archivist*).

A evolução e as práticas da gestão de documentos no Canadá são, amplamente, explicitadas em dois artigos dos arquivistas canadenses Croteau (1977) e Atherton (1979), aqui apresentados, de forma sintetizada, apenas para assinalar a importância que essas Comissões tiveram tanto nos Estados Unidos, como no Canadá.

3.2 DIFUSÃO DO CONCEITO E OS ENFOQUES

Não se pode falar de gestão de documentos como um conceito único e de aplicação universal, uma vez que de sua elaboração e desenvolvimento participaram fatores determinantes, em que se destaca uma dada e específica tradição arquivística, e também administrativa, e um contexto histórico e institucional.

Não se pode falar, ainda, de um modelo de gestão de documentos, mas de diversidades que se produziram com as práticas em diferentes países.

Os elementos economia, eficácia e eficiência, sem esquecer o fator produtividade, são ressaltados, normalmente, em quase todos os conceitos uma vez que as mudanças por que passavam as organizações, governamentais ou não, no início do século XX, tanto no processo de produção, como na organização racional do trabalho, passaram a exigir a adoção dos princípios da administração científica, preconizada pelo Taylorismo³.

Tais princípios, como o planejamento, o controle e a supervisão da execução, a padronização dos procedimentos, a divisão e especialização do trabalho e a capacitação dos

³ Modelo de administração desenvolvido pelos americanos Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e Frank Bunker Gilbreth (1868-1924).

trabalhadores, visavam alcançar os benefícios e as vantagens propaladas por aqueles qualificativos na *modernização* do processo administrativo.

Yves Pérotin, teórico francês que participou de missões de estudos na Inglaterra e nos Estados Unidos, sempre ressaltava a dificuldade de se traduzir (para o francês) tanto o termo *records* [documents ou archives], como o termo *management* [gestion], daí sua definição para a expressão *records management* tentar uma adequação da terminologia.

[...] o segmento de um programa de ação formulado para procurar economia e eficácia na criação, organização, conservação e utilização dos documentos [*records*] e nas disposições finais tomadas sobre eles, garantindo que os documentos [*records*] inúteis não serão criados ou conservados e que os documentos [*archives*] valiosos serão preservados. (PÉROTIN, 1962 apud LLANSÓ I SANJUAN, 1993, p. 68, tradução nossa)

Artel Ricks, em trabalho apresentado no 8º Congresso Internacional de Arquivos, ocorrido em Washington, em 1976, afirma que a gestão de documentos criou, no caso do governo norte-americano, maior consciência quanto ao significado dos documentos, qualquer que fosse seu suporte, tendo os arquivos nacionais, dos Estados Unidos e do Canadá, assumido a função de órgãos de apoio à administração pública com a competência de orientar programas de gestão de documentos em órgãos governamentais.

Para Michel Duchein, foram as necessidades nascidas com a crise econômica, dos anos 1930, e com a Segunda Guerra Mundial que forçaram governos e arquivistas a enfrentarem os problemas colocados pelo aumento da massa documental, cujas causas foram suficientemente explicitadas e cujas conseqüências no plano arquivístico não poderiam ser tratadas pelos métodos tradicionais.

Na Europa, nesse mesmo período, o problema foi tratado especialmente sob o ângulo do interesse histórico dos documentos, com diversas formas de controle dos *arquivistas-historiadores* sobre a seleção dos documentos a conservar e sobre a destruição do resto, constituindo-se o que se tem denominado, 'de maneira bastante imprecisa', às vezes, de pré-arquivamento. (DUCHEIN, 1993, p. 13, grifo do autor, tradução nossa)

Segundo o autor, as respostas a estes problemas foram diferenciadas de acordo com os países, os governos, as tradições arquivísticas e os contextos históricos.

Surgiram, a partir daí, vários modelos nacionais estreitamente ligados às condições culturais, econômicas, administrativas e históricas. Sendo as motivações de ordem econômico-administrativa, implantava-se o modelo americano, sendo de ordem histórico-arquivística, seguia-se o modelo europeu. Entretanto, Duchein afirma que:

[...] nenhum [modelo] é exportável tal qual fora do seu próprio contexto, e nenhum pode ser considerado como exemplar *in abstracto*. Porém, pode-se dizer que também, nenhum país pode, hoje, escapar da necessidade de definir a sua própria doutrina neste terreno. (DUCHEIN, 1993, p. 13, grifo do autor, tradução nossa)

A diversidade de modelos existentes, em termos internacionais, levou a UNESCO, por intermédio do RAMP⁴, a apresentar uma definição do conceito de gestão de documentos como “domínio da gestão administrativa geral com vistas a assegurar a economia e a eficácia das operações desde a criação, manutenção e utilização, até a destinação final dos documentos”.

Por intermédio desse Programa, a comunidade arquivística teve contato com o trabalho de James Rhoads (1983) sobre *A função da gestão de documentos e arquivos nos sistemas nacionais de informação*, no qual o autor descreve as fases e os elementos que compõem um programa de gestão de documentos, que devem conduzir com economia e eficácia o ciclo vital dos documentos, bem como formula os níveis de implantação desse programa.

De acordo com a descrição, as três fases básicas da gestão de documentos são as seguintes: 1) elaboração, 2) utilização e manutenção, e 3) eliminação de documentos.

Para esse autor, um sistema integral de gestão de documentos se ocupará de tudo o que sucede aos documentos de uma organização através de seu ciclo de vida, isto quer dizer, desde seu “nascimento”, passando por sua vida ativa e produtiva como meio de cumprir com as funções da organização, até sua “morte” ou destruição quando tenham cumprido com todas as finalidades pertinentes, ou sua “reencarnação” como arquivos, se possuem valores que justifiquem sua conservação.

Ao defender esse posicionamento, Rhoads assinala que “bons” arquivos dependem em grande medida de “bons” programas de gestão de documentos, já que somente estes podem garantir que os documentos de valor permanente sejam produzidos em materiais duráveis, sejam organizados de modo que possam ser encontrados facilmente, sejam cuidados adequadamente durante o período ativo de sua existência, sejam registrados, avaliados e recolhidos aos arquivos.

⁴ RAMP (Records and Archives Management Program): programa da UNESCO estabelecido em 1979 que buscou fazer com que o público em geral e os tomadores de decisão atentassem (despertassem) para a importância dos documentos e arquivos, bem como assessorar os governos no estabelecimento de infra-estruturas eficientes para a gestão de documentos e arquivos, e participassem do debate internacional dos problemas enfrentados pelos arquivos.

Sua proposta é uma das mais bem aceitas e adaptadas no cenário internacional e nacional, assim, a aplicação de um programa de gestão de documentos pode se desenvolver em quatro níveis:

- nível mínimo: estabelece que os órgãos devem contar, ao menos, com programas de retenção e eliminação de documentos e estabelecer procedimentos para recolher à instituição arquivística pública aqueles de valor permanente;
- nível mínimo ampliado: complementa o primeiro, com a existência de um ou mais centros de arquivamento intermediário;
- nível intermediário: compreende os dois primeiros, bem como a adoção de programas básicos de elaboração e gestão de formulários e correspondências e a implantação de sistemas de arquivos;
- nível máximo: inclui todas as atividades já descritas, complementadas por gestão de diretrizes administrativas, de telecomunicações e o uso de recursos da automação. (ARQUIVO NACIONAL. Brasil, 1993, p. 15-16)

Em um outro estudo desse programa, Evans (1979) propunha que a racionalização da criação, manutenção, uso e eliminação de documentos, deveria observar que cada arquivo [nacional ou governamental] refletisse tradições e práticas administrativas diferentes, nas quais, sem dúvida, poderiam assentar-se serviços de arquivos eficientes.

Para ele, entretanto, era necessário, e talvez urgente, resolver o problema da terminologia, da fixação de conceitos, da definição de funções e da uniformização das unidades de intermediação.

Outros autores, como Fishbein (1970) e Cook (1982), conceberam a gestão de documentos como a aplicação da administração científica com fins predominantes de eficácia e economia, sendo considerados os benefícios culturais e de pesquisa, para os futuros pesquisadores, meros subprodutos.

Para eles, conforme conclui Llansó I Sanjuan (1993), o arquivista teria, a partir de então, que pesar em uma mesma balança os custos e os benefícios culturais da manutenção e conservação dos documentos.

Segundo o historiador norte-americano Lawrence Burnet (JARDIM, 1987, p.35), a gestão de documentos é uma operação arquivística entendida como o processo de reduzir seletivamente a proporções manipuláveis a massa de documentos, que é característica da administração moderna, de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro sem menosprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa.

Michel Roper, em trabalho apresentado em reunião patrocinada pelo Conselho Internacional de Arquivos, em Budapeste, em 1985, analisava que o conceito de gestão de

documentos não era amplamente aplicado nos países não anglo-saxônicos e que, embora as instituições arquivísticas européias reconhecessem a prática da gestão de documentos, seu envolvimento tendia a ser maior em termos de avaliação e recolhimento dos documentos de guarda permanente.

Joaquim Llansó I Sanjuan, em seu livro *Gestão de documentos: definição e análise de modelos*, descreve e analisa com profunda e notável clareza as questões que envolveram o surgimento desse conceito, seus desdobramentos na realidade do exercício profissional (Gestores de documentos X Arquivistas) e os diferentes modelos que se desenvolveram no contexto internacional.

De seu texto destacam-se dois teóricos cujos posicionamentos refletem a questão da diversidade dos enfoques conceituais. Um deles, preocupado com a questão da produção documental em novos suportes, aponta para o seguinte fato:

As novas tecnologias tentam o gestor de documentos com o perigo da infidelidade: recuperação acelerada, economia de espaço e melhoria das comunicações mas, ao mesmo tempo, dificultam a tarefa do arquivista que tem de aplicar os princípios da procedência e ordem original e de avaliar o significado histórico e legal com o desaparecimento de fontes documentais em suporte papel. (SANDERS, 1989 apud LLANSÓ I SANJUN, 1993, p. 30)

Atherton (1985-1986), optando por uma posição conciliadora, afirma que os gestores de documentos e os arquivistas, em que pese as diferenças ainda existentes, têm o mesmo objetivo: *a gestão efetiva da informação registrada durante todos os estágios do ciclo de vida*.

Texto pioneiro sobre essa questão na literatura nacional é o artigo publicado na revista *Acervo* (v. 2, n. 2, 1987), de autoria de José Maria Jardim, sobre o conceito e a prática de gestão de documentos, no qual o autor apresenta diversas definições para esse conceito, considerado, a época, emergente na disciplina arquivística.

Naquele momento, já postulava o autor a necessidade urgente de se desenvolver e produzir conhecimento específico para a implementação de programas de gestão de documentos na administração pública, a partir da reflexão e do referencial das experiências internacionais.

A década de 1980 foi, também, promissora em termos de experiência de implantação de programas de modernização arquivística, em outros países latino-americanos, em especial no caso do México, onde o programa para o Governo Federal buscava no espírito e nos conceitos de gestão de documentos as bases metodológicas para planejar, dirigir e controlar a

produção, circulação, conservação e uso da informação documental. Relato detalhado desse programa integra o artigo da revista *Acervo* (v. 3, n. 2, 1988), de autoria de José Enrique Ampudia Mello.

Na década de 1990, o manual de arquivística, de autoria dos arquivistas canadenses (oriundos de Québec), Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, sobre *Os fundamentos da disciplina Arquivística*, apresenta com muita clareza os elementos fundamentais da teoria e prática arquivísticas européias associando-os com o *records management* norte-americano, superando a cisão existente na categoria profissional, formulando uma nova versão da disciplina, a chamada “arquivística integrada” e reconciliando os papéis desempenhados pelos arquivos e pelos arquivistas, ou seja, sua tripla função: administrativo, científico e cultural.

Fonseca (2005), ao tratar da (re) construção de marcos interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, apresenta um amplo painel sobre as origens e circunstâncias da trajetória da Arquivologia, onde o conceito de gestão de documentos aparece, no cenário internacional, como aquele que re-define o campo arquivístico, nos primeiros anos do pós-guerra.

Entretanto, nas palavras de Fonseca (2005, p.30), “a mais minuciosa e acurada história dos arquivos e das tradições arquivísticas já escrita em língua portuguesa”, é a obra intitulada *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, em especial o capítulo 2, em que os arquivistas portugueses, Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Julio Ramos e Manuel Luís Real, traçam uma profunda epistemologia da Arquivística.

O percurso, por eles descrito, inicia-se com a apresentação das práticas arquivísticas desde as civilizações pré-clássicas e, ao chegarem à contemporaneidade da estruturação dessas práticas na disciplina, destacam que o “fenômeno da explosão documental” não se restringe à informação científico-técnica.

Para esses autores, esse fenômeno engloba a informação produzida por estruturas administrativas de todo o tipo, *obviamente, os arquivos*, formalizando a contextualização do surgimento do conceito de *records management*, na época do pós-guerra, com a contribuição americana sem paralelo para a história da arquivística, que canadenses, franceses, espanhóis e portugueses traduziram por gestão de documentos.

Pela exposição clara, pelo material reproduzido para leitura e reflexão, pelo apurado referencial bibliográfico oferecido aos leitores poder-se-ia, inclusive, apelidar esse livro como o Manual dos arquivistas portugueses, numa livre associação ao famoso *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses (contemporâneos do belga Paul Otlet), uma vez que os próprios autores dedicam sua obra ao

centenário da primeira edição daquele, por aqui, conhecido como o *Manual dos arquivistas holandeses*.

Esse, sim, um verdadeiro clássico que, quanto mais se conhece por ouvir dizer, quando realmente lido, mais se revela novo, inesperado e inédito, uma vez que os princípios essenciais, que identificam e distinguem a Arquivologia de outras ciências, ali se encontram estabelecidos e fixados.

Para finalizar essa conceituação apresentam-se as definições propostas pelos instrumentos que normalizam a terminologia arquivística.

Pelas conhecidas versões do *Dictionary of archival terminology*, DAT1 (1984), DAT2 (1988) e DAT3 (2002), editados pelo Conselho Internacional de Arquivos, a gestão de documentos refere-se, respectivamente: a área da administração geral que procura alcançar economia e eficiência na criação, manutenção, uso e eliminação de documentos, isto é, durante seu ciclo de vida; e, o campo da gestão responsável pelo controle eficiente e sistemático da criação, manutenção, uso e destinação dos documentos.

Pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 100) a gestão de documentos se define como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento.

Pelo *Glossary of Archival and Records Terminology* (PEARCE-MOSES, 2005), gestão de documentos é o controle sistemático e administrativo dos documentos durante o ciclo de vida de forma que assegure eficiência e economia na sua criação, uso, manuseio, controle, manutenção e destinação. Sendo um programa de gestão de documentos constituído por atividades, políticas e procedimentos com os quais a organização instrumentaliza (implementa/operacionaliza) a gestão de documentos.

3.3 RENOVAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Se ao final do século XX, os conceitos de gestão documentos e de ciclo vital encontram-se consolidados, apesar das aplicações e práticas diferenciadas, vivenciadas tanto na América do Norte, na Europa e, também, na América Latina, é possível afirmar que os avanços científicos e o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação têm

desafiado a Arquivologia a rever e a renovar, mais uma vez, seus princípios e métodos de trabalho.

Se a explosão documental, nos anos 40 e 50 do século XX, havia trazido para Arquivologia uma redefinição da disciplina e dos profissionais que nela trabalhavam, a constatação que se tem é que, na atual, e assim chamada, era da informação, a crescente automação do processo produtivo e o uso intensivo dos recursos tecnológicos produziram tantos efeitos na geração, processamento, armazenamento, uso e acesso às informações arquivísticas, que novos, maiores e complexos desafios vêm se impondo aos profissionais, aos arquivos e a essa área do conhecimento.

Alguns teóricos discutem quebras e mudanças de paradigmas, outros procuram na perspectiva do pensamento contemporâneo as bases para as suas reflexões, outros foram buscar na Diplomática o sentido da validação e preservação do contexto de produção dos documentos eletrônicos.

Muitos seriam os nomes significativos a serem citados como exemplos de renovação epistemológica da área.

Nessa perspectiva, mais do que tentar romper com os modelos tradicionalmente aceitos, esses autores têm procurado fundamentar seus estudos, pesquisas e propostas de trabalho no efetivo controle do ciclo de vida da informação, baseando-se no gerenciamento arquivístico dos documentos, independente do suporte, formato ou mídia em que estes se encontram produzidos, armazenados e que precisam ser preservados, para serem efetivamente e continuamente acessados.

Esse crescente volume de documentos arquivísticos eletrônicos, ou digitais como se têm chamado mais recentemente, presentes em sistemas informatizados, tem ampliado a preocupação sobre a sua gestão, preservação e acesso a longo prazo.

Para assegurar a longevidade, é essencial a inclusão de requisitos de natureza arquivística desde o momento da concepção desses sistemas, tornando-se imprescindível o cuidadoso controle ao longo de todo o seu ciclo vital, de modo a garantir a autenticidade, a fidedignidade, a integridade e a acessibilidade.

O que de início parecia uma desestruturação dos princípios e práticas arquivísticas, hoje o papel da gestão de documentos para o controle do ciclo vital ganha uma revitalização incomparável, sua função torna-se primordial para garantir cada vez mais eficiência, eficácia e qualidade nos negócios, nas decisões e na preservação da memória.

Outro fortalecimento da área veio com a publicação da Norma ISO 15489:2001 Information and Documentation– Records Management.

Esta é a primeira Norma ISO na área de documentação e informação que volta a atenção para os processos que garantem um sistemático controle da produção, uso, manutenção e eliminação de documentos.

Ela é aplicável a todo documento de arquivo, independentemente do suporte material e da entidade produtora.

Ela oferece um conjunto de elementos, requisitos e metodologia que faz com que os gestores das organizações e os profissionais responsáveis pela gestão da informação implantem e desenvolvam programas de gestão de documentos, que dêem suporte às decisões e a continuidade administrativa e proteção àqueles que precisam ser preservados a longo prazo.

Com isso, revisitamos o pensamento de Duchein quando afirma que a Arquivística viverá, ou seja, não entrará em colapso, se conseguir dominar e controlar os fluxos informacionais.

3.4 CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

A literatura e a prática arquivísticas no plano internacional destacam, a partir da adoção do conceito de gestão de documentos, a importância da atividade de avaliação e seleção de documentos para a racionalização do ciclo de vida documental.

A avaliação é um processo de análise e seleção de documentos que visa estabelecer prazos de guarda e destinação final dos documentos, definindo quais documentos serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e em que momento poderão ser eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente, segundo o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração que os gerou e para a sociedade.

Os manuais nacionais (ARQUIVO NACIONAL, 1993, 2001) preconizam que nenhum documento deverá ser conservado por tempo maior do que o necessário para o cumprimento das atividades que o geraram.

A fixação da temporalidade é essencial para se alcançar a racionalização do ciclo documental, para reduzir, ao essencial, a massa documental dos arquivos e para ampliar o espaço físico de armazenamento, assegurando as condições de conservação dos documentos de valor permanente e a constituição do patrimônio arquivístico nacional.

A aplicação dos critérios de avaliação deve efetivar-se nos arquivos correntes, a fim de se distinguirem os documentos de valor eventual, de eliminação sumária, daqueles de valor probatório ou informativo.

Deve evitar-se a transferência para os arquivos intermediários de documentos que não tenham sido, anteriormente, avaliados, pois, o desenvolvimento do processo de avaliação e seleção nestes arquivos tem se mostrado extremamente oneroso do ponto de vista técnico e gerencial, bem como tem levado a formação de massas documentais volumosas, descaracterizando a função primordial dos arquivos de apoio às atividades gerenciais.

Os arquivos servem, em uma primeira instância, para apoiar o gerenciamento operacional. [...] Sem arquivos, nem as ações e transações que formam os processos e nem os processos de trabalho, eles mesmos, poderiam ser vinculados uns aos outros. [...] Arquivos devem não só assegurar que o trabalho seja feito de modo eficiente e efetivo, mas também possibilitar que terceiros cheguem se, e como, foi executado. Arquivos também servem para garantir responsabilidade e evidência. Arquivos confiáveis contêm evidência confiável a respeito de decisões tomadas, direitos adquiridos e compromissos assumidos. [...] Arquivos confiáveis tornam pessoas e organizações responsáveis umas com as outras, com fornecedores e clientes, e com a sociedade em geral. (THOMASSEM, 2006, p. 7)

Torna-se fundamental para o processo de avaliação que os documentos tenham sido classificados, pois só a classificação permite a compreensão do conteúdo dos documentos de arquivo dentro do processo integral de produção, uso e acesso à informação arquivística, mantendo os vínculos orgânicos específicos que possui com a entidade geradora.

Sem a classificação, fica nebulosa a característica que torna os documentos de arquivo peculiares e diferenciados em relação aos demais documentos: a organicidade. **Nenhum documento de arquivo pode ser plenamente compreendido isoladamente e fora dos quadros gerais de sua produção** – ou, expresso de outra forma, sem o estabelecimento de seus vínculos orgânicos. (GONÇALVES, 1998, p. 13, grifo da autora)

Segundo Schellenberg, “a classificação é básica à eficiente administração de documentos correntes”, com isso todos os outros elementos que compõem as ações que visem ao efetivo controle do ciclo de vida dos documentos “dependem da classificação”.

Se os documentos são adequadamente classificados, atenderão bem às necessidades das operações correntes. [...] Na avaliação de documentos públicos, o primeiro fator a ser levado em consideração é o testemunho ou prova que contêm da organização e da função. [...] Se a classificação dos documentos visa a refletir a organização. [...] E se, além disso, são classificados pela função [...] então o método de classificação proporciona as bases para a preservação e destruição, seletivamente, dos documentos depois que hajam servido aos objetivos das atividades correntes. (SCHELLENBERG, 1974, p. 61-62)

O processo de avaliação deve considerar a função pela qual foi criado o documento, identificando os valores a ele atribuídos, primário ou secundário, segundo o seu potencial de uso.

O *valor primário* refere-se ao uso administrativo, razão primeira da criação do documento, o que pressupõe o estabelecimento de prazos de guarda ou retenção anteriores à eliminação ou ao recolhimento para guarda permanente.

O valor primário relaciona-se, portanto, ao período de uso do documento para o cumprimento dos fins administrativos, legais ou fiscais.

Os documentos que testemunham a política e os procedimentos adotados pelo órgão no desempenho de suas funções possuem valor administrativo.

Os documentos que envolvem proteção de direitos a curto ou a longo prazo, tanto para o governo quanto de terceiros apresentam valor legal ou jurídico.

Os documentos relativos às operações financeiras e à comprovação de receitas e despesas, ou seja, aqueles que registram o controle orçamentário, tributário e contábil possuem valor fiscal.

O *valor secundário* refere-se ao uso dos documentos para outros fins que não aqueles para os quais os documentos foram, inicialmente, criados, passando a ser considerado fonte de pesquisa e informação para terceiros e para a própria administração, pois contém informações essenciais sobre matérias com as quais a organização lida para fins de estudo.

A gestão de documentos pressupõe essa intervenção no ciclo de vida dos documentos por intermédio de um conjunto das operações técnicas e processos que governam todas as atividades dos arquivos correntes e intermediários e que são capazes de controlar e racionalizar as atividades desde a produção e uso até a destinação final dos documentos.

Então, a vinculação entre a classificação e a avaliação é primordial para garantir o controle dos fluxos informacionais, o acesso e a disponibilização da informação.

Só essas práticas permitem o compartilhamento das informações para a tomada de decisão segura e transparente, a preservação dos conjuntos documentais para a guarda permanente, e asseguram que a eliminação, daqueles documentos destituídos de valor, a curto, médio ou longo prazo, seja realizada de forma criteriosa.

A tarefa da classificação exige o conhecimento da estrutura organizacional da administração produtora dos documentos e das necessidades de utilização dos documentos produzidos por esses administradores.

A classificação pressupõe a realização do levantamento da produção documental, atividade que permite conhecer os documentos produzidos pelas unidades administrativas de um órgão no desempenho de suas funções e atividades, e a análise e identificação do conteúdo dos documentos.

A classificação refere-se ao estabelecimento de classes nas quais se identificam as funções e as atividades exercidas, e as unidades documentárias a serem classificadas, permitindo a visibilidade de uma relação orgânica entre uma e outra, determinando agrupamentos e a representação, sob a forma de hierarquia, do esquema de classificação proposto.

A estruturação de um esquema de classificação pode ser facilitada pela utilização de uma codificação numérica para designar as classes, subclasses, grupos e subgrupos pré-estabelecidos, o que agiliza a ordenação, a escolha do método de arquivamento, a localização (física e lógica).

Esse esquema de classificação pode ser chamado de plano de classificação mas a atribuição da codificação numérica tem levado a adoção do termo código de classificação de documentos de arquivo. Essa codificação pode seguir o método de numeração decimal ou duplex.

A elaboração de um plano de classificação deve permitir a articulação entre os conjuntos documentais produzidos, formadores dos arquivos, e as funções e as atividades exercidas pelo produtor, a organização e ordenação dos documentos. Ele deve, também, possibilitar o acesso às informações, de forma rápida, eficiente e segura, assegurando que a prática da avaliação se constitua numa atividade essencial para a racionalização do ciclo de vida dos documentos.

As dificuldades encontradas nos processos de avaliação dos documentos são, de uma maneira geral, conseqüências da ausência de tratamento arquivístico a que se encontram submetidos os documentos produzidos e acumulados, tanto nas instituições públicas quanto nas empresas privadas.

A ausência de elaboração e implantação de programas de gestão de documentos tem ocorrido de uma forma sistemática, em função da falta de recursos humanos capacitados para a execução de tal atividade e da falta de instrumentais técnicos indispensáveis para orientar os procedimentos fundamentais de classificação e organização, de análise e seleção documental.

A esses fatores pode-se adicionar o desinteresse dos administradores, públicos e privados, que, ao fecharem os olhos para essa questão, só buscam solução quando se faz necessária a liberação de espaço físico “abarrotados de papéis”.

A solução para os conjuntos documentais acumulados e para esses depósitos abarrotados de papéis é um dos grandes desafios para os serviços arquivísticos das administrações públicas, não só no Brasil.

A ausência de tratamento arquivístico na administração dos arquivos correntes, ou seja, a preferência pela ordenação no lugar da classificação, associada à variedade de métodos de arquivamento empregados, que privilegiam os elementos de identificação formais e dificultam a distinção do uso administrativo e potencial dos documentos, vêm quase impossibilitar o estabelecimento de critérios de valor que orientam a tarefa da avaliação.

A avaliação não se reduz a um processo mecânico e nem deve ser aceita pela impossibilidade real de se conservar tudo.

A avaliação não é um processo subjetivo, baseado em “intuição ou em suposições arbitrárias de valor”.

Os critérios de valor devem ser *consistentes*, não podem ser “exatos ou precisos”, e nem “absolutos ou finais”.

A participação de outros profissionais, além de recomendável, é essencial para o processo de análise que exige conhecimentos especializados.

A avaliação de documentos deve ser baseada na análise total da documentação relativa ao assunto a que se referem os documentos. **A análise é a essência da avaliação arquivística.** Ao mesmo tempo que aquilata os valores probatórios dos documentos, o arquivista deve levar em conta o conjunto da documentação do órgão que os produziu. Não deve proceder avaliações baseando-se em partes, ou baseando-se nas unidades administrativas do órgão, separadamente. Deve relacionar o grupo particular de documentos que está considerado com outros grupos, para entender-lhes o significado como prova da organização e função. Sua apreciação depende do grau de análise das origens e inter-relações dos documentos. Igualmente, ao apreciar os valores informativos dos documentos, o arquivista deve levar em consideração a documentação total em conexão com o assunto a que se refere a informação. (SCHELLENBERG, 1974, p.196-197, grifo nosso)

O processo de avaliação deve ser visto como uma das competências da administração dos arquivos correntes como uma forma de assegurar a sua organização.

O levantamento dos prazos de guarda deverá ocorrer após a identificação dos documentos pelo processo de classificação e vincula-se à frequência de uso das informações e à existência de prazos legais a serem cumpridos, os chamados prazos prescricionais.

A prática de promover a avaliação em outra idade, que não seja a corrente, é considerada totalmente inadequada, pois os acervos acumulados encontram-se descontextualizados, na maioria das vezes, não classificados, apresentando características que exigirão propostas de destinação acompanhadas de justificativas específicas.

A função da tabela de temporalidade e destinação dos documentos como instrumento arquivístico é singular, pela capacidade de orientar os técnicos na tarefa de seleção dos documentos a serem eliminados, após cumprirem os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, ou serem preservados como de guarda permanente.

A metodologia para a sua elaboração deve fundamentar-se nas funções e atividades desempenhadas pelo órgão produtor, tomando-se por base o plano de classificação estabelecido para os conjuntos documentais, identificando os valores (primários e secundários) a eles atribuídos, definindo prazos de guarda e determinando a destinação final para que se contemple o controle sobre o ciclo de vida.

Não há dúvida de que as práticas arquivísticas da classificação e avaliação fundamentam as atividades de gestão de documentos

Entretanto, a elaboração e a aplicação de planos de classificação e de tabelas de temporalidade e destinação, instrumentos técnicos facilitadores do controle do ciclo de vida, são, muitas vezes, desprovidas de embasamento teórico-metodológico, propiciando que a função política, da garantia do acesso às informações e da preservação da memória e do patrimônio, nem sempre seja explicitada.

3.4.1 Classificação de documentos arquivísticos: fundamentos, escolhas e polêmicas

Classificar é dividir em classes ou grupos, segundo as diferenças e semelhanças, um conjunto de conceitos, categorias, metodicamente distribuídos ou dispostos.

É um processo mental, habitual, e por que não dizer “natural” do ser humano, pois automaticamente classifica as coisas, os lugares, os espaços, os seres, os fatos e as idéias, a fim de compreendê-los melhor, orientando e ordenando o mundo a sua volta.

Para Langridge (1977, p.15-17), “a classificação é sempre relativa, é sempre uma representação”, pois o homem elabora as classificações, não as descobre. Para ele, não existe razão em julgar qualquer classificação como sendo certa ou errada, pois uma classificação pode ser, mais ou menos, adequada para uma finalidade, embora “algumas classificações possam servir a mais propósitos do que outras”.

Segundo Perelman (1963 apud POMBO, 1998, p. 8), “classificar é escolher uma entre outras classificações logicamente possíveis procurando encontrar, para a escolha feita, um conjunto de razões suficientes”.

Para Foucault (2002, p. XV), mesmo quando estabelecemos uma classificação refletida não a fazemos com inteira certeza.

Que coerência é essa – que se vê logo não ser nem determinada por um encadeamento *a priori* e necessário, nem imposta por conteúdos imediatamente sensíveis? Pois não se trata de ligar conseqüências, mas sim de aproximar e isolar, de analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos; nada mais tateante, nada mais empírico (ao menos na aparência) que a instauração de uma ordem entre as coisas; nada que exija um olhar mais atento, uma linguagem mais fiel e mais bem modulada. [...] E, contudo, um olhar desavisado bem poderia aproximar algumas figuras semelhantes e distinguir outras em razão de tal ou qual diferença.

Em outras palavras nenhuma classificação propicia uma única solução, toda classificação pode combinar diferentes tipos de aproximações dos múltiplos objetos a serem classificados.

Apostel (1963 apud Pombo, 1998, p. 11) distingue as classificações morfológicas, genéticas, ontológicas e gnosiológicas (cuja natureza do domínio a classificar é intrínseca) das classificações pragmáticas (cuja natureza do domínio a classificar permite uma relação extrínseca), incluindo nessa última a classificação documental e bibliográfica por sua proposição funcional.

Pombo afirma, então, que é no contexto da classificação documental e bibliográfica que a classificação pragmática ganha um lugar privilegiado, baseando-se para isso na definição apresentada por Apostel (1963) e na concepção de Bhattacharyya e Ranganathan (1974).

[...] as classificações documentais e biblioteconômicas são propostas minuciosamente elaboradas, em geral, acompanhadas de um código, em que cada classe é designada por um símbolo. [...] na biblioteconomia como na documentação, as melhores soluções pragmáticas são, ainda e necessariamente, aquelas que se propõem resolver os problemas de eficiência prática em termos teóricos e conceptuais. [...] para o classificacionista, o que está em causa na apreciação do valor de uma classificação é a sua utilidade prática, a rapidez, a exactidão e a facilidade da sua utilização. (POMBO, 1998, p. 12-13)

Os princípios arquivísticos estabelecidos por Schellenberg, nos meados do século XX, tiveram, e ainda têm, importância inegável na configuração dos planos de classificação dos documentos correntes.

Esses princípios orientam a classificação dos documentos públicos em relação à *ação*, que para ele designava as *funções (meios e fins)*, *atividades (meios e fins)* e *atos* produzidos por uma *repartição de Governo*.

A *classificação* significa, enquanto aplicada aos documentos correntes, a *criação de um sistema de classes* dispostas em determinada ordem, segundo a qual se possam agrupar os documentos e a *localização dos documentos nos respectivos lugares em tal sistema*. [...] Há que distinguir-se a classificação do arquivamento [...] e distinguir-se-á ainda a classificação do arranjo do arquivo. [...] Os documentos públicos podem ser classificados de acordo com todos os tipos de classificação: funcional, organizacional e por assunto. [...] Como regra geral, há que classificar-se os documentos em relação à função. São eles o resultado da função; são usados em referência à função; devem ser, portanto, normalmente, classificados de acordo com a função. (SCHELLENBERG, 1959, p. 26-33, grifo do autor)

É oportuno destacar dos princípios por ele estabelecidos que o tipo de classificação “*por assuntos*” deve ordinariamente “*aplicar-se tão-só aos documentos que não derivem de ação governamental positiva ou impliquem esta última*”.

Entretanto, quando a classificação por assunto *é adaptada* aos documentos, e acompanhada por uma notação decimal, semelhante ao Sistema de Classificação Decimal desenvolvido por Dewey (em 1873), aconselha Schellenberg que se deve deixar bem claro *que se adota apenas a mecânica do sistema*, isto é, a divisão dos conjuntos documentais de determinado órgão em dez classes e, sucessivamente, em dez subclasses, usando-se uma notação decimal.

Recentemente, Renato Sousa tem dedicado estudos e pesquisas ao tema da classificação, inclusive na tese de doutorado, *Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito*, defendida em 2004, assinala que as bases do processo classificatório em Arquivística são intuitivas.

Seus escritos têm trazido uma contribuição substancial para os estudos de classificação arquivística, pois além da apurada história das classificações, de sua teoria, dos estudos dos princípios arquivísticos envolvidos no processo classificatório, apresenta e analisa vinte e sete conceitos e sua pesquisa tem a intenção de buscar um ferramental teórico-metodológico capaz de renovar os referenciais da área. Para ele,

Trabalha-se com classificação esvaziando-a do caráter hipotético desse tipo de construção intelectual, dos elementos de representação que ela encerra e da relação dos conceitos, que forma a base do processo classificatório. [...] A procura pelo diálogo com outras áreas do conhecimento humano [...] pode abrir a possibilidade de construção de um novo marco referencial para o tratamento da classificação das informações arquivísticas. (SOUSA, 2002, p. 12-16)

Apesar do papel fundamental exercido pelo processo de classificação na gestão de documentos, a carência de estudos e pesquisas sobre o tema não permitem uma “verticalização” nos fundamentos teóricos que embasem algumas escolhas feitas, ficando as

polêmicas suscitadas, quando da adoção desse ou daquele princípio, aguardando um maior “amparo” metodológico, que se espera ver em breve defendido.

3.4.2 Avaliação de documentos arquivísticos e suas implicações: testemunho, perda, memória e história

Arquivem tudo, arquivem tudo, disso sempre restará alguma coisa! (NORA, 1984, p. XXVIII)

Jacques Le Goff, em seu clássico ensaio sobre a Memória e por meio de uma revisão da literatura historiográfica e antropológica, apresenta os fundamentos teóricos do conceito de memória, destacando as diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita e as fases de transição da oralidade à escrita.

Com a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva transforma-se profundamente, pois o *armazenamento das informações* permite ao homem comunicar no tempo e no espaço, proceder ao registro e a memorização, ou seja, a perpetuação da lembrança, através da inscrição na pedra ou no barro, assegurando nessa passagem da esfera auditiva à visual reexaminar, reordenar, retificar, ou seja, *intervir*.

Com o aparecimento da imprensa, a memória escrita ocidental passa por transformações ainda mais profundas.

Com o impresso [...] não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. (LEROI-GOURHAN, 1964-1965, apud LE GOFF, 2004, p. 34)

Com a Revolução Francesa, assiste-se ao alargamento da memória coletiva e a uma “explosão” da memória com a apropriação dos novos suportes de memória, bem como a criação dos arquivos nacionais, dos museus e das bibliotecas passa a fornecer ao movimento científico e à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança.

À identidade dos Estados-Nação associa-se a própria invenção da nacionalidade, passou-se, assim, ao tempo dos lugares de memória, lugares onde se cristaliza e se refugia a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procurando “salvar” o passado para servir ao presente e ao futuro, tornando-se ainda um instrumento e um objetivo de poder.

Ao tratar da problemática dos “lugares de memória”, Nora (1984) afirma que existem lugares de memória porque já não existem os “meios memória”, para ele a memória e a história não são “sinônimos”, uma vez que a História se oporia à memória naquilo que ela tem de mais significativo, o absoluto.

Nora (1984, p. XXV-XXVI) afirma, também, que “a necessidade de memória é uma necessidade da história” que busca na materialização da memória uma forma de se multiplicar e de se impor, pois a memória é “a gigantesca e vertiginosa constituição de estoque material” daquilo que é impossível lembrar.

Os lugares de memória são, antes de mais nada, restos. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que já não existe uma memória espontânea que *é preciso criar arquivos*, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, registrar atas, porque essas operações não são naturais. [...] São lugares resgatados de uma memória que não habitamos mais, meio oficiais e institucionais, meio afetivos e sentimentais. (NORA, 1984, p.XXIV, grifo nosso)

Para Nora, ainda, “nenhuma época produziu voluntariamente tantos arquivos quanto a nossa” e a “obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo” passou a interferir na *totalização* tanto na conservação do presente como na preservação do passado, dando lugar ao que se tem chamado de uma “memória arquivística”.

A produção indefinida de arquivos é, também, a consequência da nova consciência de uma memória historicizada, cuja construção “incompleta” requer pesquisa, análise e discurso crítico uma vez que *faz uso daquilo que já não existe*.

Com a escola histórica positivista, ocorreu o triunfo do documento e com ele o testemunho escrito apresenta-se como prova histórica.

Com os fundadores da História Nova (*École des Annales*), a noção de documento amplia-se, bem como a sua crítica.

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, [...], se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza. (BLOCH, 2001, p.80)

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. (FEBVRE, 1953, apud LE GOFF, 2004. p. 98)

Não há história sem documentos. [...] Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou qualquer outra maneira. (SAMARAN, 1961 apud LE GOFF, 2004. p. 98)

A noção de vestígios, relíquias, ruínas, “alegorias”, objetos culturais, “silêncios”, “ausências”, “restos”, presentes nos discursos e nas práticas de estruturação e legitimação do passado, vive da nostalgia, delegando aos arquivos o papel de lembrança.

Esse tipo de proposição colocada pelos historiadores sinaliza que a utilização de um arquivo só pode ser compreendida sob a luz da noção de *fontes*.

Chamaremos de “fontes” todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, *voluntariamente ou não* – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, “virtuais” (contando, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) - e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos *comprobatórios* da informação afim de reconstituir uma seqüência particular do passado. (ROUSSO, 1996, p. 2, grifo nosso)

Entretanto, esses vestígios do passado só se tornam “fontes históricas” a partir do momento em que um pesquisador decidir escolhê-los, pois toda narrativa histórica é uma construção, não necessariamente verdadeira ou real, mas de uma maneira geral intrinsecamente coerente e contextualizada.

A conceituação de memória apresentada por Pollak (1992) corrobora essa colocação quando afirma que “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é um fenômeno construído”.

Michel Foucault, fonte de inspiração de *nossos* teóricos, em uma passagem do livro *A Arqueologia do Saber*, sintetiza aquilo que muitos pensam, acreditam e questionam.

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros; [...] ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa. (FOUCAULT, 2004, p.7-8, grifo do autor)

Rouso (1996, p. 4-6) apresenta um posicionamento que dialoga com a problemática pesquisada: a questão da avaliação dos documentos nos serviços arquivísticos federais.

[...] o testemunho assim como o arquivo dito escrito revelam por sua própria existência uma falta. [...] O vestígio é, por definição, o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido [...] todos os arquivistas sabem que perto de nove décimos dos documentos são destruídos para um décimo conservado.

O problema da avaliação, tanto em seus princípios quanto em suas práticas, sempre foi e, ainda, é muito pouco conhecido dos serviços arquivísticos públicos.

Para Jardim (1995), a noção de memória não é problematizada como referência teórica na literatura sobre a avaliação de documentos.

Para o autor, no Brasil, preconiza-se uma *política de salvaguarda dos documentos* que, na maioria das vezes, ignora os parâmetros científicos e confunde o histórico com aquilo que restou, num processo de resgate daquilo que o Estado produziu e acumulou de forma negligente, devido à ausência de normas e padrões de gerenciamento. Acrescente-se nisso a falta de recursos humanos, financeiros e materiais para o seu processamento técnico, armazenamento adequado, disponibilização, acesso e uso.

[...] os estoques informacionais dos arquivos públicos [...] tendem a ser considerados como parte de uma memória coletiva tomada como produto, e não como processo. Essa memória arqueologizável é frequentemente identificada sob a noção de **patrimônio documental arquivístico**. Compostos por acervos, mediante critérios teóricos e políticos pouco explicitados, os arquivos públicos, geralmente, promovem a **monumentalização** dos seus documentos. (JARDIM, 1995, p. 8, grifo do autor)

Para reforçar essa posição é fundamental perceber, em primeiro lugar, *que nem tudo que é produzido, fica registrado e nem ficará conservado definitivamente*.

Em seguida, é preciso dimensionar como *o processo decisório governamental* transcorre se *esbarra na falta de informação* e de memória.

E a partir dessas colocações, questionar como o processo de gerenciamento da informação arquivística governamental pode garantir as exigências de transparência, quanto às necessidades administrativas, políticas e democráticas, se as práticas arquivísticas adotadas não asseguram o efetivo controle dos ciclos informacionais.

4 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO

Todo esforço para governar melhor ou administrar com maior eficácia é inerentemente político. Particularmente no caso da gestão pública, isso supõe uma consideração rigorosa do Estado, visto tanto como aparato quanto como referência ética, tanto como “sociedade política” quanto como “sociedade civil”. Se a questão, enfim, é não apenas gerenciar – fazer com que as coisas funcionem da melhor maneira – mas mudar, transformar e produzir igualdade de forma ampliada e sustentável, então é no conjunto da experiência sócio-cultural, determinada em termos históricos concretos e em termos de história universal, que os olhares devem se concentrar. (NOGUEIRA, 2005, p.12)

A citação de Nogueira, que integra o *Prefácio* do livro **Um Estado para a sociedade civil**, abre espaço para colocar as dimensões política e técnica desta abordagem com relação à implementação de políticas públicas arquivísticas, uma vez que se trabalha com os ciclos e fluxos informacionais no âmbito das instituições governamentais brasileiras, mais especificamente nos serviços arquivísticos do Poder Executivo Federal, e com as configurações político-institucionais da informação arquivística, seu papel na tomada de decisão e na garantia do acesso público.

Com isso, procurar-se-á estabelecer uma interlocução com algumas reflexões que associam a configuração do Estado brasileiro ao universo organizacional da Administração Pública, à qualificação dos gestores, à participação da sociedade civil, ao acesso à informação e à idéia da gestão democrática.

Jardim (1999, p.21) afirma que a fragilidade da maior parte das estruturas e recursos informacionais do Estado e a ausência de políticas de informação, bem como as escassas possibilidades de acesso à informação governamental fazem com que o *Estado tende a ser invisível a si mesmo [...] [e] à sociedade civil*.

4.1 ESTADO COMO CAMPO INFORMACIONAL

Como analisar as ações, os sujeitos e os processos de construção e implementação de políticas públicas arquivísticas num cenário em que os princípios e as práticas democráticas “esbarram” na falta de informação ?

Em primeiro lugar, acatando a noção do Estado como campo informacional, procurando pensar o Estado como categoria de análise, *sem assumir um pensamento de Estado*, investigando o Estado como um lócus de saberes (a escrita do Estado, os arquivos, entre outros) e a sua dimensão simbólica, o papel dos agentes do Estado e da burocracia como produtora de um capital simbólico.

As idéias expressas por Bourdieu, quando aborda a gênese e a estrutura do campo burocrático, têm um papel central.

O Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores. A concentração de diferentes tipos de capital (que vai junto com a construção dos diversos campos correspondentes) leva, de fato, à emergência de um capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital. [...] O Estado concentra a informação, que analisa e redistribui. Realiza, sobretudo, uma *unificação teórica*. Situando-se do ponto de vista do todo, da sociedade em seu conjunto, ele é o responsável por todas as operações de *totalização*, especialmente pelo recenseamento e pela *estatística* ou pela contabilidade nacional, pela *objetivação*, por meio da cartografia, representação unitária, do alto, do espaço, ou simplesmente por meio da escrita, instrumento de acumulação do conhecimento (por exemplo, com os arquivos) e de *codificação* como unificação cognitiva que implica a centralização e a monopolização em proveito dos amanuenses ou dos letrados. (BOURDIEU, 2005, p. 99-105, grifo do autor)

Se para Bourdieu o Estado é um produtor de saberes, conforme coloca Jardim (1999, p.46) e, entre eles, destaca-se a Arquivologia (e seu objeto em especial, os arquivos), esta surgiu e se consolidou como uma *escrita do Estado*, logo é possível correlacionar que os agentes do Estado constroem e mobilizam um capital simbólico acumulado em toda rede de relações constitutivas do universo burocrático.

O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. [...] Segue-se que o Estado, que dispõe de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias

estruturas, é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico. (BOURDIEU, 2005, p.107-108)

Com isso, o Estado passa a “impor” pelo consenso ou pela coesão (violência simbólica) e não mais pela coação ou coerção (violência física).

[...] o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais da percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação. E cria, assim, as condições de uma espécie de orquestração imediata de *habitus* que é, ela própria, o fundamento de uma espécie de consenso sobre esse conjunto de evidências compartilhadas, constitutivas do senso comum. [...] Para compreender a dimensão simbólica do efeito do Estado, especialmente o que podemos chamar de *efeito de universal*, é preciso compreender o funcionamento específico do microcosmo burocrático; é preciso analisar a gênese e a estrutura desse universo de agentes do Estado (id, p.116-121, grifo do autor)

Para melhor entender algumas das colocações acima expostas, é necessário buscar no pensamento de Max Weber algumas dessas raízes.

Weber afirma que as formas de produção, uso e circulação da informação registrada pelo Estado - a documentação comprobatória - é produto da configuração burocrática racional. Ele define o Estado como

[...] aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o “território”, faz parte da qualidade característica – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do “direito” de exercer coação. (WEBER, 1999, p.525-526)

Assim, para o pensamento weberiano, o Estado é uma relação, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima) e para que o Estado subsista existem justificações internas e, também, três fundamentos da *legitimidade* dessa dominação, entre eles:

[...] a dominação, em virtude de “legalidade”, da crença na validade de estatutos legais e da competência” objetiva, fundamentada em regras racionalmente criadas, isto é, em virtude da disposição de obediência ao cumprimento de deveres fixados nos estatutos: uma dominação como a exercem o moderno “servidor público” e todos aqueles portadores de poder que com ele se parecem neste aspecto (id., p.526)

Em relação aos processos de *dominação*, do qual a *legitimação* é a contrapartida, a *dominação burocrática* é o tipo mais puro de *dominação legal*, por isso de acordo com Cohn (1986, p.31), Weber tem algumas de suas contribuições mais importantes, sobretudo quando

analisa a tendência, em qualquer tipo de dominação, para o aparecimento de um “quadro administrativo” encarregado de implementar o cumprimento e a aceitação como legítima da vontade dos dominantes, e examina a dinâmica das relações entre dominantes, quadro administrativo e dominados.

[...] que o Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio da dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos. (WEBER, 1999, p.529)

Uma característica do pensamento weberiano é o seu caráter eminentemente crítico. Segundo Cohn (1986, p.12-16), ele sempre escrevia contra alguém ou alguma coisa do seu tempo e a sua atenção sempre se concentrou sobre a particularidade da configuração histórica em que vivia, sendo o seu conhecimento empírico e teórico subordinado a isso, uma vez que o seu ponto de referência concreto era ainda mais particular, o Estado nacional e, mais especificamente, a Alemanha da sua época.

Em um Estado moderno, o domínio efetivo, [...] se manifesta [...] no cotidiano da administração, encontra-se, necessária e inevitavelmente, nas mãos do funcionalismo, tanto militar como do civil, pois também o oficial superior moderno dirige as batalhas a partir do “escritório” [...] o progresso em direção ao funcionalismo burocrático, baseado em contrato, salário, pensão, carreira, treinamento especializado e divisão de trabalho, competências fixas, *documentação* e ordem hierárquica, é o critério igualmente unívoco da modernização do Estado, tanto do monárquico quanto do democrático. (id, p.529)

Uma forma de construir possibilidades de análise do Estado, uma vez que se acata que o Estado é um constructo, é ampliar essa categoria para compreensão de sua legitimidade, assim como fizeram historicamente Bourdieu e Giddens, entre outros.

Na medida em que o Estado-Nação moderno (europeu, do século XIX) vai se sofisticando com outros níveis de controle e de complexidade, a sua configuração bastante consolidada em alguns territórios vai “entrando em crise” (não só com as duas Guerras Mundiais mas, essencialmente, com a globalização nos anos 90 do século XX) e, mais recentemente, tende a ser reformado, uma vez que o terreno das relações entre Estado e sociedade civil, na passagem do século XX para o XXI, segundo Nogueira (2005, p.77) encontra-se bastante congestionado, devido a diferentes esgotamentos.

Para Domingues (2001, p.18), o passo realmente inovador do texto de Giddens encontra-se na tese da vigilância nos processos intra-estatais, uma vez que ele destaca a “mobilização do poder administrativo”, calcada no armazenamento e controle da informação. Giddens destaca a administração dos estoques informacionais como um dos aspectos da vigilância, pois outro é a supervisão direta das atividades individuais por outros em posições de autoridade.

A “vigilância” refere-se a dois tipos de fenômenos relacionados. Um é a acumulação de “informação codificada”, que pode ser usada para administrar as atividades de indivíduos a ela associada. Não é apenas a coleção de informação, mas o seu armazenamento que importa aqui. A memória humana é um instrumento de armazenamento, mas o armazenamento de informação é fortificado intensamente por vários outros tipos de marcas e características que podem ser usados como modo de registro. (GIDDENS, 2001, p.39)

Para o autor, todas as formas de corpos administrativos do Estado são organizações cujo conhecimento sobre as condições de reprodução do sistema é usado para influenciar, dar forma ou modificar o próprio sistema, uma vez que as circunstâncias de algumas trajetórias de ação (ou de ações e, até mesmo, de políticas) estão abertas à escolha, podendo transformarem-se em processos decisórios e até “não-decisórios”.

[...] a dominação é expressa nas e pelas instituições que representam as continuidades mais arraigadas de vida social. [...] a dominação é expressa como modo de controle. [...] As formas de domínio são (mais ou menos) relações estáveis de autonomia e de dependência em sistemas sociais e são sustentadas por práticas cotidianas daqueles agentes que, em posições superiores, procuram influenciar as atividades de outros agentes. (id, p.35)

A capacidade transformadora de uma determinada organização burocrática não se encontra necessariamente sustentada pelo poder econômico, material e nem, muitas vezes, pelo aspecto político, mas sim na forma como esses “recursos de autoridade” (chamados de *poder administrativo*) são usados para assegurar resultados específicos, ou seja, depende da garantia de “consentimentos” da parte de outras organizações.

Deve-se distinguir o *alcance* de um regulamento, de uma ação, de uma norma ou de uma política, de sua *intensidade*, ou seja, de sua capacidade transformadora.

O [alcance] refere-se a até onde os atores em posições superiores são capazes de controlar amplas áreas de atividades daqueles que estão sujeitos às suas regras. [...] Por intensidade de controle, refiro-me às sanções que podem ser acionadas para assegurar o consentimento. [...] Uma variedade de relações possíveis existe entre o alcance e a intensidade do controle. (ib., p.36)

Quando Giddens associa a questão da vigilância e do poder administrativo, ele ratifica a posição da construção da esfera pública pela *escrita do Estado* que se originou como “um modo de anotação administrativa, usada para manter registros ou contas” e fornecer os meios de codificar a informação, que pode ser usada para o “controle administrativo exercido por um aparato de Estado”.

Defende a vigilância como uma “sistematização e integração da informação com propósitos administrativos”, relaciona o seu uso regular e controle como atividades fundamentais para a existência das organizações, e sugere que, muitas vezes, a carga ideológica não é percebida, ou assumida, por uma visão meramente *instrumentalista*.

Na concepção de Estado apresentada por Habermas, muitas questões se abrem e ampliam esta interlocução, pois ele integra a esse conceito outros elementos como território, povo e soberania, além da idéia de “invenção da nação” capaz de mobilizar “os corações, ânimos e as consciências morais”.

Segundo a compreensão moderna, *Estado* é um conceito definido juridicamente: do ponto de vista objetivo, refere-se a um poder estatal *soberano*, tanto interna quanto externamente; quanto ao espaço, refere-se a uma área claramente delimitada, o *território* do Estado; e socialmente refere-se ao conjunto de seus integrantes, o *povo* do Estado. [...] Na transformação do Estado moderno da fase inicial em uma república democrática, a *invenção da nação* desempenhou o papel de catalisador. A autocompreensão nacional constituiu o contexto cultural em que os súditos puderam tornar-se cidadãos politicamente ativos. [...] O Estado constitucional democrático [...] é uma ordem desejada pelo próprio povo e legitimada pelo livre estabelecimento da vontade desse mesmo povo [...] A idéia de nação [...] que torna consciente aos habitantes de um mesmo território a nova forma de pertença a um todo, política e juridicamente mediada. [...] Esse processo conduz a uma codificação dupla de cidadania, de tal modo que o status definido pelos direitos dos cidadãos assume ao mesmo tempo o significado de pertença a um povo culturalmente definido. [...] Com o surgimento do Estado nacional se modifica o sentido da soberania nacional. (HABERMAS, 2004, p.129-136, grifo nosso)

Para efeito de continuidade teórica, Castells conceitua esse Estado (seguindo o conceito de Giddens) a partir do ponto em que o Estado-Nação parece estar sendo superado pelas transformações históricas.

[...] enquanto o capitalismo global prospera e as ideologias nacionalistas demonstram seu vigor em todo o mundo, o Estado-Nação, cuja formação está historicamente situada na Idade Moderna, parece estar perdendo seu poder, mas não – e essa distinção é essencial – sua influência. [...] o crescente desafio à soberania dos Estados em todo o mundo parece advir da incapacidade de o Estado-Nação moderno navegar por águas tempestuosas e desconhecidas entre o poder das redes globais e o desafio imposto por identidade singulares. (CASTELLS, 2002, p.287)

Habermas coloca a concepção de Hegel em que “toda formação histórica, a partir do momento de sua maturidade, está condenada à decadência”; e, assim, preocupado com o avanço do esvaziamento da soberania dos Estados nacionais, provoca o seu leitor com a seguinte afirmação:

A globalização do trânsito e da comunicação, da produção econômica e de seu financiamento, da transferência de tecnologia e poderio bélico, especialmente dos riscos militares e ecológicos, tudo isso nos coloca em face de problemas que não se podem mais resolver no âmbito dos Estados nacionais, nem pela via habitual do acordo entre Estados soberanos. (HABERMAS, 2004, p.129)

Na medida em que se amplia a construção do campo teórico, é justificável retornar a Nogueira que, ao abordar os conceitos de Estado, governo, sociedade civil, hegemonia, democracia e burocracia, busca, na perspectiva teórica de Gramsci e no diálogo com Giddens e Habermas, repensar a relação entre o Estado (em crise) e a sociedade civil.

Ao analisar os desafios enfrentados pelo Estado, os problemas do desempenho governamental e a eficácia e eficiência da administração pública, destaca o comprometimento, de forma muito radical, da *democracia plena*, pois, ao mesmo tempo em que as sociedades tornaram-se modernas e globais, em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos, não se tem conseguido diminuir a desigualdade e a exclusão.

Toda essa movimentação condicionou a discussão a respeito da reforma do Estado, dando novo destaque à questão de saber que papéis e atribuições devem ser reservados ao Estado no quadro da modernidade e da globalização capitalista. [...] Aos poucos, foi-se perdendo a convicção de que o Estado poderia ser reformado rapidamente a partir de parâmetros tecnocráticos e economicistas, indiferentes à “dimensão humana” e concentrados exclusivamente na obtenção de ganhos fiscais, contenção de despesas e *enxugamento administrativo*. (NOGUEIRA, 2005, p.85, grifo nosso)

Cabe destacar, aqui, o surgimento do conceito de administração pública e ressaltar que os problemas, ora existentes nela, não devem ser reduzidos unicamente às suas questões estruturais.

A concepção de administração pública surgiu no contexto da formação do Estado burocrático moderno e, do ponto de vista sociológico, Weber foi o seu principal teórico. No pensamento weberiano é que se encontra claramente explicitada a separação entre as esferas pública e privada nas sociedades capitalistas.

No Dicionário de Política de Bobbio encontra-se uma clara explicação de como ela se constitui. A expressão administração pública designa o conjunto das atividades destinadas à

execução das missões ou tarefas consideradas de interesse público ou comum, correspondendo a uma gama bastante ampla de ações que se reportam à coletividade estatal, compreendendo tanto as atividades de Governo relacionadas com os poderes de decisão e de comando como aquelas relacionadas ao auxílio imediato ao exercício de Governo.

Entretanto, faz-se mister esclarecer que a Administração pública não pode ser reduzida, como às vezes ocorre, ao perfil de suas estruturas; de fato, isso não permite explicar integralmente o fenômeno administrativo público, tal como ele se delinea, do ponto de vista histórico e comparado, mormente se se tem em mente que nem sempre existiram estruturas do tipo burocrático destinadas à execução de atividades administrativas e que, muitas vezes, existe continuidade ou identidade parcial entre as estruturas governativas e administrativas. (BOBBIO, 1991, p. 10-11)

Ao voltar às palavras de Castells, ele afirma que se desenvolveu, nos anos 1990, um forte pensamento direcionado a substituição do Estado pela sociedade civil como reação à crise do Estado e ao esgotamento do modelo neoliberal.

Nogueira ao analisar as atuais relações entre Estado e sociedade civil, a partir da perspectiva dialética de unidade e distinção de Gramsci, afirma que elas efetivamente se estruturam tendo por base um projeto democrático, em que se valoriza a sociedade civil, politizando-a e libertando-a de interesses particulares, aproximando-a do universo dos interesses gerais, da hegemonia e do Estado.

Sem Estado (sem uma ligação com o Estado e sem uma perspectiva de Estado), não há sociedade civil digna de atenção: sem Estado não pode haver hegemonia. Nenhuma sociedade civil é imediatamente política. [...] sua dimensão política precisa ser construída. [...] Tudo levar a crer que o Estado não terá como voltar a desempenhar os mesmos papéis que desempenhou antes, mas ao mesmo tempo não é razoável imaginar que aqueles que pretendam dirigir o futuro consigam avançar se puserem fora do Estado ou sem um Estado (NOGUEIRA, 2005, p.103-110)

O avanço da globalização, a *cultura da virtualidade*, o surgimento de um movimento pró reforma do Estado e a *assimilação de um conceito rigoroso de sociedade civil* são fundamentais para que se compreenda o mundo de hoje, que aos poucos se *desterritorializa*.

As novas formas de pensar e organizar as atividades e as instituições desafiam constantemente a vitalidade dos Estados e da democracia, alterando a idéia de poder complicando os vínculos entre soberania e território.

As sociedades democráticas contemporâneas enfrentam questões estruturais no que tange a sua representação política, a compatibilização da justiça e a ampliação dos direitos sociais.

4.2 POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS:

Para o estudo das políticas públicas arquivísticas, fez-se necessário, inicialmente, uma melhor compreensão do conceito de política e de políticas públicas, para que assim pudesse ser analisado o que vem a ser a elaboração de políticas nacionais de arquivos dentro desse escopo maior que são as políticas públicas de informação.

Tal trajetória pode, em algumas situações, parecer desnecessária, uma vez que alguns termos aqui empregados já foram antes, e por muitas vezes, citados ou repetidos, e também, apresentados sem muita problematização, sem muita sustentação teórica, pelo simples fato de estarem naturalizados nos diferentes estudos que deles trataram.

As diferentes significações do termo política, ou melhor, as diferentes acepções da palavra pelos corpos teóricos da Ciência Política, da Filosofia, da Sociologia, da História demonstram a necessidade de explicá-la melhor antes de empregá-la.

O termo **política** é derivado do grego antigo, *politeía*, que indicava todos os procedimentos relativos à *pólis*, ou cidade-Estado e, conseqüentemente, ao que é urbano, civil, público e, até mesmo, sociável e social.

Para a filosofia aristotélica, a política tem por objeto a felicidade humana e divide-se em ética (que trata da felicidade individual do homem na *pólis*) e em política, propriamente dita (que trata da felicidade coletiva da *pólis*).

O termo foi perdendo o seu significado original, substituído pouco a pouco por outras expressões como “ciência do Estado”, “doutrina do Estado”, “ciência política”, “filosofia política” passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a *pólis*, ou seja, o Estado.

Aliada a essas concepções, a **política**, por vezes, pode ser **sujeito**, outras vezes, ela é **objeto**. Na primeira condição, temos a esfera da política referindo-se aos atos de ordenar ou proibir alguma coisa, com efeitos sobre todos os membros de um determinado grupo social, o legislar por meio de normas válidas para todos, ou o de tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros. Já na segunda situação, da esfera da política como objeto, temos as ações de conquistar, manter, defender e ampliar o poder estatal, bem como de elaborar, implantar e executar programas da ação governamental. (BOBBIO, 1991, p. 954-962)

Ampliando um pouco mais essas definições, a Filosofia apresenta a política como a análise da relação entre os cidadãos e a sociedade, as **formas de poder** e as condições em que

este se exerce, os sistemas de governo, a natureza, a validade e a justificação das decisões políticas. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1991, p. 197)

A Sociologia a apresenta como um processo social no qual o poder coletivo é gerado, organizado, distribuído e usado pelos sistemas sociais, onde o **poder** representa papel importante, sobretudo em torno da instituição do Estado e, com frequência, associado às instituições de governo. (JOHNSON, 1997, p.178)

O conceito de Política está estreitamente ligado ao de **poder** do Estado e a expressão *O que faz o Estado ?* Pode-se, então, encontrar definições simples, tais como: “tudo o que o governo decide fazer ou não fazer” ou “um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico”.

Entretanto, estudiosos de análise de políticas públicas, como Muller e Surel (2004, p.13), apresentam a dificuldade de estudar e analisar as políticas públicas na razão direta da polissemia do termo “política”, uma vez que este termo cobre, ao mesmo tempo, a esfera da política (*polity*), a atividade política (*politics*) e a ação pública (*policies*).

Dagnino (2002, p.2-3), ao trabalhar com análise de políticas públicas, e seguindo de perto o estudo dos consagrados autores ingleses Christopher Ham e Michael Hill (1993), ratifica essa questão, pois o termo política pode ser empregado de muitas maneiras. Para ele, política pode designar: o campo de atividade ou envolvimento governamental; um objetivo ou uma situação desejada; um propósito específico; as decisões do governo; uma autorização formal; um programa; um resultado; o impacto; uma teoria ou modelo; e, um processo.

Para esse autor, foi de fundamental importância a criação de um “decálogo” para auxiliar a compreensão do conceito de política, desde que se leve em consideração:

1. a distinção entre política e decisão [...];
2. a distinção entre política e administração;
3. que política envolve tanto intenções quanto comportamentos;
4. tanto ação como não-ação;
5. que pode determinar impactos não esperados;
6. que os propósitos podem ser definidos *ex post*: racionalização;
7. que ela é um processo que se estabelece ao longo do tempo;
8. que envolve relações intra e inter organizações;
9. que é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve múltiplos atores;
10. que é definida subjetivamente segundo as visões conceituais adotadas.

Como definir, então, o que é uma **política pública** ?

Muller e Surel colocam que, hoje, o Estado é percebido através de sua *ação*, por isso, estudar a ação pública é identificar e compreender os modos de relação existentes entre os

atores públicos e privados, bem como as fronteiras *dinâmicas e imprecisas* entre Estado e sociedade.

A conceituação apresentada leva a um conjunto mais complexo de significados pois, para eles, *uma política pública constrói um quadro normativo de ação*.

[...] uma política pública constitui um *quadro normativo de ação*; ela combina elementos de *força pública* e elementos de *competência* [expertise]; ela tende a constituir uma *ordem local*. Uma política pública é formada, inicialmente, por um conjunto de medidas concretas que constituem a substância 'visível' da política. Esta substância pode ser constituída de recursos: financeiros (os créditos atribuídos aos ministérios), intelectuais (a competência que os atores das políticas são capazes de mobilizar), reguladores (o fato de elaborar uma nova regulamentação constitui um recurso novo para os tomadores de decisão) e materiais. Ela também é constituída de 'produtos', isto é, de *outputs* reguladores (normativos), financeiros, físicos. (MULLER; SUREL, 2004, p. 16)

Se é fácil afirmar que uma política pública é um conjunto de decisões e de ações governamentais, na realidade a sua proposição, ou seja, a sua elaboração e implementação, apresenta muitas dificuldades, além de ser, também, difícil verificar se uma política pública existe e se apresenta uma estrutura de sentido para os atores envolvidos.

Entre as dificuldades existentes para a elaboração e implementação de políticas públicas apresentadas por Muller e Surel (2004, p.18-20), destacam-se:

- uma política pública se expressa por um conjunto de fins ou objetivos a se atingir, os quais encontram-se registrados em textos e consubstanciados em decisões do governo; essas lógicas de ação, às vezes, explícitas, outras vezes, fluidas e, mesmo, ambíguas, transformam-se, no processo de elaboração e implementação de políticas, em lógicas de sentido contraditórias;
- uma política pública envolve um "público", um conjunto de atores, públicos e privados (indivíduos, grupos, organizações, tomadores de decisão, beneficiários), que participam de sua proposição ou são "atingidos" pela ação do Estado numa determinada área; assim, é necessário saber *quem* define as normas da ação pública, qual é a modalidade ou a intensidade dessa participação, quais são os fatores que determinam essa capacidade de influência, uma vez que a ação do Estado não se restringe ao seu aparelho político-administrativo.

A construção de políticas públicas não se trata de um processo abstrato, pelo contrário, ela é o resultado da ação concreta dos seus atores, de seus modos de mobilização, das pressões exercidas, dos recursos - que não são apenas os indicadores orçamentários, mas

aqueles que conferem aos atores capacidade de agir e de exercer poder - das estratégias elaboradas, das decisões tomadas (ou não) e do impacto esperado.

[...] as políticas públicas têm como característica fundamental construir e transformar os *espaços de sentido*, no interior dos quais os atores vão colocar e (re)definir os 'seus' problemas e 'testar' em definitivo as soluções que elas apóiam. Fazer uma política pública não é, pois, 'resolver' um problema, mas, sim, construir uma nova *representação* dos problemas que implementam as condições sociopolíticas de seu tratamento pela sociedade e estrutura, dessa mesma forma, a ação do Estado. (MULLER e SUREL, 2004, p.31)

A preocupação com as políticas públicas, que dá origem ao surgimento da Análise de Política como campo acadêmico, acentua-se no início da década de 1960, segundo Ham e Hill (1993, apud DAGNINO, 2002, p. 4-5), quando os governos das sociedades ocidentais industrializadas depararam-se com uma enorme escala dos problemas. Assim, a Análise de Política caracteriza-se por uma *orientação aplicada, socialmente relevante, multidisciplinar, integradora e direcionada à solução de problemas*, além da sua natureza ao mesmo tempo descritiva e normativa.

A análise das políticas públicas que tem como objeto os problemas com que se defrontam os fazedores de políticas (*policy makers*) apresenta-se, assim, definida: “fazer *Análise de Política é descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz*. [...] Análise de Política é a descrição e a explicação das causas e conseqüências da ação do governo.” (DYE, 1976 apud DAGNINO, 2002, p.4, grifo do autor)

A classificação dos estudos de análise de políticas inscreve-se em categorias, cujas abordagens ou perspectivas de análise estendem-se sobre a tensão entre o descritivo (o melhor entendimento do processo político) e o prescritivo (a aplicação voltada para a solução do problema):

- a análise que tem como objetivo desenvolver conhecimentos sobre o processo de elaboração políticas (formulação, implementação e avaliação) em si mesmo - estudos sobre as características das políticas e o processo de elaboração de políticas - que revelam, portanto, *uma orientação predominantemente descritiva*;
- a análise voltada a apoiar os fazedores de política, agregando conhecimento ao processo de elaboração de políticas, envolvendo-se diretamente na tomada de decisões, revelando assim *um caráter mais prescritivo ou propositivo*.

Dagnino (2002, p.6) identifica três tipos de analistas de políticas:

- o “técnico”: interessado em pesquisa *policy-oriented*, é um acadêmico preocupado com a (ou atuando na) burocracia;
- o “político” (*policy advocate*): interessado em Análise de Política na medida em que lhe permite aumentar sua influência política;
- o “empreendedor”: interessado em usar a Análise de Política para influenciar a política.

Para ele, a posição não-engajada, *puramente acadêmica*, é válida na medida em que a isenção permite uma análise mais rigorosa; contudo, análises neutras, desprovidas de valores, são um mito, uma vez que a pesquisa é sempre influenciada pelos valores do analista. Uma postura cética, que questione os pressupostos dos tomadores de decisão é aconselhável.

Entre tantos problemas enfrentados pelo analista das políticas públicas, um toma uma relevância substancial, o distanciamento; é fundamental que se assuma na análise uma posição que permita ao pesquisador não tomar o lugar dos atores na determinação do sentido da política.

[...] é útil distinguir, para a análise, o sentido *explícito* de uma política, o qual é definido através dos objetivos proclamados pelos tomadores de decisão (quando eles existem) do sentido *latente*, que se revela progressivamente ao longo de sua implementação. [...] o analista deve levar em conta, ao mesmo tempo, as intenções dos tomadores de decisão, mesmo se estas são confusas, e os *processos de construção do sentido* na prática ao longo da fase de desenvolvimento da ação pública. (MULLER e SUREL, 2004 p. 24)

Se o analista de políticas públicas deve, preferencialmente, estar “afastado” do *locus* de produção da política a fim de que possa questionar não só as relações inter e intra institucionais, bem como as intenções e comportamentos dos atores, pode-se dizer que para uma identificação das características essenciais de uma política é necessário explorar a análise em três níveis:

- 1° do funcionamento da estrutura administrativa (institucional): implica em identificar as organizações (instituições públicas) envolvidas na política e os atores que se encontram em posição de maior evidência;
- 2° do processo de decisão: implica em pesquisar as relações entre os atores-chave que representam os grupos de interesse existentes;
- 3° das relações entre Estado e sociedade: implica em entender porque as relações que se estabelecem entre as várias porções do Estado e destas com a sociedade são como são. (DAGNINO, 2002, p. 10)

Esses níveis de análise envolvem, ainda, tanto o estudo do conteúdo das políticas como do processo de formulação das políticas, pois para autores como March e Olsen, citados por Muller e Surel, a questão de análise de uma política pública pode ser considerada numa outra abordagem (a cognitiva) como uma “interpretação da vida” ou como uma “interpretação

do mundo”, uma vez que por essa dimensão simbólica pode-se criar um instrumento de ordem interpretativa capaz de “isolar” os resultados das políticas públicas dos seus processos de construção.

[...] a idéia que uma política pública opera como um vasto processo de interpretação do mundo, ao longo do qual, pouco a pouco, uma visão do mundo vai impor-se, vai ser aceita, depois reconhecida como ‘verdadeira’ pela maioria dos atores do setor, porque permite aos atores compreender as transformações de seu contexto, oferecendo-lhes um conjunto de relações e de interpretações causais que lhes permitem decodificar, decifrar os acontecimentos com os quais eles são confrontados. (MULLER E SUREL, 2004, p. 53)

As diversas percepções dos atores (verdadeiras ou não, aceitas ou não, impostas ou não) são, de certa forma, alimentadas pelas narrativas que identificam e determinam a definição dos problemas, dentro da complexidade crescente das questões políticas e sociais propostas por um esquema de interpretação das relações Estado e sociedade.

Nesse quadro, a questão do acesso à informação aparece como recurso e instrumento dessa ação pública, fundamental para permitir que os atores “conheçam” e “identifiquem” os problemas e para que “consigam” agir, transformar e “testar” as soluções.

[...] a importância da informação e dos instrumentos mobilizados pelos atores públicos e privados no conhecimento dos fenômenos sociais é frequentemente assinalada como uma variável essencial na definição do quadro, da natureza, e também do ‘momento’ da ação pública. (id., p.62)

A informação como necessidade básica passa a ser objeto de política pública, pois a ampliação da cidadania civil e o fortalecimento dos governos democráticos só passam a ocorrer com a compreensão das questões públicas baseada em oportunidades plenas obtidas pelos cidadãos por intermédio de fontes alternativas de informação.

Desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigo 19) “todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão”, direito este que inclui “a liberdade de procurar, receber e transmitir informações”; com isso, o acesso e a utilização de informações foram ganhando importância fundamental para os cidadãos que desejam alcançar a “cidadania integral”.

Falar de **cidadania integral** é considerar que o cidadão de hoje deve ter acesso a seus direitos cívicos, sociais, econômicos e culturais em perfeita harmonia, e que todos eles formam um conjunto indivisível e articulado [...] argumenta-se que a democracia implica uma cidadania integral, isto é, o pleno reconhecimento da cidadania política, da cidadania civil e da cidadania social. [...] Com respeito à cidadania civil, registram-se importantes conquistas em matéria de legislação, porém

é preocupante a limitada capacidade dos Estados de garantir esses direitos na prática. (PNUD, 2004, p. 26-27)

Entre os elementos que compõem a conquista dos direitos civis, encontra-se o acesso às informações públicas, esse acesso torna-se fundamental para a consolidação não só dos direitos políticos mas, também, dos econômicos e sociais.

[...] a idéia de necessidades, incluindo o entendimento de necessidades econômicas, requer informação pública e intercâmbio de informação, visões e análises. Os direitos [...], incluindo a liberdade de expressão e discussão, não são somente fundamentais para induzir respostas sociais a necessidades econômicas, eles são fundamentais para a conceitualização das necessidades econômicas em si mesmas. (SEN, 1999, apud PNUD, 2004, p.69-71).

A elaboração e a implantação de políticas públicas tornam-se cada vez mais uma tarefa complexa a partir da ampliação do capital informacional gerado, processado, armazenado e disponibilizado pelo Estado, para que os cidadãos tenham garantidas as oportunidades para participar, discutir, deliberar e procurar soluções para que a política pública torne-se de fato uma ação, um programa sustentável e não adquira apenas o caráter de uma declaração de política.

4.2.1 Políticas Públicas de Informação

Em 1990, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) publicou um *Manual para a formulação, aprovação, execução e funcionamento de uma política nacional de informação*, de autoria de Victor Montviloff, dentro do Programa Geral de Informação do UNISIST (Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica), que orientou metodologicamente a formatação e a implementação de políticas nacionais de informação para os países em desenvolvimento.

Nesse Manual encontra-se a conceituação de política como *uma série de princípios e estratégias que orientam um curso de ação para alcançar um determinado objetivo*. Essa política aplicada ao campo da informação (entendida como aquela disponível publicamente e destinada a resolver problemas) orienta programas destinados ao desenvolvimento, uso e funcionamento dos recursos, serviços e sistemas de informação.

Nessa perspectiva, Montviloff (1990) expõe que as finalidades de uma política nacional de informação são o acesso às informações, aos conhecimentos especializados e as técnicas disponíveis, todos elementos destinados ao desenvolvimento, que devem interagir, estreitamente, com as políticas de bibliotecas e arquivos e, também, com as políticas de informática e de telecomunicações.

Caridad Sebastián, Méndez Rodríguez e Rodríguez Mateos (2000, p.23-24) afirmam que, a partir de então, passaram a existir tantas definições de política de informação quanto os numerosos estudiosos têm escrito sobre o tema, uma vez que o acesso à informação e a promoção de seu uso por parte de todos os cidadãos (ou seja, a consecução do direito à informação) converteram-se, no século XXI, em “funções críticas” da nova sociedade globalizada.

Para esses autores espanhóis, a revalorização do direito à informação como direito fundamental, nas diversas propostas de políticas de informação, passa a ter um potencial para contribuir para a democratização da sociedade da informação.

Dentro desse quadro de múltiplas definições, destacam-se, ainda, os teóricos que vêem como função principal das políticas de informação o fornecimento de um marco legal e institucional para o intercâmbio formal da informação.

De acordo com este ponto de vista “tecnocrático”, entende-se a concepção de uma política de informação quando esta for orientada por objetivos burocráticos e acompanhada com a produção de diversos instrumentos e documentos legais, pois *uma política emerge da própria organização do governo e do aparato estatal*.

Entretanto, sabe-se que as políticas não podem ser classificadas como “boas ou más”, e em virtude da complexidade do conceito, a sua formulação e a sua implementação devem considerar diferentes aspectos em diferentes contextos, tais como: identificação e análise dos recursos e dos serviços de informação; determinação de critérios de cooperação; formação de profissionais de informação competentes em tecnologias; promoção do uso dos diversos serviços de informação; e, estabelecimento de linhas de ação para evolução e manutenção dessa política.

Justificando tal posicionamento, a definição de política de informação desenvolvida por Michael Hill reforça esses aspectos.

As políticas de informação são programadas para encontrar as necessidades e regular as atividades dos indivíduos, da indústria e do comércio, de todos os tipos de instituições e organizações, e de governos nacionais, locais ou supranacionais. Devem regular a capacidade e a liberdade de adquirir, possuir e guardar a própria

informação, usá-la e transmiti-la. (HILL, 1995 apud CARIDAD SEBASTIÁN, MÉNDEZ RODRÍGUEZ E RODRÍGUEZ MATEOS, 2000, p.24, tradução nossa)

Segundo Castells (2002, p.302-303), antes do advento da era da informação, o controle sobre as informações era considerado o sustentáculo do poder do Estado. Hoje, com a globalização da mídia e as tecnologias de comunicação, *abrem-se as portas a era de comunicação extraterritorial*, onde a desnacionalização e desestatização da informação vêm acentuando uma nova diferenciação, a do campo informacional.

[...] *essa nova economia é informacional*, pois a capacidade para gerar, armazenar, processar e aplicar efetivamente o conhecimento baseado em informações determinará a produtividade e competitividade dos agentes. Ao mesmo tempo, ela é global, porque a produção, a distribuição e a concorrência são realizadas em uma rede internacional de interações. (CASTELLS 1999, apud ARAÚJO; GOMES, 2005, [p. 2])

Os Estados estão sendo pressionados a não deixarem de lutar (ou melhor, a voltarem a lutar) para controlar as informações, que circulam, de forma exponencialmente aceleradas, nas redes de telecomunicações interconectadas de forma global. Com isso, acredita-se que será possível reverter a formação de uma outra forma de exclusão, a digital, e não reforçar a desigualdade entre, os assim chamados, países “info-ricos” e “info-pobres”.

Cubillo chama a atenção para a situação dos países da América Latina, onde se vive e se fala de territórios localizados à margem da periferia, muito distantes desse “concerto” global, onde as políticas públicas de informação, lamentavelmente, nunca conseguiram se instalar nos lugares privilegiados das agendas dos governos.

Nossas políticas públicas de informação, os mandatos, as organizações e legislações que as sustentam, são e tem sido, no geral, incipientes, frágeis, insuficientes e desarticuladas entre si; porém se existiram e existem, ao menos formalmente em nossa região, tais políticas tem sido reconhecidamente o fruto do esforço e dos desvelos de pelo menos uma geração. Mas uma porção crescente das mesmas passou – sigilosamente, imperceptivelmente - ao desvão das recordações, sem que nada ou ninguém as tenha podido substituir ou reposicionar. (E tampouco, elas pareceram importar aos governos e a sociedade civil, ou, mesmo que se importassem, teriam podido fazer algo a respeito). (CUBILLO, 2003)

Em recente estudo publicado pela UNESCO, para definição de princípios para implantação de uma política nacional de informação, mais uma vez são reforçados os valores associados à disseminação da informação governamental para a ampliação da “transparência da governança” e para a diminuição do “hiato digital” provocado pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação.

No contexto da sociedade global, o objetivo é prover acesso universal e diminuir a lacuna entre os ricos e os pobres em informação. Um decisivo elemento dessa estratégia é expandir a quantidade e a qualidade da informação [...], particularmente aquela gerada no setor público ou em instituições de interesses público, e conseqüentemente facilitar o acesso aberto e eqüitativo de todos os cidadãos ao conhecimento e aos benefícios advindos dessa informação coletiva. [...] A disseminação aberta e irrestrita da informação do setor público também promove a melhoria da saúde e segurança públicas e do bem estar social geral, a medida que os cidadãos se tornem mais bem informados para tomar decisões sobre sua vida cotidiana, seu ambiente e seu futuro. (UHLIR, 2006, p.29-30)

Diante do exposto, cabe questionar, no caso dos países latino-americanos, e especificamente do Brasil, de que se está falando quando se menciona as políticas públicas de informação?

Quais foram as políticas de informação formuladas e implementadas? Quais foram as bem sucedidas? Se fracassaram, quais foram os motivos?

De que políticas de informação necessitam esses países da América Latina, que já conseguiram estender seus direitos políticos e agora buscam a ampliação dos direitos civis e sociais para enfrentarem o desafio global?

Como se situam as políticas arquivísticas no quadro das políticas públicas de informação?

4.2.2 Políticas públicas arquivísticas

A literatura arquivística internacional sempre destacou que a ausência de uma legislação específica na área de acesso à informação e aos arquivos impediria a superação dos impasses existentes nas ações que exigem a transparência do Estado e a garantia ao direito à informação por parte dos cidadãos, e que levam a preservação da memória e do patrimônio arquivístico nacional.

As práticas discursivas presentes nas falas de muitos atores do cenário arquivístico nacional, também, reforçam esse ponto de vista, uma vez que o aparato legal é apontado como condição *sine qua non* para superação do “caos documental”, legando as normas arquivísticas o poder de organização da totalidade, cuja tecnicidade emprestaria ao fazer arquivístico a capacidade de fornecer soluções.

Sabe-se, entretanto, que políticas não são produtos ou conseqüências da entrada em vigor de um ato legal ou normativo, elas são frutos de vontades, decisões e recursos que envolvem a presença e atuação do Estado e também da sociedade.

A legislação arquivística é parte indissociável e primeira de toda política de gestão de documentos que, num país, se concretiza em uma política nacional de arquivos. [...] a solução da maior parte dos problemas colocados pela gestão de arquivos passa pela infra-estrutura legislativa. [...] *Entretanto, somente uma lei de arquivos não é tudo.* Ela deve fazer parte de um conjunto que é uma política nacional de arquivos cujos componentes são a legislação e sua regulamentação, os recursos (humanos, materiais e financeiros) e um programa de ação. (COUTURE, 1998, p. 1-2, tradução e grifo nossos)

A conquista do marco legal na área dos arquivos, no Brasil, foi obtida em 1991, com a promulgação da conhecida Lei de Arquivos, cuja regulamentação tem sido objeto da atuação do CONARQ nos últimos treze anos.

Alguns de seus produtos trouxeram transformações ao cenário arquivístico brasileiro, entretanto, alguns analistas apontam um certo número de questões e destacam inúmeros fatores que influenciam o papel, o campo e as conseqüências da aplicação da legislação.

Essas questões e fatores confrontam-se e relacionam-se com o objeto da pesquisa pois o alcance e a intensidade dessas normas arquivísticas afetam a eficácia das políticas públicas, tanto para a sua formulação, como para a sua sustentação.

As políticas públicas arquivísticas necessitam, ou até mesmo exigem, um debate mais profundo com a participação de seus múltiplos atores, públicos e privados, assim como, também, a literatura arquivística carece de estudos e análises que propiciariam uma avaliação dos processos de formulação e execução dessas políticas.

Jardim vem, ao longo dos últimos anos, em artigos e palestras proferidas em eventos, provocando o debate sobre as questões que envolvem o tema da legislação e políticas arquivísticas, apresentando uma série de questionamentos (que, ainda, continuam aguardando por respostas) a partir da noção de políticas públicas arquivísticas por ele definida.

De forma sintética, entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2003, p.38-39; e 2006, p.10)

Com a intenção de colaborar para a ampliação do debate, pretende-se articular algumas respostas para as questões por ele colocadas, essencialmente no que tange à análise

das normas arquivísticas propostas pelo Conselho Nacional de Arquivos, sua aplicação pelos órgãos do Poder Executivo Federal e a repercussão para a transformação do cenário arquivístico.

Assim, buscou-se na análise do que tem feito os agentes do Estado para ampliar o acesso à informação arquivística governamental, por meio da adoção de programas e ações concretas da gestão dos documentos, produzidos, usados e preservados por interesses administrativos, científicos e culturais, e que tenham contribuído para o aumento da transparência do próprio Estado e para o exercício pleno da cidadania.

5 NORMA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo do diálogo, na interrogação, na recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de sinais que devem acompanhar o discurso; o ritual fixa, por fim, a eficácia, suposta ou imposta, das palavras, o seu efeito sobre aqueles a quem elas se dirigem, os limites do seu valor constrangedor. Os discursos religiosos, jurídicos, terapêuticos, e em parte também os políticos, não são dissociáveis desse exercício de um ritual que determina para os sujeitos falantes, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis convenientes. (FOUCAULT, s.d.)

Para elaborar um conjunto sistemático de conceitos que formem, controlem e guiem o conhecimento do objeto de pesquisa fez-se necessário buscar e apresentar diferentes definições de **norma**, uma vez que as normas são analisadas e, facilmente, visualizadas em seus aspectos técnico-científicos, ou seja, enquanto instrumentos como “algo da esfera do tangível e da prática”, em detrimento de sua dimensão política.

O uso da palavra norma, seja na Filosofia, na Sociologia, no Direito, bem como nas instituições responsáveis pelo estabelecimento e construção de padrões para a indústria, para a ciência e a tecnologia e, também, para a documentação, envolve significações específicas e singulares que podem auxiliar na identificação de suas dimensões e na escolha das categorias de análise que serão utilizadas.

Em Filosofia, normas são razões ou motivos para agir, para acreditar ou para sentir; elas prescrevem ações e condutas, são os fundamentos do dever e constituem objeto de estudo da Ética, quando nos referimos às normas morais. De acordo com a definição encontrada no Dicionário básico de Filosofia de Japiassú e Marcondes (1991, p.181):

Norma (lat. Norma: esquadro) – Regra em relação à qual pode-se emitir um juízo de valor, servindo portanto para estabelecer um padrão e prescrever uma determinada ação ou conduta, permitindo distinguir entre o certo e o errado, e no plano ético entre o bom e o mau, o justo e o injusto.

Se regras são tipos de normas, então os jogos e as competições dependem completamente das normas, uma vez que são elas que determinam como jogar, competir, pontuar e determinar os vencedores e os vencidos. Para a maioria das pessoas, no uso diário, a norma é um padrão considerado comum em suas práticas, hábitos e costumes.

Em Sociologia, a norma é uma regra cultural que associa o comportamento ou a aparência do indivíduo a recompensas ou castigos (sanções). Assim é exposto no Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica:

[...] as normas geram conseqüências sociais que produzem o efeito de regular a aparência e o comportamento. [...] Como as regras, as normas estabelecem uma vinculação entre um ato, por um lado, e sanções sociais, por outro. Nem o comportamento nem a sanção constituem a norma. Na verdade, a norma é toda regra que liga as duas. As normas cumprem uma grande variedade de finalidades sociais. [...] ajudam a definir e manter fronteiras que separam os de dentro e os de fora, uma vez que a conformidade visível a normas é sinal de filiação a um sistema social, e a violação das mesmas poderia levar o indivíduo a ser excluído ou expulso. As normas dão respaldo também a valores culturais. [...] Dessa maneira, as normas transformam o que em sua ausência seria considerado apenas uma forma desejável de comportamento em uma expectativa concreta, que encerra conseqüências sociais reais. (JOHNSON, 1997, p. 158)

Mesmo para o senso comum, a separação entre as normas e a prática – entre o que se deve fazer e o que em realidade se faz – chama a atenção, pois é reconhecido que as “ordens” estão longe de serem sempre obedecidas.

O Dicionário Crítico de Sociologia apresenta a distinção que, geralmente, os sociólogos estabelecem, em suas categorias de análise, entre as normas e os valores.

[...] as *normas*, que são maneiras de fazer, de ser ou de pensar, socialmente definidas e sancionadas, [distinguem-se] dos *valores* que orientam de modo difuso a atividade dos indivíduos fornecendo-lhes um conjunto de referências ideais, e ao mesmo tempo uma variedade de símbolos de identificação, que os ajudam a situar a si e aos outros em relação a esse ideal. Contudo a ordem dos valores e a ordem das normas não são rigorosamente separadas – exceto no caso limite de uma ação técnica, plenamente consciente dos fins que busca e com domínio absoluto dos recursos e meios que mobiliza. (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p.394)

Salienta, ainda, que se observe que qualquer distinção das ações sociais pode ser relativa e abstrata, e até mesmo arbitrária, contudo deve apresentar, do ponto de vista de análise o caráter dicotômico de toda distinção.

O objeto da Ciência Jurídica é o estudo da norma jurídica, cuja especificidade é apontada, essencialmente, na Teoria Geral das Normas (1986) e na Teoria Pura do Direito (1994), do “ilustre jusfilósofo” Hans Kelsen, “cuja preocupação de pureza metodológica e rigidez na construção das categorias e conceitos fundamentais” se impuseram no intuito de

assegurar a cientificidade e autonomia do Direito, definindo a norma jurídica como um imperativo e distinguindo-a de uma simples ordem.

Com efeito, para Kelsen, o que caracteriza a norma jurídica é sua universalidade, que não se deve confundir nem com a generalidade, nem com uma média estatística, já que uma norma pode resolver um caso estritamente singular. Ela não procede nem do arbítrio nem do interesse dos cidadãos comuns, e tampouco de uma doação, por parte dos sujeitos de direito, em favor da ‘consciência coletiva’. [...] A característica da universalidade é que a norma [...] exprime a vontade daqueles que ela obriga. [...] Para o formalismo kelseniano, a norma se torna juridicamente obrigatória pelas condições em que é formulada; a juridicidade se prende às normas enunciadas pelas autoridades competentes, isto é, aquelas que receberam essa missão e a exerceram nas formas constitucionalmente convencionadas. (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p.395-396)

Para Machado (2007), essa formulação de Kelsen está assentada na distinção entre o “mundo do ser” ou da realidade (ou da natureza) e o “mundo do dever-ser” ou da obrigação (ou da imputação), sendo a condição da norma o sentido ou a relação específica entre o ato e a sanção.

A Ciência do Direito estabelece um sistema de normas jurídicas por meio do qual uma conduta é prescrita, permitida ou facultada, e um esquema de interpretações onde os enunciados, sobre um objeto dado ao conhecimento, têm uma significação jurídica. Assim, Kelsen admite a existência de várias interpretações, cabendo ao jurista ajustá-las ao caso concreto.

[...] a norma jurídica não pode ser considerada como verdadeira ou falsa, apenas como válida ou inválida. A ordem jurídica formaria uma pirâmide normativa hierarquizada, onde cada norma se fundamentaria em outra e a chamada norma hipotética fundamental legitimaria toda a estrutura normativa. [...] Para Kelsen, um dos requisitos de validade da norma seria que esta deveria encontrar seu fundamento em outra hierarquicamente superior e a norma hipotética fundamental seria o fundamento para todo o ordenamento jurídico, [para ele] a função da ciência jurídica é descobrir o significado objetivo que a norma confere ao comportamento e o critério para operar esta descrição sempre se localiza em alguma outra norma, da qual a primeira depende. O jurista deve caminhar de norma em norma, até a hipotética fundamental. Kelsen estuda a estrutura lógica da ordem jurídica como piramidal. Diz ele que o legislador, ao elaborar a lei, está aplicando a norma constitucional; o juiz, ao sentenciar, está aplicando a lei. Temos aplicação de uma norma superior e a produção de uma norma inferior. (SOUZA, 2005)

Desta forma, uma norma jurídica só é considerada objetivamente válida quando a conduta humana por ela regulada lhe é correspondente, ou seja, eficaz, decorrendo daí que a norma deixa de ser considerada válida quando perde sua eficácia.

Sintetizando, a norma jurídica é um imperativo de conduta, que obriga o ser humano a se comportar da forma por ela desejada, é a “célula do ordenamento jurídico”, ou seja, o corpo sistematizado de regras de conduta caracterizadas pela coercitividade e imperatividade.

Em termos jurídicos, toda norma implica em uma conduta e uma sanção, pois se tratasse apenas sobre a conduta, seria algo como uma recomendação, um “conselho”. Para a Ciência do Direito se não há sanção, não é norma.

Verificando outros enfoques do uso dos termos norma, normalização e normativo temos, para as diversas áreas da Ciência e Tecnologia, uma norma (ou padrão) como uma especificação que regulamenta processos e produtos para garantir a interoperabilidade. Assim como em Informática, a normalização de uma base de dados consiste em aplicar uma série de regras para evitar a redundância dos dados e proteger a sua integridade.

Dentro da área de produção da indústria farmacêutica, temos as *boas práticas de produção*, como um conjunto de normas e procedimentos a serem seguidos, para se conseguir que os produtos sejam fabricados de maneira consistente e de acordo com certos padrões de qualidade. Temos, também, a norma de qualidade que é uma regra ou diretriz, para diversas atividades e serviços, desenhada com o fim de se conseguir um grau ótimo de ordem no contexto da qualidade.

De uma maneira geral, as regras da ciência são um conjunto de princípios que pautam a maneira como os cientistas realizam seu trabalho, seguindo as *normas de desinteresse, de socialização, de universalismo e do ceticismo organizado*, traduzindo:

espera-se que os cientistas atuem em benefício da ciência; [...] que compartilhem livremente entre si os resultados que obtêm, com vistas a promover a descoberta científica; avaliem os resultados exclusivamente segundo seus méritos científicos objetivos; [e] questionem sempre seus resultados e resistam à tentação de concluir que qualquer idéia sobre como as coisas funcionam está definitivamente provada como verdadeira. (JOHNSON, 1997, p.191)

A cultura contemporânea, ou o chamado mundo da era da informação, ao enfrentar os problemas oriundos da globalização, onde o dinamismo variável do capitalismo conjugado aos crescentes fluxos de informação, propiciados pela acelerada introdução das novas tecnologias de comunicação, exige cada vez mais que se “construa” uma normalização.

Assim, a normalização é visualizada como capaz de oferecer não só uma diminuição das desigualdades econômicas e das exclusões sociais, como também a *redução das incertezas* de seus projetos, conquistas e sonhos.

Associamos essa questão da exigência da normalização ao que Habermas expõe sobre a busca da *auto-regulamentação do mercado global e a integração espontânea em rede* como forma para se atingir consensos em torno de arranjos e procedimentos, num *contexto indiscernível de desordem* onde se operam sem quaisquer normas.

O cidadão da era da integração em rede define-se cada vez menos por seu compartilhamento do exercício de soberania e cada vez mais pelo fato de poder desenvolver uma atividade em um âmbito no qual todos os procedimentos obedecem a regras claras e previsíveis. [...] A norma não será mais expressão da soberania, mas tão-somente um fator de redução de incerteza, um meio para a diminuição de custos operacionais, à medida que se aprimora a transparência. (GUÉHENNO, 1994 apud HABERMAS, 2004, p. 149)

Com isso, a tarefa ou o exercício da normalização, a cargo de diversas instituições, além de se preocupar com a elaboração e aprovação de normas a serem adotadas internacionalmente, vem se apresentando como uma “solução” para se integrar, conectar e interligar com qualidade, eficácia e transparência o mundo globalizado.

Milton Santos, abordando a questão das mudanças que o espaço físico vem passando, hoje, em relação à produção dos objetos e das ações, coloca como as relações sobre as normas e o território vem se traduzindo para a “organização” das “coisas”.

Essa tendência de uma ordem mundial mais normativa vem impondo uma uniformização no campo da gestão, da tecnologia, do consumo e dos modos de vida.

Para Santos (1997, p. 182-184), as normas classificam-se em função da escala de sua atuação e pertinência, sendo sua eficácia determinada segundo os lugares “pois o conteúdo técnico e informacional de cada área tem um papel fundamental no comportamento dos agentes”.

O território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação. A força desses núcleos vem de sua capacidade, maior ou menor, de receber informações de toda natureza, trata-las, classificando-as, valorizando-as e hierarquizando-as, antes de as redistribuir entre os mesmos pontos, a seu próprio serviço. (SANTOS, 1997, p.184)

É necessário que se dê realce às dimensões de um norma, pois normalizar pode, também, ter a função de *harmonizar*, num determinado espaço histórico-cultural, e até mesmo lingüístico, as diferentes manifestações presentes em um conceito, pois no dizer de Depecker, a normalização tem pelo menos dois sentidos:

[...] o de **normalização técnica**, que é a normalização dos objetos industriais cuja intervenção se dá nos procedimentos de fabricação ou de utilização de produtos industriais. São feitas normas, principalmente para assegurar a confiabilidade dos produtos, para permitir sua troca e sua comercialização no mundo. O outro sentido é o de **normalização terminológica**, que se ocupa da descrição de regras de fabricação desses produtos, uma vez que é necessário construir terminologias que designem exatamente os objetos [...] é preciso que o mesmo termo seja empregado para o mesmo conceito ao longo de toda a norma e de uma norma a outra. (DEPECKER, 1995 apud FAULSTICH, 2006, p.27)

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)⁵ a **normalização** é a atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva, e pode se referir a três situações diferenciadas:

- a criação de normas, regras ou regulamentos com o objetivo de regular as atividades relacionadas a determinada área produtiva;
- a aplicação de normas, regras ou regulamentos referentes a determinada área às atividades ou organizações atuantes naquela área;
- o processo de estabelecer e aplicar regras a fim de abordar ordenadamente uma atividade específica, para o benefício e com a participação de todos os interessados e, em particular, de promover a otimização da economia, levando em consideração as condições funcionais e as exigências de segurança.

A ABNT apresenta a definição de **norma técnica** como um documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características para atividades ou seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto.

Essas definições em muito se assemelham àquela encontrada nos Dicionários Enciclopédicos de Informação e Documentação, em língua francesa, cujo verbete sobre norma é de autoria de Éric Sutter:

a norma [...] é um documento estabelecido por consenso e aprovado por organismo reconhecido, que fornece, para usos comuns e repetitivos, as linhas diretrizes ou as características, para as atividades ou seus resultados, garantindo um nível de ordem ótimo dentro de um contexto dado. O objetivo de uma norma é de permitir a capacidade de empregar, de um aparelho, de um produto ou de um dispositivo (especificação), de assegurar a interoperabilidade (unificação) e de realizar com menor custo (simplificação). (DICTIONNAIRE, 2004, p. 167, tradução nossa)

⁵ A **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, fundada em 1940, é o órgão responsável pela normalização técnica no país. É uma entidade privada, sem fins lucrativos, reconhecida como único Foro Nacional de Normalização. É membro fundador da ISO (International Organization for Standardization), da COPANT (Comissão Panamericana de Normas Técnicas) e da AMN (Associação Mercosul de Normalização). Sua missão é prover a sociedade brasileira de conhecimento sistematizado, por meio de documentos normativos, que permita a produção, a comercialização e uso de bens e serviços de forma competitiva e sustentável nos mercados interno e externo, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico, proteção do meio ambiente e defesa do consumidor. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/>>, acesso em 5 de maio de 2007.

O grau de imperatividade de uma norma pode ser muito variável: de uma forte obrigação (cujo desrespeito pode abaixar o nível de qualidade ou fazer perder o mercado) aos conselhos práticos. Os trabalhos de normalização podem dar lugar à publicação de ‘fascículos de documentação’ que não têm valor jurídico e coercitivo [...] mas que constituem recomendações. A aplicação da norma é geralmente voluntária, qualquer um pode ceder as obrigações pela linha da regulamentação (por exemplo, regras de segurança). Um certo conjunto de normas servem igualmente de referencial a certificação de produtos, de serviços ou de sistemas de gestão de qualidade. (DICTIONNAIRE, 1997, p. 428-429, tradução nossa)

Para a lógica normativa, as rotinas, as regras e os modos operatórios padronizados tornaram-se um fator de ordem no desempenho das atividades pelas diferentes instituições, pois reduzem o caráter caótico da competição.

Segundo Muller e Surel (2004, p.42), as regras podem variar de um extremo a outro, podendo ser: procedimentais, especificando caminhos; decisórias, determinando como insumos convertem-se em produtos; valorativas, fixando critérios para medir resultados; de alocação de autoridade; de fixação de responsabilidades e de acesso às diversas instituições, bem como o recolhimento e a utilização de informações.

O ordenamento normativo não estabelece que todas as ações sejam por ele determinadas e nem uma “multidão” de regras significa que os indivíduos estejam “presos” as rotinas, pois com muita frequência a contribuição das normas, para a sociedade como um todo, é invisível, somente quando há uma ausência de normas é que sua importância é notada.

Poder-se-ia, também, buscar no pensamento de Foucault, aportes teóricos para se estudar o papel e o poder das normas em diversos campos disciplinares.

Para Foucault (1999, apud POGREBINSCHI, 2004, p.194 -197) o poder da norma surge com o poder disciplinar, onde **o elemento norma** “tanto se aplica a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”. Assim, a norma da disciplina e a norma da regulamentação dão origem ao que Foucault chama de *sociedade da normalização*, “na qual coexistem indivíduo e população, corpo e vida, individualização e massificação, disciplina e regulamentação”.

Para ele, a sociedade burguesa gerou uma obsessão pela norma e pelas normas disciplinares, presentes nas escolas, nas forças armadas, na manutenção de padrões na produção industrial e, até mesmo, nas normas gerais de saúde nos hospitais.

Foucault está interessado em perceber o poder junto das pessoas em sua vida cotidiana e, com isso, vai analisar o poder como uma “malha capilar de micro-poderes” onde poder normativo disciplinar está difundido por toda a sociedade e se espalha entre todos os indivíduos através de pequenas práticas repetitivas como “as condutas, os comportamentos, as classificações, as normatizações e os adestramentos”.

Os dispositivos disciplinares utilizam a “vigilância” em lugar da punição física e violenta para exercer o seu poder. A vigilância, por sua vez, se funda em “saberes racionais e normativos”. Estes “saberes” sempre visam uma maior eficiência, um maior conforto, mais prazer, mais saúde e etc. Isto torna a vigilância algo desejado e não algo odiado. Esta é a maior astúcia da sociedade disciplinar: o poder controlador passa a ser desejado como algo prazeroso. (RODRIGUES, 2003)

Pela concepção jurídico-discursiva da norma, existe a co-relação da dimensão da norma e do poder com a punição, a repressão, a interdição, a sanção e, ou até mesmo, com a censura. Nas análises jurídicas, o poder e a norma mantêm contato com o Estado, a lei, a soberania e a dominação.

Para compreender o conceito de poder e o papel das normas disciplinares, em Foucault, é necessário entender antes a rejeição e o afastamento daquilo que ele chama de “hipótese repressiva” do poder. E para que no pensamento *foucaultiano*, o poder deixe de ser visto como algo negativo, para que ele deixe de ser associado com repressão e interdição, é preciso que:

[...] ele deixe de ser visto como lei, como direito [...] enfim, que se rompa com essa sua visão jurídica. [...] Alterando-se, portanto, a chave de interpretação histórica, olhando as sociedades modernas mais de perto, [percebendo-se] que o direito cede lugar à técnica, bem como a lei à normalização. Nesse contexto, *o poder* transparece antes em seu aspecto positivo e produtivo; ele *se encontra* na verdade irrompendo em *pequenos mecanismos, técnicas e procedimentos* e, mais do que isso: o poder se encontra em mecanismos positivos, *produtores de saber*, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de mais poder. (POGREBINSCHI, 2004, p. 187, grifo nosso)

A **norma** apresenta-se, nas diferentes concepções acima expostas, como um conjunto de princípios, técnicas e procedimentos (para as ciências, de uma maneira geral) ou como maneiras de ver, sentir e agir (para o senso comum) que estabelecem, criam ou impõem regras, padrões, comportamentos, modelos, exemplos, recomendações, conselhos, julgamentos, valorações, prescrições, sanções, coerções, tanto para o indivíduo na sua vida diária, como para sua vida social, e em suas diversas implicações morais, éticas, econômicas e políticas.

Assim, tomando-se as normas como sinônimo de regras e prescrições, com implicações técnicas e jurídicas, para um público determinado, a intensidade e o alcance de sua observância apresentarão implicações políticas; mas se essas mesmas normas forem apresentadas a outros atores, em outras instâncias, poderão ser tomadas como modelos, exemplos e recomendações.

No atual contexto do mundo globalizado, vem ocorrendo o estímulo internacional para o crescente exercício da orientação normativa da ordem informacional nos arquivos, onde a normalização, geradora de maior produtividade e interatividade, está cada vez mais associada à lógica produtiva, não só do capital como, também, da disponibilidade e da acessibilidade das informações.

Marion Beyea, Presidente do Comitê de Boas Práticas e Normas do Conselho Internacional de Arquivos, explica por que é a favor de normas para a prática arquivística.

Para Beyea (2007, p.32), a aplicação de normas em arquivos inclui desde “as boas práticas, códigos, diretrizes, manuais” até as “normas técnicas” uma vez que “as normas informam, guiam ou prescrevem atividades” devendo ser desenvolvidas baseadas em uma necessidade identificada, por meio de pesquisas.

Sua divulgação é essencial para que elas sejam implementadas e a colaboração entre os arquivistas é fundamental para que as normas sejam aplicadas, adaptadas e revistas. Contudo, Beyea (2007, p.37) afirma que “a arena das normas é grande e envolver-se nela é desafiante”.

Michael Fox (2007, p.24-25) afirma que existem muitas razões para a normalização arquivística, a mais evidente relaciona-se ao fato da oferta de acesso útil e pronto aos acervos preservados.

Para Fox, as normas arquivísticas, principalmente aquelas direcionadas à prática da descrição dos acervos, devem ser simples, básicas e consistentes. Para ele, “normalização é sobre consistência, não uniformidade”.

A normalização não atenderá completamente às necessidades dispares dos diferentes usuários, mas eles acharão a pesquisa muito mais fácil se os arquivos estiverem todos seguindo os mesmos protocolos, ao invés de terem que se adaptar a uma miríade de variações locais. (FOX, 2007, p. 27)

O conceito de norma com o qual se irá trabalhar implica na conciliação das características apresentadas nas diversas definições.

Essa categoria de análise tem como ponto de partida o próprio ordenamento jurídico constitucional, que assegura os direitos e as garantias fundamentais de acesso às informações e a competência do Estado na gestão da documentação governamental, cuja não observância envolve sanções. E segue examinando a aplicação das normas arquivísticas, elaboradas a partir da vigência da Lei de Arquivos, como categoria empírica e operacional uma vez que

elas se apresentam, ou são “visualizadas”, como instrumentos técnicos capazes de ordenar “o caos documental”.

Essas normas técnicas apresentam-se como resultado da produção de conhecimento científico e do saber arquivístico, sua eficácia, ou seja, sua efetiva aplicação, depende da capacitação técnica e do domínio de certas habilidades específicas.

A adoção das normas no cenário arquivístico implica na formulação e implantação de políticas públicas arquivísticas.

6 CENÁRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS

Como construir um país que combine três coisas: liberdade, participação e justiça social. [...] O grande teste da democracia política de que gozamos desde 1985, e o grande desafio dos brasileiros, será produzir e implementar políticas que reduzam a desigualdade que nos separa e a violência que nos amedronta. (CARVALHO, 2004, p. 21-32)

Para desenvolver a análise das políticas públicas, especificamente aquelas voltadas para o gerenciamento da informação arquivística dos órgãos públicos federais, é preciso, inicialmente, compreender as características do Estado brasileiro, do Governo Federal e dos agentes públicos envolvidos.

Para tal, é necessário traçar a configuração do Estado brasileiro na passagem do século XX para o XXI, uma vez que o marco cronológico de análise situa-se entre 1996 e 2006.

Nogueira, na *Introdução* de seu livro **Um Estado para a sociedade civil**, faz uma análise dos últimos quarenta anos a partir do golpe de 1964, traçando um perfil do país e das transições políticas, econômicas e sociais transcorridas, mostrando os desafios enfrentados, as conquistas obtidas e as desigualdades não superadas, ou não equacionadas satisfatoriamente, para que o ideário republicano e democrático se transformasse em um projeto nacional.

6.1 ESTADO BRASILEIRO: CONFIGURAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA

Para a reconstituição da trajetória do Estado brasileiro, optou-se por utilizar, de forma sintética, clara e objetiva, algumas citações do texto supra referido, pois no cenário político, econômico, cultural e social, das correlações de força do Estado e da sociedade, por ele apresentado, é que se encontra o *locus* da formulação, da implantação e execução das políticas públicas.

As relações entre Estado e sociedade civil ocorreram de forma circunstancial, seguindo os modelos do capitalismo *agressivo* e da política neoliberal. Esses modelos propagaram-se pelo mundo, regidos pela globalização e o funcionamento do mercado, passando a reivindicar o Estado mínimo, a reformulação de seu aparato técnico-administrativo e a inclusão de um modelo gerencial pressionado pelas tecnologias de gestão.

O processo de democratização pautado pelos movimentos político-sociais de esquerda e estimulado pelo surgimento da gestão participativa fez com que fosse possível a construção da vida democrática e da cidadania política.

[O Brasil] tornou-se outro: mais capitalista, mais moderno, mais deformado e injusto, radicalizando uma tendência que vinha se acentuando desde a década de 50. [...] o País explodiu em termos capitalista. Expandiu suas forças produtivas, estatizou-se como nunca dantes, internacionalizou sua economia, dinamizou sua agricultura e se industrializou [...] A sociedade urbanizou-se e, em suas metrópoles, um numeroso proletariado industrial pôs-se ao lado de numerosas camadas médias e de um empresariado com melhor conformação [...] a população se multiplicou formidavelmente. [...] Mas não conseguiu se livrar de seus mais tristes e assustadores fantasmas. Espalhados por seu imenso território, enclaves de miséria e subdesenvolvimento continuaram a tingir a paisagem [...] promoveu-se uma rápida e desigual modernização. [...] A transição democrática será vivenciada por uma sociedade em estado lastimável, verdadeira Babel onde se falavam línguas diversas e se entrecruzavam tempos históricos variados. Uma sociedade que não estava preparada para neutralizar o asfixiante controle do Estado [...] uma sociedade civil [que] não era capaz de estabelecer maiores vínculos orgânicos com a sociedade política [onde] inexistiam instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior os múltiplos interesses sociais e [...] de dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares. (NOGUEIRA, 2005, p.17-21)

O Brasil chegou ao final do século XX com conquistas no cenário econômico e político, tornou-se mais capitalista, investiu nos agro-negócios, a indústria adotou padrões de competitividade internacional, algumas de suas metrópoles urbanizaram-se a semelhança dos modelos de modernização internacional e, também, foram obtidos avanços no processo democrático com a ampliação dos direitos políticos.

A chegada ao poder da Aliança Democrática, em 1985, simbolizou o fim de uma época e redefiniu as condições concretas do fazer político, dando passagem a uma nova dialética entre o Estado e a sociedade. [...] O país avançará rumo ao final de século de modo seguramente não – linear. Conhecerá uma constituição “cidadã” em 1988 [...] tomará consciência da questão do Estado e da gestão pública, mergulhará na globalização [entretanto] o Brasil continuaria a exibir níveis vergonhosos de pobreza e exclusão. (id., p. 23-24)

A entrada no século XXI, marcada pelo processo de globalização e das conexões virtuais, não foi acompanhada da superação de muitos dos nossos problemas sociais, apesar

da geração de programas de fomento para o desenvolvimento e implantação de políticas públicas voltadas para o combate à pobreza e à exclusão.

Entramos no século XXI com um enorme fardo nas costas, que desafiou e sufocou todos os governos da década de 1990. O país flertará com o neoliberalismo, ajustará seu Estado, [consolidará] a democracia [...] o país irá se globalizar e se conectar, adquirindo doses adicionais de individualismo, diferenciação e fragmentação. [...] [tornar-se-á] “pós-moderno” sem ter conseguido ser plenamente “moderno”. Ganhou uma agenda imensa, desafiadora, enigmática. (NOGUEIRA, 2005, p. 25)

A idéia de reforma do Estado esteve presente, não só no Brasil, como também em muitos dos vizinhos latino-americanos e fez com que esses países investissem na valorização do mercado no mundo globalizado e na diminuição do papel do Estado.

Neste modelo, o Estado era visto, por muitos, como “gigantesco, ineficiente e perdulário”, estabelecendo-se, a partir de então, uma idéia de modernização administrativa por meio da renovação dos métodos de gestão.

Tanto é que, hoje, quando se fala em “reforma do Estado”, pensa-se imediatamente em reforma da gestão e do aparato administrativo, focando-se muito mais a dimensão instrumental do Estado do que sua dimensão ético-política. A própria idéia de Estado perdeu clareza e dignidade. [...] em que medida o padrão reformador dos anos 1990 continua a influenciar o pensamento referente à reforma do Estado e da administração pública na América Latina, particularmente no Brasil. [...] A reforma foi concebida para promover um incremento significativo do desempenho estatal mediante a introdução de formas inovadoras de gestão e de iniciativas destinadas a quebrar as “amarras do modelo burocrático”, a descentralizar os controles gerenciais, a flexibilizar normas, estruturas e procedimentos. Além disso, trabalharia em prol de uma redução do tamanho do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado, tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato. (id., p. 40-41)

Nos discursos dos reformadores pode-se destacar uma forte tendência em demonstrar a ineficácia e ineficiência da administração pública, uma vez que para eles o aparato do Estado “burocrático e paralisante” era um entrave à incorporação de novos mecanismos de gestão.

Na construção discursiva da reforma, a face tecnicada da gestão trouxe consigo uma ética desprovida de grandeza. Ganharam-se pontos em termos de modernização administrativa, mas não houve modificações expressivas nem na imagem da administração pública perante a sociedade, nem na lealdade dos cidadãos, que continuaram a achar que o mercado seria mais competente que o Estado no provimento de certos serviços básicos. (ib., p.50-51)

O sucesso e o fracasso dessas reformas em muito diferem nos países latino-americanos mas, de uma maneira geral, as principais marcas desse processo reformador, em toda a

América Latina, foram a imposição de uma economia de mercado *selvagem* e a não-redução da pobreza.

O discurso reformista [...] irá se dedicar intensamente a convencer a audiência de que a proposta de reforma administrativa tinha um caráter eminentemente “técnico”, distanciava-se de qualquer polarização política e buscava apenas servir ao “bem comum”, à idéia de direitos republicanos. Definida como “neutra”, vazia de intenções ideológicas, a reforma seria apresentada como eminentemente “progressista”, podendo ser aceita por qualquer posição política ou partidária. (NOGUEIRA, 2005, p. 55)

Para Nogueira, a adoção do processo participativo na gestão pública torna-se um dos recursos possíveis na construção de uma agenda política capaz de fazer com que os cidadãos participem e deliberem, ou melhor, façam-se presentes no debate público democrático da “reforma da reforma” do Estado.

De acordo com o pensamento do autor, a reforma do aparelho do Estado deveria ter como meta *reconstruir a burocracia*. Se esta reforma fosse concebida com critérios pragmáticos e políticos consistentes conseguiria atualizar a burocracia perante a sociedade da informação.

É evidentemente impossível discutir o Estado hoje, a fundo e com rigor, sem considerar o contexto de reestruturação sócio-produtiva, a revolução tecnológica, a transformação do trabalho e a mundialização do capital, das redes de comunicação e dos sistemas de informação. [...] Tanto quanto de uma reforma que mantenha em lugar de destaque a viabilização da governança democrática precisamos de uma reforma que recupere o Estado para a sociedade com a ampliação da capacidade de governar, formular e implementar políticas públicas coerentes, aumentando a eficiência e a capacidade republicana de gerir corretamente os tributos arrecadados do cidadão. (id., p. 65-76)

Extraídos dessa contextualização procurou-se equacionar alguns aspectos que caracterizam o cenário a ser analisado.

O surgimento dos processos participativos, com a ampliação das correlações do Estado com a sociedade civil na gestão pública, faz com que o uso da informação arquivística governamental objetive mostrar a transparência das ações empreendidas pelo Estado e possibilite o controle da ação do Estado pela sociedade civil.

O provimento, pela burocracia, de informações à sociedade para que esta possa cobrar resultados da ação governamental (a chamada *accountability*⁶ em língua inglesa) aparece

⁶ Para maior compreensão do termo ver JARDIM (1999 e 2000).

como um requisito fundamental tanto para o funcionamento do aparato burocrático do Estado quanto para a eficácia dos valores que sustentam os sistemas democráticos.

Assim, a ampliação e a melhoria do capital informacional apresentam-se como um redutor do ‘déficit democrático’.

6.2 PODER EXECUTIVO FEDERAL

Para descrever a administração pública brasileira, nos dias de hoje, deve-se assinalar que o “Brasil é uma República Federativa, bicameral, presidencialista, com representação proporcional e multipartidarismo” (ANASTASIA, 2002, p.185) e que, segundo a Constituição, compõem a Federação os 26 estados, o Distrito Federal e os mais de 5.560 municípios.

Por isso fez-se necessário conhecer quem são e quantos são os órgãos produtores, acumuladores e usuários dos estoques informacionais arquivísticos dentro da estrutura do Estado brasileiro, essencialmente do Governo Federal.

Os serviços arquivísticos, que integram os órgãos do Poder Executivo Federal, fazem parte do universo de investigação dessa pesquisa, pois a eles é prestado assessoramento técnico, pelo Arquivo Nacional, para adoção dos preceitos normativos que norteiam as atividades de gestão de documentos.

6.2.1 Aspectos metodológicos

Para esse levantamento, procurou-se nas fontes oficiais os dados que, de uma maneira geral, não se encontram uniformemente sistematizados, prontos e disponibilizados de forma clara e precisa.

A pesquisa foi, de início, realizada por intermédio da consulta ao sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que tem, entre suas competências, a responsabilidade pela definição e coordenação da política, das diretrizes e das ações de organização e modernização administrativa do Governo Federal, bem como pela coordenação e gestão dos

sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais.

No sítio foram encontrados ‘links’ para três formas de possibilidade de acesso ao tipo de dados que se buscava:

1º) um ‘link’, intitulado *Ministérios, Presidência da República e Secretarias*, fornece uma lista dos 23 Ministérios e 16 Órgãos e Secretarias de Estado da Presidência da República, e, ao se clicar no nome que se encontra listado, leva ao sítio do respectivo Ministério, Secretaria ou Órgão;

2º) um outro ‘link’, intitulado *Rede Governo: o Estado mais próximo do cidadão*, leva ao Portal de Serviços e Informações de Governo, em que uma das ‘abas’ leva à estrutura do Governo Federal;

3º) um terceiro ‘link’ leva ao *SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal*, apresentado como “fonte oficial de informações sobre a estrutura organizacional dos órgãos do Poder Executivo – Administração Direta, Autarquias e Fundações”.

Poder-se-ia ter optado por apenas um caminho, mas, antes de fazer a escolha, resolveu-se ‘navegar’ por esses ‘mares’ que, numa primeira navegação, apresentaram caracterizações e informações não totalmente similares.

Neste momento da pesquisa procurou-se verticalizar os pressupostos metodológicos com a finalidade de conhecer melhor a estrutura organizacional do Governo Federal, sempre tão afetada pelas constantes modificações estruturais, funcionais e ocupacionais, o que tem imposto limitações para que se tenha um quadro preciso de quem é quem nesta esfera de poder.

Isso só ratifica um dos aspectos contemplados pela afirmação de Jardim (1999, p.21) em que *o Estado tende a ser invisível a si mesmo* uma vez que o aparelho de Estado não controla a si mesmo em termos informacionais.

Se o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como gestor desses ‘portais’ disponibiliza informações e dados ‘conflitantes’, a pesquisa ao sítio da Presidência da República e dos órgãos que compõem a sua estrutura, assim como dos Ministérios, levou à sistematização de dados estruturais quantitativos diferentes.

Em alguns casos, quando as informações encontravam-se desatualizadas, a consulta aos sítios da Presidência da República e dos Ministérios teve de ser complementada com a pesquisa nas Leis e Decretos que aprovam as estruturas regimentais.

Essa consulta complementar, na legislação em vigor, esclareceu e ratificou alguns dados, possibilitando, ainda, que esses dados fossem analisados de forma sistematizada, criando-se, a partir daí, quadros diferenciados em termos de números de órgãos que compõem a estrutura do Poder Executivo Federal.

A Base SIORG promete, entre seus objetivos, dar “maior transparência da estrutura organizacional da APF para a sociedade e recuperar em tempo real o histórico das estruturas organizacionais do Estado”, o que permite visualizar a estrutura hierárquica do Governo Federal e fornecer informações sobre as finalidades, competências, titular, cargo e localização geográfica dos órgãos que se encontram cadastrados.

De acordo com a chamada “Sobre o SIORG”, o volume de informação ali disponibilizado é o seguinte: “*mais* de 53.000 órgãos cadastrados; *mais* de 49.500 titulares de órgãos; localização de órgãos *em mais* de 1.400 cidades; descrição detalhada das finalidades *para mais* de 1.400 órgãos e competências *de mais* de 25.500 órgãos; todas as informações são oficiais (publicadas no Diário Oficial) e todas as informações são de domínio público.”

As consultas podem ser feitas diretamente pela hierarquia, ou pelos órgãos por meio do cruzamento com o nome/sigla e natureza jurídica (caracterização legal), com o nome do titular/cargo, com a escolha da localidade (cidade/estado) e, ainda, com a descrição de uma finalidade/competência. Quando obtido o resultado podem estar registradas informações sobre o nível da gratificação do titular, se o cargo está vago e, também, possui um ‘link’ para a página do órgão na Internet.

Optou-se, de início, pela consulta à hierarquia, pois a sua visualização espelha um ‘diretório de arquivos’ que se abre em ‘pastas’ e apresenta a estrutura organizacional de cada componente.

Abaixo do ícone da Presidência da República, no que se pode considerar como primeiro nível de subordinação da hierarquia, encontram-se arrolados 50 (cinquenta) órgãos, a saber: 27 (vinte e sete) órgãos da estrutura básica (23 Ministérios, 3 Secretarias e 1 Vice-Presidência da República), 11 órgãos colegiados (10 Conselhos e 1 Comissão), 3 (três) órgãos de assessoramento imediato ao Presidente da República, 4 (quatro) órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da República e 5 (cinco) órgãos essenciais da Presidência da República.

A partir desse primeiro nível, passou-se a consultar cada um dos 50 (cinquenta) componentes para que fosse possível a estruturação e a computação de unidades organizacionais a eles subordinados ou vinculados. Foram elaboradas, então, outras tabelas com a especificação dos órgãos e de sua quantificação.

6.2.2 Poder Executivo Federal: composição e competências

Como o Brasil é um país com regime político presidencialista, o Poder Executivo Federal tem como chefe o Presidente da República, que também é o chefe de Estado e de Governo e exerce, ainda, o comando supremo das Forças Armadas, sendo auxiliado pelos Ministros de Estado.

O Poder Executivo Federal é formado por órgãos da administração direta e entidades da administração indireta. Compõem a administração direta os Ministérios, os órgãos essenciais e integrantes da Presidência da República (alguns considerados como órgãos equivalentes aos Ministérios, uma vez que o titular tem no cargo a caracterização legal de Ministro de Estado⁷) e os órgãos colegiados, de assessoria imediata, específicos e singulares, que formalizam a chamada a estrutura básica. Compõem a administração indireta as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

No artigo 21 da Constituição Federal estão definidas as competências exclusivas do Poder Executivo Federal. Essas competências referem-se ao estabelecimento e manutenção do relacionamento com os Estados estrangeiros (as relações exteriores), a defesa do território nacional e a definição da política monetária. A ele, também, compete aprovar diretrizes em áreas específicas, elaborando e direcionando grande parte das políticas públicas, bem como propor legislação sobre questões ligadas a energia elétrica, trânsito, transporte, mineração e educação.

Não cabe, nesta pesquisa, uma ampla discussão teórica sobre as questões que envolvem o federalismo, uma vez que segundo Bobbio (1991, p.475) “na cultura política, o termo Federalismo é usado para designar dois objetos diferentes”, e de acordo com Costa (2002, p.173), pode significar, tanto “uma forma de organização política que centraliza, em parte, o poder resultante da união de unidades políticas preexistentes” (conforme concepção

⁷ São Ministros de Estado os titulares dos Ministérios, o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o Advogado-Geral da União, o Ministro de Estado do Controle e da Transparência e o Presidente do Banco Central do Brasil. (Redação dada pela Lei 11.497, de 28 de junho de 2007).

dos criadores do federalismo norte-americano), como “uma forma de descentralizar o poder em estados centralizados, ou unitários” (concepção hoje predominante).

Entretanto, cabe assinalar alguns pontos considerados essenciais pelos especialistas⁸ no tema sobre as características do federalismo brasileiro pós-1988, entre eles:

1º) o Brasil é um dos únicos estados federados a incluir os municípios como membros permanentes;

2º) o Brasil é uma federação em constante ampliação já que permite a criação de novos estados e municípios;

3º) o federalismo brasileiro é o resultado da combinação de poderes executivos fortes com legislativos multipartidários, o que exige dos governantes amplas alianças partidárias para governarem;

4º) o tamanho do território e da população exige algum tipo de descentralização política e administrativa, uma vez que “o Brasil é o quinto país do mundo em extensão territorial e em população” e também por que muitos “*focalizam o federalismo como sinônimo de descentralização*”;

5º) o funcionamento de um estado federal é “naturalmente” complexo, residindo na complexidade uma das essências do federalismo.

[...] a solução para os principais problemas que afetam o federalismo brasileiro depende menos de como o federalismo está hoje desenhado na Constituição e das instituições que o modelam, do que do encaminhamento de conflitos políticos mais amplos, em que o das desigualdades regionais se inscreve, e da redefinição de prioridades governamentais, - tema, portanto, do território das políticas públicas e não da Constituição. (SOUZA, 2005, p. 119)

Um estudo sobre a complexidade do federalismo brasileiro pós-1988 não caberia no âmbito dessa pesquisa, entretanto, fez-se necessário conhecer um pouco de suas características para se entender a configuração do Poder Executivo Federal com a descentralização dos órgãos federais em suas unidades administrativas com representações nas diversas unidades da Federação.

Além da concepção constitucional do país, fatores históricos e políticos contribuíram para que o Poder Executivo Federal se tornasse o “centro de gravidade do regime político”, entre eles:

1º) o Presidente da República conta com ampla legitimidade e visibilidade conferidas pela eleição;

⁸ Para ampliação do estudo dessa temática ver BOBBIO (1991), ANASTASIA (2002), COSTA (2002) e SOUZA (2005), op.cit. nas referências.

2º) a Constituição confere ao chefe do Executivo amplos poderes sobre a administração pública, o principal deles é a faculdade de nomear e demitir livremente os ministros de Estado;

3º) o Presidente da República tem o poder de editar medidas provisórias (decretos que têm força de lei a partir do momento em que são publicados no Diário Oficial da União).

[...] o chefe do Executivo brasileiro é um dos mais fortes do mundo em termos de prerrogativas legislativas. O presidente brasileiro também comanda um vasto império administrativo. [...] Somem-se a esses fatores constitucionais e administrativos as debilidades institucionais do Congresso e está armado o cenário para a emergência do Poder Executivo como o mais influente órgão de Estado na vida política nacional. [Entretanto, cabe lembrar que] as deficiências técnico-administrativas do gigantesco aparelho de Estado brasileiro também agem no sentido de limitar a capacidade de ação do Poder Executivo. (AMORIM NETO, p.132)

O Poder Executivo Federal pode ser analisado por diferentes ângulos, a análise apresentada a seguir ater-se-á a sua estrutura organizacional.

6.2.3 Poder Executivo Federal: estruturas organizacionais

O *Portal de Serviços e Informações de Governo* apresenta uma classificação para os órgãos da administração direta que os divide em: os de assessoria direta (essenciais e integrantes da Presidência da República, de consulta e de assessoramento imediato ao Presidente da República), os responsáveis pela execução de diretrizes (os Ministérios) e os espaços organizados e institucionalizados (os Conselhos).

A classificação para os órgãos da administração indireta subdivide-os por área de atuação, e não apenas pela natureza jurídica, a saber: os que exercem serviços essenciais como as Agências e Companhias, as instituições bancárias que compõem o sistema financeiro, os agentes setoriais e de produção industrial como as empresas públicas e sociedades de economia mista, as instituições de ensino abrangendo as escolas técnicas, agrotécnicas, de ensino médio, as militares, as de administração pública e as universidades públicas, além de institutos e fundações. Reúne, ainda, sem classificação específica, um grupo chamado de 'outros': comissões, departamentos, fundos, hospitais, secretarias e superintendências. Sugere-se a leitura do Apêndice A, para a especificação dessa classificação.

Quadro 1 - Poder Executivo Federal (Fonte Rede Governo)

Classificação dos órgãos	Nº de órgãos
Administração direta	65
Administração indireta	248
Outros	22
Total	335 órgãos

A pesquisa na legislação sobre a estrutura regimental e a consulta aos sítios dos Ministérios e dos órgãos equivalentes da Presidência da República proporcionaram uma outra configuração, uma vez que foi possível obter dados sobre as chamadas unidades descentralizadas, com representação regional ou em cada uma das unidades da federação, tanto dos órgãos da administração direta, como das entidades vinculadas da administração indireta. Sugere-se ver o Apêndice B, para o detalhamento da especificação da quantificação por órgãos da PR e dos Ministérios.

Quadro 2 - Número de órgãos do Poder Executivo Federal segundo a natureza jurídica

Natureza jurídica	Número de órgãos
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	403
Unidades descentralizadas	697
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	247
Unidades descentralizadas	464
Total de órgãos da AD e AI	650
Total de unidades descentralizadas da AD e AI	1.161
TOTAL	1.811

Para servir de referencial aos estudos empreendidos, quando da análise dos demais dados empíricos a serem trabalhados nos próximos capítulos, elegeu-se a Base SIORG por sua aparente consistência e porque as outras pesquisas, que utilizaremos para comparação dos dados na análise, também o fizeram. Sugere-se ver os Apêndices C e D, para o detalhamento da classificação e da quantificação dos dados apresentados na Base SIORG.

Quadro 3 - Estrutura organizacional do Poder Executivo Federal (Base SIORG)⁹

NATUREZA JURÍDICA E CARACTERIZAÇÃO LEGAL	Número de órgãos
Administração direta	516
Órgãos que compõem a Presidência da República (no 1º nível da estrutura hierárquica)	50
Órgãos subordinados aos órgãos que compõem a Presidência da República	466
Órgãos descentralizados	366
Administração indireta	247
Autarquias	146
Fundações	36
Empresas Públicas	18
Sociedades de Economia Mista	47
Órgãos descentralizados	421
Total de órgãos da AD e AI	763
Total de órgãos descentralizados da AD e AI	787
TOTAL	1.550

Quadro 4 – Estrutura organizacional do Poder Executivo Federal (Base SIORG)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Nº de órgãos subordinados, vinculados e descentralizados
Advocacia-Geral da União	14
Assessoria Especial do Presidente da República	-
Casa Civil da Presidência da República	19
Comissão de Ética Pública	-
Conselho da República	-
Conselho de Defesa Nacional	-
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	-
Conselho de Governo	-
Conselho Nacional de Biossegurança	-
Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial	-
Conselho Nacional de Desestatização	-
Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte	-
Conselho Nacional de Política Energética	-
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	-
Controladoria-Geral da União	37
Gabinete de Segurança Institucional	10
Gabinete Pessoal do Presidente da República	7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	133
Ministério da Ciência e Tecnologia	31
Ministério da Cultura	57
Ministério da Defesa	40
Ministério da Educação	157

⁹ Informações consolidadas das disponíveis em: <<http://www.siorg.redegoverno.gov.br/index.htm>>acesso em 05 nov. 2007

Quadro 4 – (cont.)

<u>Ministério da Fazenda</u>	148
<u>Ministério da Integração Nacional</u>	28
<u>Ministério da Justiça</u>	50
<u>Ministério da Previdência Social</u>	137
<u>Ministério da Saúde</u>	56
<u>Ministério das Cidades</u>	23
<u>Ministério das Comunicações</u>	20
<u>Ministério das Relações Exteriores</u>	26 (*)
<u>Ministério de Minas e Energia</u>	59
<u>Ministério do Desenvolvimento Agrário</u>	70
<u>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</u>	12
<u>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior</u>	17
<u>Ministério do Esporte</u>	7
<u>Ministério do Meio Ambiente</u>	81
<u>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão</u>	73
<u>Ministério do Trabalho e Emprego</u>	42
<u>Ministério do Turismo</u>	7
<u>Ministério dos Transportes</u>	36
<u>Núcleo de Assuntos Estratégicos</u>	5
<u>Secretaria de Comunicação Social</u>	3
<u>Secretaria de Relações Institucionais</u>	7
<u>Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca</u>	30
<u>Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial</u>	6
<u>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres</u>	5
<u>Secretaria Especial de Portos</u>	13
<u>Secretaria Especial dos Direitos Humanos</u>	17
<u>Secretaria-Geral da Presidência da República</u>	8
<u>Vice-Presidência da República</u>	9
Total: 50	Total: 1.500

Cabe observar que as repartições no exterior (*) não foram contabilizadas no quantitativo de órgãos subordinados ao Ministério das Relações Exteriores.

As visíveis incoerências que esses quadros demonstram, em termos numéricos, não ocorrem somente em relação aos órgãos da administração direta e das unidades descentralizadas, tanto da administração direta, como da indireta. Existem, também, divergências numéricas com relação à totalização das entidades vinculadas da administração indireta, essencialmente quando comparadas com o que estipula o Decreto n° 6.129, de 20 de junho de 2007.

Quadro 5 – Comparação da distribuição das entidades da administração indireta

Administração indireta	Rede Governo	PR / Ministérios	Base SIORG
Autarquias	12 Agências	147	146
Fundações	18	37	36
Empresas Públicas	15	23	18
Sociedades de Economia Mista	28 Bancos e Cias	40	47
EP ou SEM	6	-	-
Institutos e instituições de ensino (sem especificação de natureza jurídica)	171	-	-
Total	248	247	247

Quadro 6 - Número de entidades integrantes da APF vinculadas à PR e aos Ministérios (Decreto nº 6.129 de 2007)

PR e Ministérios	Nº de entidades vinculadas
CASA CIVIL	1
SECOM	1
NAE	1
SEP	7
MAPA	5
MDSCF	-
MCIDADES	2
MCT	4
MCOM	3
MINC	6
MD	8
MDA	1
MDICE _x	5
MEC	130
MESPORTE	-
MFAZENDA	14
MIN	4
MJ	2
MMA	5
MME	7
MPO	2
MPS	2
MRE	1
MS	8
MTE	1
MTRANSPORTES	7
MTUR	1
Total	228

Essas tabulações diferenciadas confirmam que esta parte do universo que se propôs conhecer na pesquisa é ainda nebulosa e que, apesar das fontes apresentarem possíveis consistências internas em sua proposição, quando comparadas nos levam ‘depois de muito navegar’ a portos não tão seguros.

Ao invés de se trabalhar com os dados obtidos na tabulação da Base SIORG, a totalização de 1.550 (mil, quinhentos e cinquenta) órgãos, poder-se-ia ter optado por um número menor 297 (duzentos e noventa e sete), ou seja, os 50 órgãos da administração direta mais as 247 entidades da administração indireta.

Contudo, ficaríamos com uma visão distorcida da estrutura do Poder Executivo Federal, pois a descentralização das áreas de atuação, que os órgãos federais possuem nas diferentes Unidades da Federação, não permite que se restrinja o delineamento da estrutura organizacional apenas ao topo, ao chamado primeiro escalão. A execução das ações e a prestação de serviços pelo Governo Federal se faz sentir em todo o território nacional, além de serem desempenhadas por órgãos que se encontram em outros escalões da hierarquia.

Sabe-se que a estrutura do Governo Federal é complexa, não só pelas funções que desempenha, como pela quantidade de órgãos que a compõe.

Sabe-se, também, que a cada governo modificações nos organogramas são propostas e articuladas, algumas concretizadas, outras matizadas com nomenclatura diferenciada.

Além disso, o Governo Federal sofre, ainda, os reflexos da extinção e fusão de órgãos e da liquidação de empresas, iniciadas na era Collor, pois alguns desses processos ainda não foram finalizados, basta para isso consultar as informações disponibilizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão¹⁰.

A *hipertrofia da máquina administrativa* é alvo constante de debates e críticas, seja pelos especialistas em administração pública seja pela mídia.

A ausência de dados atualizados, sistematizados e disponibilizados é uma das características da falta de controle na articulação das fontes informacionais.

¹⁰ As atividades ligadas à extinção de órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional e à liquidação de empresas públicas e sociedades de economia mista, no âmbito do Governo Federal, estão sob a responsabilidade do Departamento de Coordenação de Processos de Extinção e Liquidação - DELIQ, vinculado à Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, oriundo da antiga Gerência de Extinções e Liquidações, criada para dar suporte administrativo aos processos extintórios no âmbito da Administração Pública Federal, deflagrados com o advento da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/extincao_liquidacao/index.htm> acesso em 20 set. 2007.

A totalidade dos órgãos que o compõem ou a real configuração do Poder Executivo Federal carece de maior visibilidade. É neste cenário que atuam os agentes da política nacional de arquivos.

7 AGENTES DA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS

O que você acharia de morar na Casa do Espelho, Kitty? Será que lhe dariam leite lá? Talvez o leite do Espelho não seja tão gostoso ... mas, oh, Kitty! agora chegamos ao corredor. Só se consegue dar uma *espiadinha* no corredor da Casa do Espelho deixando a porta da nossa sala de estar escancarada: é muito parecido com o nosso corredor, até onde se pode ver, só que adiante pode ser completamente diferente. Oh, Kitty, como seria bom se pudéssemos atravessar para a Casa do Espelho! Tenho certeza de que nela, oh! há tantas coisas bonitas! Vamos fazer de conta que é possível atravessar para lá de alguma maneira, Kitty. Vamos fazer de conta que o espelho ficou todo macio, como gaze, para podermos atravessá-lo. Ora, veja, ele está virando uma espécie de bruma agora, está sim! Vai ser bem fácil atravessar. [...] E sem dúvida o espelho *estava* começando a se desfazer lentamente, como se fosse uma névoa prateada e luminosa. No instante seguinte Alice atravessara o espelho e saltara lepidamente na sala da Casa do Espelho. [...] Em seguida começou a olhar em volta e notou que o que podia ser visto da sala anterior era bastante banal e desinteressante, mas todo o resto era tão diferente quanto possível. (CARROLL, 2002, p. 138)

Ao analisar os agentes da política nacional de arquivos buscou-se dialogar com o que se encontra estabelecido em diversos referenciais históricos e nos instrumentos regimentais sobre o *locus* de investigação, com vistas a fornecer sentido e compreensão daquilo que se busca problematizar com a interrogação.

A missão, as funções e as atividades desempenhadas pelo Conselho Nacional de Arquivos e pelo Arquivo Nacional são apresentadas para que se possa esclarecer o papel desses agentes na definição e implementação da política nacional de arquivos.

7.1 CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, foi criado pelo artigo 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

O CONARQ tem por finalidade definir a política nacional de arquivos, públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

Sua competência, organização e funcionamento foram regulamentados pelos Decretos nº 1.173, de 29 de junho de 1994, e nº 1.461, de 25 de abril de 1995. Esses decretos foram revogados com a consolidação disposta pelo Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, atualmente em vigor.

A sessão de instalação e a Primeira Reunião Ordinária do Plenário, seu órgão de deliberação superior, ocorreram no dia 15 de dezembro de 1994.

A composição do Conselho encontra-se definida conforme o disposto no artigo 3º do citado Decreto:

- I - o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, que o presidirá;
- II - dois representantes do Poder Executivo Federal;
- III - dois representantes do Poder Judiciário Federal;
- IV - dois representantes do Poder Legislativo Federal;
- V - um representante do Arquivo Nacional;
- VI - dois representantes dos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal;
- VII - dois representantes dos Arquivos Públicos Municipais;
- VIII - um representante das instituições mantenedoras de curso superior de Arquivologia;
- IX - um representante de associações de arquivistas;
- X - três representantes de instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa, preservação ou acesso a fontes documentais.

De acordo com o disposto na regulamentação, essas são as competências do CONARQ:

- I - estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos;
- II - promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas;
- III - propor ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados;
- IV - zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o funcionamento e o acesso aos arquivos públicos;
- V - estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, produzidos ou recebidos em decorrência das funções executiva, legislativa e judiciária;
- VI - subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da política nacional de arquivos públicos e privados;
- VII - estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e nos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios;
- VIII - estimular a integração e modernização dos arquivos públicos e privados;

IX - identificar os arquivos privados de interesse público e social, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.159, de 1991;

X - propor ao Presidente da República, por intermédio do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a declaração de interesse público e social de arquivos privados;

XI - estimular a capacitação técnica dos recursos humanos que desenvolvam atividades de arquivo nas instituições integrantes do SINAR;

XII - recomendar providências para a apuração e a reparação de atos lesivos à política nacional de arquivos públicos e privados;

XIII - promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos;

XIV - manter intercâmbio com outros conselhos e instituições, cujas finalidades sejam relacionadas ou complementares às suas, para prover e receber elementos de informação e juízo, conjugar esforços e encadear ações;

XV - articular-se com outros órgãos do Poder Público, formuladores de políticas nacionais nas áreas de educação, cultura, ciência, tecnologia, informação e informática.

O CONARQ vem consolidando sua atuação, nesses treze anos, com a deliberação e a emissão de 25 (vinte e cinco) Resoluções, das quais sete relacionam-se diretamente com os estudos de classificação, avaliação e eliminação de documentos desenvolvidos pela Câmara Técnica de Classificação de Documentos, criada em 24 de abril de 1995, e pela Câmara Técnica de Avaliação de Documentos¹¹, criada em 12 de maio do mesmo ano.

Desse grupo de sete Resoluções, cinco continuam em vigor:

- a Resolução nº 1, de 18 de outubro de 1995, sobre a necessidade da adoção de planos e códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções;
- a Resolução nº 5, de 30 de setembro de 1996, sobre a publicação de editais para eliminação de documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, estados e Municípios;
- a Resolução nº 7, de 20 de maio de 1997, sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Público;
- a Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001, que aprova a versão revisada e ampliada do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, *revogando as Resoluções nº 4/1996 e nº 8/1997*;

¹¹ As finalidades destas duas Câmaras foram explicitadas na Introdução

- a Resolução n° 21, de 4 de agosto de 2004, sobre o uso da subclasse 080 - Pessoal Militar do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, e da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, aprovados pela Resolução n° 14, de 24 de outubro de 2001.

O Plenário do CONARQ, em reunião ocorrida em 3 de julho de 2002, levando em consideração “a relação que permeia as atividades de classificação, avaliação e demais operações dos arquivos”¹² resolveu constituir a Câmara Técnica de Gestão de Documentos, fundindo as atividades das Câmaras Técnicas de Classificação de Documentos e de Avaliação de Documentos. Essa Câmara, ainda, não teve a sua composição e finalidade dispostas em Portaria expedida pela Presidência do CONARQ.

Os trabalhos e os estudos de outras Câmaras criadas pelo CONARQ voltaram-se, também, para os procedimentos básicos de gestão, a classificação e avaliação de documentos, tendo gerado quatro Resoluções, o que evidencia a preocupação com o estabelecimento de normas arquivísticas para estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos.

Em razão dos estudos desenvolvidos pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos foram propostas, deliberadas e emitidas três Resoluções:

- a Resolução n° 20, de 16 de julho de 2004, sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos;
- Resolução n° 24, de 03 de agosto de 2006, sobre as diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas;
- Resolução n° 25, de 27 de abril de 2007, sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil - pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

A Câmara Setorial de Arquivos Médicos, tendo em vista os requisitos para o desenvolvimento do processo de avaliação e as recomendações às instituições de saúde quanto à importância da criação de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, apresentou proposta que se consolidou na:

¹² Informação disponível em:< <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> acesso em 18 jan. 2008.

- Resolução nº 22, de 30 de junho de 2005, sobre as diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde.

Desde sua instalação, o Plenário do CONARQ constituiu, também, Comissões Especiais e Grupos de Trabalho, instâncias de caráter temporário criadas para o exame de assuntos específicos. Os produtos dessas Comissões e Grupos converteram-se em estudos, resoluções, publicações e textos elaborados e apresentados para sanção presidencial, tornando-se decretos.

Entre eles, destaca-se para esta pesquisa, o Decreto nº 2.182, de 20 de março de 1997, sobre as normas para a transferência e o recolhimento de acervos arquivísticos públicos federais para o Arquivo Nacional, cujos artigos 1º, 2º e 3º integram, hoje, os artigos 19, 18 e 20, respectivamente, do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que consolidou outros textos legais em um único ato normativo de regulamentação da Lei nº 8.159 de 1991.

A Presidência do CONARQ, em diversas oportunidades¹³, tem ressaltado que as funções normativas atribuídas ao Conselho e a sua composição espelham a convergência de interesses do Estado e da sociedade civil.

Os atos normativos aprovados e disseminados pelo Conselho vêm preencher graves lacunas que dificultavam a adequada gestão dos arquivos da administração pública. Seus reflexos positivos já podem ser sentidos em ações concretas para o desenvolvimento de programas de gestão de documentos, tanto em órgãos e entidades da Administração Pública Federal, como em administrações estaduais. (SILVA, 1999, p. 6)

Se a construção de uma legislação arquivística tem exigido muitos esforços, a sua aplicação mostra-se uma tarefa complexa que requer uma harmonização que envolve políticas, decisões, ações, programas e recursos, além da conscientização dos diversos agentes do Estado e da sociedade.

7.2 ARQUIVO NACIONAL

O Arquivo Nacional, órgão que completou 170 anos de existência em janeiro de 2008, é hoje integrante da estrutura básica da Casa Civil da Presidência da República, diretamente subordinado à Secretaria-Executiva.

¹³ Ver também Silva (1994 e 1997).

Compete ao Arquivo Nacional implementar a política nacional de arquivos - definida pelo Conselho Nacional de Arquivos - por meio da gestão, do recolhimento, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativas, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

Foi criado em 2 de janeiro de 1838, como Arquivo Público do Império, conforme previa a Constituição de 1824 e tinha por finalidade guardar os documentos públicos.

Durante o Império, mudou de sede por diversas vezes e com a proclamação da República passa a denominar-se Arquivo Público Nacional. Em 1907, passa a ocupar a antiga sede do Museu Nacional, situada na Praça da República nº 26, e, em 1911, muda a denominação para Arquivo Nacional.

Para se entender o que ocorre com o Arquivo Nacional, no período que se estende da metade da República Velha ao Estado Novo e a era Vargas, recorre-se às palavras de José Honório Rodrigues que, ao assumir a Direção, em 1958, não consegue reprimir sua “desolação diante do espetáculo deprimente de desorganização e abandono que revelava a velha instituição”.

Apresentava o Arquivo Nacional uma organização obsoleta, inteiramente em desarmonia com as demais instituições públicas brasileiras. [...] Se não houve uma política sistemática de recolhimento de 1844 a 1917, daí em diante o arbítrio reinou solto e a falta de orientação dominou. [...] As últimas administrações, pela importância que deram aos documentos judiciários locais especialmente aos livros de cartório, e às coleções históricas, pareciam conceber o Arquivo Nacional como um cartório e uma seção de manuscritos históricos, como as das Bibliotecas. [...] Como não possui um registro geral dos fundos; como nunca se procedeu à elaboração de inventários, mesmo preliminares ou provisórios, como nunca se fizeram guias gerais, [...] só se pode ter uma idéia muito provisória do acervo geral. (RODRIGUES, 1959, p. 9-33, passim).

Ao produzir este relatório da situação da instituição, José Honório Rodrigues apresenta um profundo diagnóstico dos problemas encontrados, além das questões referentes ao quadro de pessoal e aos recursos orçamentários, e encaminha as soluções para que a instituição passasse a ser “um arsenal da Administração” e assegurasse “ao povo as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação”.

Em sua gestão, José Honório Rodrigues proporcionou a vinda de Schellenberg a instituição, em 1960, cujo relatório de visita, intitulado *Problemas arquivísticos do Governo Brasileiro*, em muito reforçou as reivindicações feitas, anteriormente, por ele no documento citado.

A tradução para o português e a publicação de mais duas obras, de autoria de Schellenberg, datam desse período, assim como, também, a publicação do já referenciado *Manual de arranjo e descrição* dos arquivistas holandeses.

A década de 1970 foi importante para a Arquivologia no Brasil, pois nela ocorreram fatos primordiais para a sua consolidação, entre eles destacam-se:

- a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 1971;
- a autorização, pelo Conselho Federal de Educação, da criação de cursos de Arquivologia, em nível superior, em 1972;
- a fixação do currículo mínimo do curso de graduação, em 1974, passando, nesse ano, o Curso Permanente de Arquivos do Arquivo Nacional a funcionar com mandato universitário;
- a realização dos 4 primeiros Congressos Brasileiros de Arquivologia (1972, 1974, 1976 e 1979);
- a regulamentação da profissão de arquivista, em 1978; e,
- a implantação dos cursos pioneiros no ensino de Arquivologia: o da UNIRIO (atual, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) ao incorporar o Curso Permanente de Arquivos do Arquivo Nacional, em 1977; o da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), em 1977; e, o da UFF (Universidade Federal Fluminense), em 1979.

Esses fatos, de uma maneira geral, entrelaçam conquistas profissionais e institucionais, pois muitos de seus atores tiveram participação pessoal, efetiva, conjunta e concomitante.

Para o Arquivo Nacional, uma mudança significativa foi introduzida em sua estrutura com a criação da Divisão de Pré-Arquivo, em 1975. Instalada, inicialmente, em 1978, nas dependências da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, foi transferida, em 1979, para as dependências do Departamento de Imprensa Nacional, este, também, um órgão integrante da estrutura do Ministério da Justiça.

Com a criação da Divisão de Pré-Arquivo, pela primeira vez se reconheceu regimentalmente a necessidade do Arquivo Nacional voltar-se para a gerência dos documentos ainda indefinidos quanto ao seu valor histórico. [...] Também pela primeira vez, ao se instalar a Divisão em Brasília, o Arquivo Nacional apresentou sinais de preocupação com a sua atuação junto à administração pública na capital federal. (JARDIM, 1988, p. 33-34)

Entretanto, sua estrutura e competências não correspondiam aos pressupostos teóricos, metodológicos e terminológicos da gestão de documentos e da teoria das três idades.

As ações desta Divisão constituíram-se, naquele momento, numa tentativa de salvaguardar a documentação armazenada nos órgãos públicos federais, que não havia recebido tratamento arquivístico adequado e que foi transferida sem obedecer a critérios de avaliação.

Segundo Kecskeméti (1988, p. 6), só um adjetivo podia caracterizar a situação em que se encontrava o Arquivo Nacional, em 1980: *catastrófica*.

Para se levar a efeito a modernização proposta pela então Diretora-Geral, Kecskeméti assinala que era indispensável, entre outras questões prioritárias: adquirir uma nova sede; dotar a instituição de uma estrutura organizacional mais adequada; identificar os documentos já custodiados na sede e organizar o Pré-Arquivo em Brasília; recensear aqueles não recolhidos e dispersos pelo Rio de Janeiro e pela capital federal; aperfeiçoar o corpo de funcionários; e, elaborar uma legislação federal.

Assim, em 1981, foi iniciada a implementação do Programa de Modernização Institucional Administrativa do Arquivo Nacional, em decorrência do convênio realizado entre o Ministério da Justiça e a Fundação Getúlio Vargas.

A sua concepção fez-se a partir da análise dos principais problemas da instituição, visando “injetar” recursos humanos e dotá-la dos instrumentos necessários à implantação de uma política de transferência e recolhimento, organização, controle e divulgação do seu acervo.

Com o objetivo de agilizar as atividades da Divisão de Pré-Arquivo, em Brasília, e implantar um arquivo intermediário no Rio de Janeiro, foram criados, neste Programa, Grupos de Trabalho¹⁴ encarregados de elaborar diagnóstico da situação dos arquivos da administração pública federal, fornecendo o quadro global da massa documental produzida e acumulada pelos órgãos do Poder Executivo Federal, que ainda não havia sofrido transferência ou recolhimento.

Em 1983, o Arquivo Nacional foi transformado em órgão autônomo da administração direta do Ministério da Justiça e, em 3 de janeiro de 1985, transferiu-se para a atual sede, ocupando um dos edifícios da antiga Casa da Moeda, na Praça da República n° 173.

A década de 1980 foi marcada pelo fortalecimento institucional, onde se destacam alguns pontos:

- a incorporação de reflexões técnicas e políticas quanto às questões da gestão de documentos;

¹⁴ As idéias aqui sintetizadas encontram-se mais explicitadas em INDOLFO; OLIVEIRA; LOPES (1988); JARDIM (1988) e INDOLFO; CAMPOS (1990 e 1991).

- as ações de gestão de documentos junto aos órgãos públicos federais;
- a capacitação de seus funcionários em visitas e estágios internacionais;
- a oferta de cursos de capacitação em âmbito nacional, ministrados por técnicos da instituição;
- a revitalização da produção e do conhecimento arquivístico com a publicação de manuais técnicos, periódicos e instrumentos de trabalho;
- a realização de seminários e conferências, onde o debate e a cooperação interinstitucional possibilitou a coleta de subsídios para a gestação da política nacional de arquivos.

Merece destaque a presença das instituições arquivísticas nos debates da reforma administrativa federal de 1985, constituindo a Câmara V – Racionalização, Simplificação e Descentralização Administrativa – da Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental (CEPAD). [...] Cabe mencionar, também, as gestões feitas pelo Arquivo Nacional junto à Assembléia Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1988, no sentido de introduzir no texto constitucional referências à gestão arquivística em todos os níveis. (FONSECA, 2005, p. 69)

O esforço por um estatuto jurídico que contemplasse o dever da administração pública de assumir a gestão da documentação governamental, facilitando sua consulta, e o direito do cidadão de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, ressalvadas aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, encontram-se expressos, respectivamente, nos seguintes dispositivos constitucionais: parágrafo 2º, inciso IV, do artigo 216 e incisos XIV e XXXIII, alínea a, do inciso LXXII, do artigo 5º.

O conjunto dessas ações promoveu a aproximação do Arquivo Nacional com as demais instituições arquivísticas públicas do país, fazendo com que a instituição viesse a se tornar mais visível ao administrador público e ao Governo, como órgão responsável pela gestão e recolhimento dos documentos produzidos pelo Poder Executivo Federal.

O esforço pela conquista de um aparato legal foi complementado com a promulgação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. O artigo 1º confere ao Poder Público o dever da gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos. O artigo 3º contempla o conceito de gestão de documentos. O Artigo 18 estabelece as competências do Arquivo Nacional, definindo-o, no parágrafo 1º do artigo 17, como uma das instituições arquivísticas federais do Poder Executivo.

Coloca-se que o espaço conquistado, na área da gestão de documentos, começou a consolidar-se a partir deste ano com a definição legal da área dentro da instituição.

De acordo com o disposto no artigo 24 do Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991, que aprovava a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, passa o Arquivo Nacional, como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, a ter a competência de:

[...] executar a gestão, o recolhimento, a guarda, a preservação e a restauração do acervo arquivístico da Administração Pública Federal, bem como dos documentos privados de interesse público, garantindo acesso público às informações neles contidas, com o objetivo de apoiar o governo nas suas decisões político-administrativas, o cidadão na defesa de seus direitos, divulgando o conteúdo de natureza técnica, científica e cultural, e incentivando a pesquisa relacionada com os fundamentos e as perspectivas do desenvolvimento nacional, além de acompanhar e implementar a política arquivística do Governo Federal, visando racionalização e diminuição de custos públicos.

A partir de então, o Regimento Interno, de julho de 1991 (atualizado pelo de abril de 1992), contemplou o Arquivo Nacional, em sua sede no Rio de Janeiro, com uma Divisão de Gestão de Documentos (que contava com a Seção de Arquivos Intermediários, a Seção de Transferência e Recolhimento e a Seção de Protocolo e Arquivo) e com um Núcleo Regional no Distrito Federal (que contava com a Seção de Gestão de Documentos e a Seção de Arquivos Permanentes) que, posteriormente, passaram a serem denominadas Coordenação de Gestão de Documentos e Coordenação Regional no Distrito Federal.

Essas unidades administrativas sucederam, respectivamente, a Divisão de Pré-Arquivo no Rio de Janeiro (informalmente estruturada desde 1985) e a Divisão de Pré-Arquivo em Brasília, não havendo solução de continuidade nas ações e trabalhos implementados pelas equipes técnicas.

Ao assumir o compromisso com a gestão, a preservação e o acesso à informação arquivística governamental, o Arquivo Nacional teve, ainda, que enfrentar, durante a década de 1990¹⁵, inúmeras questões, entre elas a *situação caótica* dos serviços arquivísticos da Administração Pública Federal.

Segundo Jardim (1999), o desmonte das estruturas administrativas do Estado, dentro do quadro neoliberal de Estado mínimo, e o processo de extinção de órgãos da administração federal, iniciado no Governo Collor, trouxeram “conseqüências irreversíveis para os recursos informacionais do aparelho do Estado”.

¹⁵ As atividades de gestão de documentos empreendidas pelo Arquivo Nacional, na década de 1990, especificamente as do período de 1996 a 2006, são apresentadas na próxima seção.

No ano de 2000, o Governo Federal reestrutura o Ministério da Justiça, passando o Arquivo Nacional a ficar subordinado à Casa Civil da Presidência da República.

Em novembro de 2002, a Portaria n° 42, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que dispõe sobre o Regimento Interno do Arquivo Nacional¹⁶, confere as seguintes competências às unidades administrativas responsáveis pelas atividades de gestão de documentos.

Art. 8° À Coordenação de Gestão de Documentos compete:

I – assistir ao Diretor-Geral no âmbito de sua atuação;

II – prestar orientação técnica a órgãos e entidades da Administração Pública Federal quanto à implantação de programas de gestão de documentos, à elaboração e aplicação de códigos e planos de classificação, bem como de tabelas de temporalidade e destinação de documentos;

III – promover adequações ao Código de Classificação de Documentos de Arquivo e à Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, relativos à atividade-meio da Administração Pública Federal;

IV – analisar códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, encaminhados à aprovação do Diretor-Geral do Arquivo Nacional;

V - prestar orientação técnica a órgãos e entidades da Administração Pública Federal em processo de extinção, liquidação, municipalização e desestatização, com vistas ao tratamento e à destinação dos acervos;

VI – acompanhar a transferência e o recolhimento de documentos ao Arquivo Nacional, procedendo ao registro de sua entrada e ao encaminhamento às unidades competentes; e

VII – coletar e processar informações sobre acervos arquivísticos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, atualizando o Cadastro Nacional de Arquivos Federais, com vistas à supervisão de programas de gestão de documentos.

[...]

Art. 23. À Coordenação Regional no Distrito Federal compete:

I – assistir ao diretor-Geral, no âmbito de sua atuação; [...]

V – analisar códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, encaminhados à aprovação do Diretor-Geral;

VI - prestar orientação técnica, com vistas ao tratamento e à destinação dos acervos a órgãos e entidades da Administração Pública Federal em processo de extinção, liquidação, municipalização e desestatização; [...]

VIII - acompanhar a transferência e o recolhimento de documentos oriundos de órgãos e entidades da Administração Pública Federal para o Arquivo Nacional; [...]

Cabe ressaltar que, desde 2001, essas unidades não contam com subunidades administrativas em sua estrutura, passando os titulares a Coordenadores-Gerais a partir de 2003 e 2004, respectivamente.

Ainda, em novembro de 2002, inaugura-se a nova sede e, em 2004, completa-se a ocupação do atual complexo arquitetônico, iniciada em 1985.

¹⁶ O novo Regimento Interno do Arquivo Nacional encontra-se em tramitação na Casa Civil da Presidência da República e disponível em:<www.arquivonacional.gov.br>

Na passagem do século XX para o século XXI, de acordo com as palavras de Silva (1994, p.122), buscou o Arquivo Nacional, “como principal agente da política nacional de arquivos, direcionar sua atuação, preferencialmente, para os serviços arquivísticos da Administração Pública Federal,” desenvolvendo, elaborando e aperfeiçoando vários projetos de sistemas que proporcionassem a sua interação com as unidades produtoras e acumuladoras de documentos, na esfera do executivo federal.

Uma primeira concepção desse sistema denominava-se SIFAR – Sistema Federal de Arquivos do Poder Executivo, cuja finalidade e composição foram, anteriormente, descritas e analisadas por Jardim (1995, p. 85).

Esse projeto, aperfeiçoado, passou a ser denominado, a partir dos anos 2000 e 2001, de Sistema de Gestão de Documentos e Informações, do Poder Executivo Federal, constituindo-se ambos em antecedentes do Sistema¹⁷ ora instituído.

Pelo artigo 1º do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, as atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da administração federal ficam organizadas sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA e o Arquivo Nacional passa a integrar o SIGA como órgão central.

As finalidades do Sistema, sua composição, as competências do órgão central e as atribuições da Comissão de Coordenação, instituída junto ao órgão central, apresentam-se assim dispostas:

Art. 2º. O SIGA tem por finalidade:

- I - garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da administração pública federal, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos de arquivo e às informações neles contidas, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições administrativas ou legais;
- II - integrar e coordenar as atividades de gestão de documentos de arquivo desenvolvidas pelos órgãos setoriais e seccionais que o integram;
- III - disseminar normas relativas à gestão de documentos de arquivo;
- IV - racionalizar a produção da documentação arquivística pública;
- V - racionalizar e reduzir os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística pública;
- VI - preservar o patrimônio documental arquivístico da administração pública federal;
- VII - articular-se com os demais sistemas que atuam direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.

Art. 3º. Integram o SIGA:

- I - como órgão central, o Arquivo Nacional;
- II - como órgãos setoriais, as unidades responsáveis pela coordenação das atividades de gestão de documentos de arquivo nos Ministérios e órgãos equivalentes;

¹⁷ Informações disponíveis em:< <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> acesso em 10 jul. 2007.

III - como órgãos seccionais, as unidades vinculadas aos Ministérios e órgãos equivalentes.

Art. 4º. Compete ao órgão central:

I - acompanhar e orientar, junto aos órgãos setoriais do SIGA, a aplicação das normas relacionadas à gestão de documentos de arquivos aprovadas pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

II - orientar a implementação, coordenação e controle das atividades e rotinas de trabalho relacionadas à gestão de documentos nos órgãos setoriais;

III - promover a disseminação de normas técnicas e informações de interesse para o aperfeiçoamento do sistema junto aos órgãos setoriais do SIGA;

IV - promover e manter intercâmbio de cooperação técnica com instituições e sistemas afins, nacionais e internacionais;

V - estimular e promover a capacitação, o aperfeiçoamento, o treinamento e a reciclagem dos servidores que atuam na área de gestão de documentos de arquivo.

[...]

Art. 6º. Fica instituída, junto ao órgão central, a Comissão de Coordenação do SIGA, cabendo-lhe:

I - assessorar o órgão central no cumprimento de suas atribuições;

II - propor políticas, diretrizes e normas relativas à gestão de documentos de arquivo, a serem implantadas nos órgãos e entidades da administração pública federal, após aprovação do Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

III - propor aos órgãos integrantes do SIGA as alterações ou adaptações necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de documentos de arquivo;

IV - avaliar os resultados da aplicação das normas e propor os ajustamentos que se fizerem necessários, visando à modernização e ao aprimoramento do SIGA.

O Arquivo Nacional obteve, a partir de agosto de 2006, a ampliação do seu quadro funcional com a realização de concurso público e o ingresso de mais de 180 novos servidores. Esse fator alia-se a outros, como a ampliação e melhoria das condições do espaço físico, o posicionamento junto à estrutura da Casa Civil da Presidência da República e a constituição do novo Sistema.

Esses fatores reunidos podem contribuir para a efetiva ampliação da *vocação federal* do Arquivo Nacional?

7.2.1 Atividades de gestão de documentos desenvolvidas pelo Arquivo Nacional de 1996 a 2006

A pesquisa deve ser entendida como uma ação de investigação que leva à interrogação, que exige reflexão, crítica, descoberta, criação e, às vezes, enfrentamento com o instituído.

Segundo Goldenberg (2005, p.59), o fato de ter uma convivência profunda com o objeto estudado pode contribuir para que o pesquisador *naturalize* determinadas práticas e comportamentos que deveria *estranhar* para compreender.

As atividades de gestão de documentos desenvolvidas pelo Arquivo Nacional junto aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, no período de 1996 a 2006, formam o objeto de investigação.

7.2.1.1 Aspectos metodológicos

Os dados e informações obtidos quando da leitura e análise dos Relatórios Anuais de Atividades do Arquivo Nacional¹⁸ serviram de base para que fossem estruturadas tabelas e quadros das atividades desenvolvidas.

O objetivo da leitura e análise desses Relatórios foi a verificação do cumprimento dos preceitos normativos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (PEF), com relação às práticas de classificação e avaliação de seus acervos documentais, destacando-se entre eles:

- a instituição de comissão permanente de avaliação de documentos;
- a implementação de atividades de classificação e avaliação com a aplicação do código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, referentes às atividades-meio;
- a elaboração de código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, referentes às atividades-fim, mediante acompanhamento e aprovação do Arquivo Nacional;
- a publicação de editais de ciência de eliminação, no Diário Oficial da União, mediante autorização do Arquivo Nacional.

7.2.1.2 Relatórios Anuais de Atividades: características gerais

O formato e o padrão dos Relatórios, de uma maneira geral, são semelhantes, contudo a concisão e a descrição das atividades nem sempre aparecem de modo uniforme, em alguns anos mais extensivas e em outros mais resumidas, o que levou a complementação da leitura e

¹⁸ Solicitação formal da Coordenação do PPGCI do convênio UFF/IBICT foi feita à Direção-Geral do Arquivo Nacional. Cópias dos Relatórios de Atividades do Arquivo Nacional, produzidos no período de 1996 a 2006, foram fornecidas em 22 jun. e 29 nov. 2007.

análise, nos anos de 2000 e 2001, dos Relatórios setoriais produzidos pela Coordenação de Gestão de Documentos e pela Coordenação Regional no Distrito Federal, unidades responsáveis pela execução das referidas atividades.

Essas atividades apresentam-se, tanto como Programas Institucionais de Assistência Técnica e Programa de Gestão de Documentos, com subprogramas de gestão de documentos federais, de avaliação e seleção de documentos e de entrada de documentos, como subprogramas dentro do Programa Institucional de Política Nacional de Arquivos. Passam a integrar linhas de ação dentro do Programa Institucional de Preservação e Disseminação da Informação. Encontram-se, também, como etapas das Ações e dos Programas Institucionais do PPA¹⁹, em Capacitação de Recursos Humanos na Área de Informação Documental, estando, por último, identificadas como Ações Institucionais Não Orçamentárias.

As principais realizações são descritas como metas e unidades de medidas executadas e produtos alcançados, tendo em vista o programado; entretanto, essa programação, em alguns casos das atividades analisadas, aparece com o registro “de acordo com a demanda”.

O desenvolvimento das atividades de gestão de documentos, de acordo com o registrado nos Relatórios, tem como objetivo o “cumprimento da missão institucional do Arquivo Nacional na implementação e acompanhamento da política nacional de arquivos por meio da promoção e supervisão, junto aos órgãos e entidades federais, de programas de gestão documental, objetivando o planejamento e o controle das atividades técnicas relacionadas à produção, tramitação, uso, organização, classificação, avaliação e seleção de documentos de arquivo, além da transferência e recolhimento de acervos arquivísticos para a guarda no Arquivo Nacional”.

Essas atividades podem ser identificadas, basicamente, em 3 (três) formas de atuação:

- a. a assistência técnica para aplicação da legislação vigente, no que se refere aos procedimentos para a organização, ordenação, identificação, classificação, processamento técnico, preservação e conservação, avaliação e destinação de acervos documentais produzidos e/ou acumulados por órgãos e entidades públicos e privados. Essa assistência pode ocorrer com a orientação técnica direta aos órgãos e entidades, pelo acompanhamento dos trabalhos das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos e pela aprovação das Listagens de Eliminação de Documentos;

¹⁹ Ações e projetos inseridos nos Programas do Plano Pluri Anual do Governo Federal.

- b. o controle e o registro das entradas de acervos arquivísticos, por transferência e recolhimento, preferencialmente daqueles produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades do Poder Público, notadamente os provenientes do Poder Executivo Federal, bem como daqueles de origem privada doados ou depositados sob custódia;
- c. o assessoramento e a supervisão direta para a execução de atividades técnicas na área de arquivos: produção de manuais técnicos e instrumentos de trabalho; realização de cursos de capacitação e treinamento de recursos humanos; promoção de encontros, seminários e outros eventos.

7.2.1.3 Relatórios Anuais de Atividades: dados coletados

Dos Relatórios de Atividades Anuais do Arquivo Nacional, lidos e analisados, um primeiro fato que chama atenção é a ausência de registros ou referências quanto ao controle da instituição de Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD's) pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF).

A partir da publicação do Decreto nº 2.182, de 20 de março de 1997²⁰, que estabelece normas para a transferência e o recolhimento de acervos arquivísticos públicos federais para o Arquivo Nacional, todos os órgãos e entidades da APF deveriam constituir as referidas Comissões.

Pelo artigo 2º desse Decreto, as Comissões passaram a ser responsáveis pela orientação e realização da análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, obedecendo ao estabelecido nas Resoluções do CONARQ, no que diz respeito aos prazos de guarda e destinação dos documentos relativos às atividades-meio, e submetendo suas listagens de eliminação de documentos à aprovação do Arquivo Nacional.

Vale lembrar que a necessidade de autorização prévia para eliminação de documentos públicos obedece ao disposto no artigo 9º da Lei nº 8.159 de 1991.

²⁰ Hoje atualizado pelo Decreto 4.073 de 2002.

Essas Comissões, também, passaram a ser encarregadas da elaboração da tabela de temporalidade dos documentos relativos às atividades-fim, submetendo-as, da mesma forma, à aprovação do Arquivo Nacional.

Se os órgãos cumpriram o preceito normativo ou se o Arquivo Nacional exerceu um efetivo controle sobre essa atividade, ou seja, quantos e quais são os órgãos do PEF que possuem CPAD's instituídas, não existe registro nos Relatórios, apenas encontra-se registrado o acompanhamento dos trabalhos das CPAD's que solicitaram orientação técnica ao Arquivo Nacional para o desenvolvimento de suas tarefas.

Cabe ressaltar que essas atividades, muitas vezes, mesclam-se com as atividades gerais de assistência técnica, uma vez que os nomes dos órgãos repetem-se nas duas formas de atuação, o que fez com que se considerasse apenas uma dessas atividades na hora de arrolar os órgãos do PEF que receberam orientação técnica no âmbito da gestão de documentos.

Dessa análise chegou-se a elaborar uma relação nominal, por ano, dos órgãos que receberam essa orientação técnica, tanto os do PEF, como de outros Poderes, esferas de Governo e mesmo da iniciativa privada (ver Apêndice E).

Dessa relação foi possível extrair um quadro do quantitativo anual e outro de acordo com a natureza jurídica. Sugere-se ver os Apêndices F e G, para recorrer às relações nominais dos órgãos assistidos, tanto de uma como de outra situação.

Quadro 7 - Número de órgãos que receberam orientação técnica no âmbito da gestão de documentos (no período de 1996 a 2006)

Anos	Órgãos do PEF	Órgãos de outros Poderes, esferas de Governo e entidades privadas
1996	11	2
1997	32	19
1998	18	12
1999	50	7
2000	41	9
2001	16	1
2002	19	6
2003	50	10
2004	52	18
2005	67	12
2006	79	10
Nº total de órgãos	435 163 *	106 86*

* como os órgãos se repetem ao longo do período foi feita uma contabilização de acordo com a relação nominal única.

Quadro 8 - Número de órgãos assistidos segundo a natureza jurídica

Total de órgãos do PEF assistidos pelo AN	163
Nº de órgãos da Administração Direta	82
Nº de órgãos da Administração Indireta	67
Nº de órgãos extintos	14
Total de órgãos de out. Poderes e de outra natureza	86
Nº de órgãos do Poder Legislativo Federal	2
Nº de órgãos do Poder Judiciário Federal	11
Nº de órgãos do Poder Público Estadual	30 *
Nº de órgãos do Poder Público Municipal	11 **
Nº de entidades privadas	21
Nº de instituições de outra natureza ***	11

* sendo 8 arquivos públicos estaduais ** sendo 4 arquivos públicos municipais *** órgãos autônomos na estrutura do Estado e instituições internacionais

Da leitura das tabelas que se encontram nos Apêndices, observa-se que alguns órgãos do PEF receberam orientação técnica constante ao longo do período analisado, podendo-se destacar: Advocacia Geral da União, Banco Central do Brasil; Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (extinta), Departamento de Polícia Federal (incluindo a Academia Nacional de Polícia e as Superintendências Regionais do Rio de Janeiro e do Distrito Federal), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (em liquidação), Fundação Oswaldo Cruz, Imprensa Nacional, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (sede e Superintendência Regional no Rio de Janeiro), Instituto Nacional de Seguridade Social, Ministério da Fazenda (incluindo diversas Gerências Regionais), Ministério da Integração Nacional, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério da Saúde (incluindo as unidades hospitalares localizadas no Rio de Janeiro), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rede Ferroviária Federal S.A (em inventariança) e Universidade Federal de Goiás.

Caracterizado também como assistência técnica, destaca-se a formação do Grupo de Trabalho, junto aos Comandos Militares do Ministério da Defesa, para a discussão da especificidade da temporalidade e destinação dos documentos relativos à administração do Pessoal Militar.

Esse trabalho levou à elaboração de uma proposta, apresentada ao Plenário do CONARQ, de uso de uma subclasse do Código de Classificação e da Tabela de

Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública para esse conjunto de documentos. A proposta foi aprovada pelo Plenário transformando-se na Resolução n° 21 de 2004.

Uma atividade que não mereceu registro específico, ou detalhado, foram as aprovações das Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim. No período analisado, 4 (quatro) órgãos do PEF tiveram esses instrumentos aprovados, entretanto, apenas uma das aprovações aparece assim descrita.

As demais informações relativas a essa atividade tiveram que ser complementadas com pesquisa no Diário Oficial da União para que se pudesse avaliar melhor o cumprimento do preceito normativo.

Quadro 9 - Elaboração de tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, referentes às atividades-fim, pelos órgãos do PEF, com acompanhamento e aprovação do Arquivo Nacional

anos	Órgãos do PEF	Informação presente no Relatório	Informação complementada com pesquisa no DOU
1996	-	-	-
1997	UFSM	Parecer de aprovação da TTD	Portaria n° 23 do DG do AN, de 31 de outubro de 1997 (DOU, n° 219, 12/11/1997)
1998	DNPM/GO	Não	Aprovação do Plano de Destinação de Documentos e autorização de eliminação de documentos pela Portaria n° 18 do DG do AN, de 15 de agosto de 1998 (DOU, n° 151, 10/08/1998)
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	UFPB	Não	Aprovação da TTD pela Portaria n° 30 do DG do AN, de 25 de julho de 2001 (DOU, n° 153, 10/08/2001)
2002	FCRB	Consta o acompanhamento da CPAD do órgão	Aprovação da TTD do Arquivo da FCRB pela Portaria n° 10 do DG do AN, de 11 de março de 2002 (DOU, n° 55, 21/03/2002)
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-

Quanto ao relato da atividade de aprovação das Listagens de Eliminação de Documentos elaboradas pelos órgãos do PEF, não aparece o registro dessa atividade nos Relatórios Anuais de 1997 a 2003, apenas no de 1996 e nos de 2004 a 2006.

Quadro 10 – Número de Listagens de Eliminação de Documentos dos órgãos do PEF aprovadas pelo AN segundo informações dos Relatórios Anuais de Atividades

ANOS	Número de listagens
1996	1 listagem = 1 órgão
1997	-
1998	-
1999	-
2000	-
2001	-
2002	-
2003	-
2004	5 listagens = 4 órgãos
2005	8 listagens = 8 órgãos
2006	15 listagens = 12 órgãos
	29 listagens de 16 órgãos

Nesse caso, também, se elaborou uma relação nominal dos órgãos do PEF que tiveram suas listagens aprovadas e verifica-se que a maior parte deles consta da relação dos órgãos que receberam assistência técnica ao longo do período, assinalando um desdobramento dessa atividade.

Quadro 11 - Relação nominal dos órgãos do Poder Executivo Federal cuja aprovação das Listagens de Eliminação de Documentos consta dos Relatórios Anuais de Atividades do AN

1. Academia Nacional de Polícia (ANP/DPF)
2. Advocacia Geral da União (AGU)
3. Agência Nacional de Cinema (ANCINE)
4. Associação das Pioneiras Sociais
5. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT) – em liquidação
6. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
7. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no DF
8. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no CE
9. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no MT
10. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no MS
11. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em MG
12. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no RJ
13. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no PA
14. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
15. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICEx)
16. Universidade Federal de São João del Rei (UFSJR)

Em virtude da ausência de informações relativas aos anos supra citados, buscou-se na pesquisa no Diário Oficial da União, tanto na sua versão impressa, como na *on-line*, as informações complementares.

Essa busca ampliou a configuração desse quadro de atuação e a pesquisa revelou o dobro de Editais publicados, entretanto, não se pode afirmar que ela seja exaustiva pois as informações disponibilizadas *on-line* sofreram uma série de interrupções por parte da Imprensa Nacional²¹ e, no caso da pesquisa na versão impressa nem sempre a Seção 3 do DOU, onde são publicados normalmente os Editais de Ciência de Eliminação, encontra-se acessível na Biblioteca do Arquivo Nacional.

Cabe ressaltar que, a partir de julho de 2007, passou a estar disponibilizada na página da Internet do Arquivo Nacional, no ‘portal’ do SIGA, uma seção com informações sobre as autorizações de eliminação de documentos pelo Arquivo Nacional como “resultados das atividades de gestão de documentos na APF”. Essas informações sofreram algumas alterações e atualizações em janeiro de 2008, contudo, elas não contemplam o mesmo quadro elaborado com a pesquisa feita no DOU. Encontra-se no Apêndice H, o resultado completo da pesquisa no D.O.U.

Quadro 12 - Comparação entre o número de Editais de Ciência de Eliminação publicados

Anos	Número de Editais de Ciência de Eliminação publicados no DOU de acordo com a pesquisa feita nos Diários impressos e on-line	Número de Editais de Ciência de Eliminação publicados no DOU segundo seção do SIGA no portal do AN
1996	1	1 *
1997	1	1
1998	2	1
1999	5 (2 sem autorização do AN)	5 (1 sem autorização do AN)
2000	-	-
2001	2	1
2002	3 (1 sem autorização do AN)	1
2003	13 (5 sem autorização do AN)	2
2004	10 (5 sem autorização do AN)	5
2005	11 (3 sem autorização do AN)	2
2006	10 (3 sem autorização do AN)	9 (1 sem autorização do AN) ou 7 (1 sem autorização do AN) *
	58 editais (19 editais sem autorização do AN) de 28 órgãos	28 ou 25 editais publicados (2 sem autorização do AN)
* informações divergentes obtidas em jul. 2007 e jan.2008		

²¹ Pesquisa nos Jornais Anteriores: temporariamente, o usuário consulta o acervo do DOU e do DJ impressos em 2007, até que estejam concluídos os ajustes do novo sistema de buscas adequado aos interesses da sociedade, essa informação é a mesma desde 23/10/2007. Disponível em:< <http://portal.in.gov.br/imprensa/menu/pesquisanos-jornais-1>> último acesso em 18 jan.2008.

Quanto à verificação do cumprimento dos preceitos normativos pelos órgãos do PEF, com acompanhamento e supervisão do Arquivo Nacional, conforme o estipulado como objetivo dessa pesquisa, procurou-se demonstrar, com a apresentação das informações e dos dados coletados e consolidados em quadros e tabelas, o que se encontra descrito nos Relatórios com referência a forma de atuação da instituição quanto ao desenvolvimento das atividades de assistência técnica no âmbito da gestão de documentos.

Com relação ao controle e registro de entradas de acervos arquivísticos, privilegiou-se o processamento dos dados referentes ao recolhimento de órgãos extintos e empresas liquidadas, em relação ao total de entradas registradas nesse período. Essa escolha deve-se ao fato do recolhimento desses acervos ocorrerem atendendo ao disposto no parágrafo 2º do artigo 7º da Lei nº 8.159 de 1991.

Segundo informações disponíveis no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde o início “do processo extintório, no âmbito da Administração Pública Federal, deflagrado com o advento da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990”, foram extintos 45 (quarenta e cinco) órgãos, sendo 19 (dezenove) órgãos da administração direta, 11 (onze) autarquias, 12 (doze) fundações e 3 (três) Campanhas de Saúde Pública, e foram liquidadas 21 (vinte e uma) empresas, sendo 3 (três) empresas públicas e 18 (dezoito) sociedades de economia mista. Encontram-se, ainda, em andamento 3 (três) processos de liquidação e 1 (uma) de inventariança.

Dessa totalização, foram recolhidos ao Arquivo Nacional, no período abrangido por essa pesquisa, documentos de 14 (quatorze) órgãos extintos, 12 (doze) empresas liquidadas e 1 (uma) empresa privatizada, conforme demonstrado no presente quadro.

Quadro 13 - Recolhimento ao AN de documentos de órgãos extintos e empresas liquidadas

Anos	Relação nominal da entrada de acervos arquivísticos	Observações
1996	CBIA DNOS	
1997	DNOS BNCC SIDERBRAS MIC Fundação Educar	
1998	IAA RFFSA *	* apenas documentos cartográficos

Quadro 13 – (cont.)

1999	IBC COLONE SIDERAMA BANRORAIMA SUDECO	
2000	SUDECO TELEBRAS ** Fundação Brasil Central PORTOBRAS	** empresa estatal privatizada em julho de 1998
2001	IBC CUN	
2002	LLOYDRAS ***	*** acervo deu entrada em 2005
2003	AGEF CUN TELEBRAS Fundação Roquette Pinto	
2004	TELEBRAS	
2005	SUDENE **** TELEBRAS CGI, SNI, CSN ***** Projeto Carajás Pólo Noroeste	**** documentos filmográficos ***** acervos de órgãos extintos que estavam sob custódia da ABIN e foram recolhidos em virtude do Decreto n° 5.584 de 2005
2006	TELEBRAS CSN ***** DSI do MRE *****	***** idem

No que diz respeito à promoção de encontros, seminários, realização de cursos de treinamento e reciclagem de recursos humanos, foram capacitados 1.351 (mil, trezentos e cinquenta e um) servidores, nesse período. Alguns eventos foram direcionados a um público mais amplo e outros atenderam à solicitação específica de órgãos do PEF tendo sido, também, oferecido cursos para servidores de outras esferas de Governo, dos quais não foram computados os dados.

Quadro 14 - Capacitação de recursos humanos do PEF no âmbito da gestão de documentos

Anos	Tipo de evento	Número de servidores capacitados	Observações
1996	Palestras para servidores do MARE e do MJ para disseminação do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividades-meio	-	-
1997	Realização de dois Seminários Regionais sobre classificação e avaliação de documentos da APF	326	1 na região CO e 1 na região SE
1998	Treinamento de técnicos para o tratamento do acervo documental da extinta LLOYDBRAS	24	
1999	Capacitação de servidores do Arquivo Nacional para adoção do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividades-meio	15	-

Quadro 14 – (cont.)

2000	Curso de Gestão de Documentos para servidores do MJ, da IN, do AN e do DPF	118 *	* 35 servidores do AN
2001	Seminário de Gestão de Documentos da Administração Pública Federal	340	
2002	Palestras sobre Gestão de Documentos para servidores do IBAMA e INMETRO	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-		
2006	Workshop com as Instituições Federais de Ensino Superior	69 *	* 24 servidores do AN
	I Encontro Técnico de Integrantes do SIGA	459	

Entre os eventos acima relatados, cabe destaque a realização do Workshop com as Instituições Federais de Ensino Superior, em setembro de 2006, para discussão de propostas de revisão, ampliação e atualização da tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-fim, elaborada pela Universidade Federal da Paraíba e aprovada pelo Arquivo Nacional em 2001.

A motivação para a realização do referido evento veio do questionamento feito, por algumas Universidades Federais, quanto aos critérios que levaram à definição de algumas temporalidades e destinações, estabelecidas naquele instrumento para certos conjuntos documentais, tendo em vista a sua utilização como referencial para as atividades de avaliação e seleção desenvolvidas por essas instituições.

O questionamento apresentado pelos técnicos das Universidades Federais, que passaram a utilizar a referida Tabela, foi baseado em pesquisa na legislação relativa à educação superior por eles empreendida. Algumas propostas encaminhadas para exame pelo Arquivo Nacional discordavam do disposto e estabelecido na Tabela da UFPB. Tendo em vista tal situação, tanto o Arquivo Nacional, como a UFPB concordaram que a revisão desse instrumento deveria contar com a participação de técnicos das demais IFES.

Para o evento foram convidadas 55 (cinquenta e cinco) IFES, por meio de ofício da Direção-Geral do Arquivo Nacional aos Reitores das Universidades Federais. Participaram do Workshop 31 (trinta e uma) instituições de ensino superior, sendo 30 (trinta) federais e uma estadual.

No momento da apresentação dos participantes no evento, procedeu-se a uma enquete sobre as atividades de gestão de documentos desenvolvidas pelas instituições que representavam, objetivando obter dados complementares para esta pesquisa e tendo em vista a

oportunidade ímpar de entrevistar um grupo significativo de usuários dos instrumentos normativos em vigor.

Foram feitas apenas cinco perguntas diretas, visando coletar as informações sem constranger os entrevistados que, no momento, se apresentavam.

Quadro 15 – Resultado da enquete realizada no Workshop

Perguntas	Sim	Não	Sem resposta
Utiliza o Código e a Tabela estabelecidos pela Resolução n°14/2001 do CONARQ	13	13	5
Utiliza a Tabela da UFPB para as atividades-fim	11	15	5
Existe Arquivo Central na IFES	9	7	15
Possui CPAD instituída	9	9	13
Realiza eliminação de documentos	17	4	10

O uso do recurso metodológico de entrevistas não havia sido pensado, inicialmente, para esta pesquisa devido ao tempo de execução e a escala de entrevistas que deveriam ser realizadas em virtude do universo de investigação. Entretanto, acredita-se que o percentual de entrevistados (55%) em relação ao total de convocados para o evento, revela amostra significativa em razão da representatividade desses órgãos no contexto da Administração Pública Federal.

A concepção e adoção de programas de gestão de documentos envolvem um conjunto de ações que devem articular as atividades desenvolvidas por todos agentes presentes neste cenário. Não se pode *naturalizar* a sua existência, nem mesmo a sua sustentação, a partir apenas do aparato legal que passou a exigir sua construção.

A comparação da situação da arquivística da administração pública federal, anterior ao surgimento desses preceitos normativos, e a situação ora descrita irá embasar a apresentação, no próximo capítulo, da análise qualitativa dos dados coletados.

8 TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO ARQUIVÍSTICO FEDERAL

O mais evidente, o mais familiar também, é o *interdito*. Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja. (FOUCAULT, s.d.)

A ocorrência de transformações no cenário arquivístico federal, no período de 1996 a 2006, a partir da aplicação dos instrumentos de gestão de documentos referentes à classificação e avaliação de documentos, preconizados pelas normas arquivísticas, é o que se pretende verificar com a análise das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Nacional.

Busca-se, ainda, verificar se os resultados obtidos com a adoção desses instrumentos normativos de gestão de documentos ocorreram em razão das ações de normalização empreendidas pelos agentes da política nacional de arquivos.

Os pressupostos teóricos vistos na literatura sobre a formulação e implantação de políticas públicas, também, devem servir de guia para a análise.

As atividades censitárias realizadas pelo Arquivo Nacional, no âmbito do Governo Federal, ao longo dos anos de 1980, constituem-se no ponto de partida para a configuração desta análise.

A situação arquivística da administração pública federal, então identificada por essas atividades censitárias, foi apresentada em diversas ocasiões e em diferentes trabalhos e eventos.

A partir da constatação da ausência de tratamento técnico nos serviços arquivísticos, o Arquivo Nacional, com o objetivo de contribuir para a melhoria dos padrões arquivísticos no Governo Federal, buscou implementar ações que colaborassem nas transformações desse cenário.

Cabe aqui recuperar alguns dados da situação identificada nos anos de 1980 para que se possa comparar com as atividades desenvolvidas pelo Arquivo Nacional no período analisado nesta pesquisa.

8.1 SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS FEDERAIS NOS ANOS DE 1980

Entre 1981 e 1983, o Arquivo Nacional realizou, na cidade do Rio de Janeiro, um primeiro diagnóstico em que, uma equipe de trabalho denominada Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE), visitou 198 (cento e noventa e oito) arquivos de órgãos da administração pública federal direta e autárquica.

O objetivo dessa atividade era conhecer a realidade documental dos serviços federais, bem como adquirir informações sobre os acervos documentais que, por diversas razões, ainda não se encontravam sob a guarda do Arquivo Nacional.

No ano de 1984, o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), também, realizou um levantamento da situação dos arquivos da Administração Pública Federal Direta e Autarquias, por intermédio de um questionário. Dos órgãos consultados, obteve-se resposta de 964 (novecentos e sessenta e quatro) arquivos.

Apesar da dimensão do universo ser diferenciado, os resultados obtidos nos dois diagnósticos em muito se assemelharam.

Quadro 16 - Situação geral dos arquivos nos anos de 1980

	GIFE	DASP
Número de arquivos	198	964
Mensuração dos documentos escritos	124.135 metros lineares	152.391 metros lineares
Datas-limite dos acervos	1700 a 1983	1735 a 1984
Condições de conservação dos acervos	sofríveis em 52 %	regulares para a maioria
Condições dos depósitos	sofríveis em 75 %	regulares para a maioria
Documentos de natureza administrativa	representam 70 %	representam 45 %
Documentos de natureza técnica	representam 5 %	representam 5 %

Quadro 17 – Percentual de arquivos que realizam atividades de avaliação de documentos nos anos de 1980

	GIFE	DASP
Eliminação de documentos	37 %	48 %
Existência de Comissão de Avaliação	9 %	12 %
Utilização de Tabela de Temporalidade	5 %	22 %

Esses diagnósticos serviram de base para a elaboração das recomendações contidas no Relatório final apresentado, em 1987, pela Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental (CEPAD), integrante da Câmara V – Racionalização, Simplificação e Descentralização Administrativa - da Reforma Administrativa Federal²².

Essa Comissão foi criada para analisar e propor mudanças para os serviços de arquivo, biblioteca e museu pertencentes à administração pública federal, atendendo uma reivindicação dos profissionais da área de informação e documentação no serviço público.

A análise apresentada pelo Relatório final da CEPAD destacou os seguintes problemas com relação ao segmento dos arquivos:

- a ineficiência dos serviços arquivísticos prestados, tanto para a própria administração como para o cidadão, devido à carência quantitativa e qualitativa de recursos humanos e materiais;
- o baixo nível hierárquico, na estrutura organizacional da administração, das unidades administrativas responsáveis pelo tratamento da documentação;
- a inexistência de critérios de avaliação, transferência e recolhimento devido ao volume de documentos encontrados nos órgãos públicos e às precárias condições de tratamento técnico, além das inadequadas instalações físicas.

O Relatório da CEPAD salientava, ainda, a inexistência de uma política arquivística e, ao mesmo tempo, mostrava a necessidade urgente do estabelecimento de uma política de informação no âmbito da Administração Pública Federal que permitisse “fixar diretrizes filosóficas quanto à geração, ao tratamento e uso de documentos e informações para a garantia de apoio efetivo às ações governamentais e às necessidades do usuário do serviço público”.

A implementação das proposições e recomendações apresentadas pela Comissão não chegaram a se efetivar, assim como o processo de reforma administrativa foi interrompido pelos diversos planos econômicos lançados pelo Governo Federal no final dos anos de 1980.

O Arquivo Nacional retomou a atividade de cadastramento com a implantação do *Cadastro Nacional de Arquivos Federais*, realizando de abril a agosto de 1989, tanto na cidade do Rio de Janeiro como em Brasília, a visita a 148 órgãos, priorizando mais uma vez a administração direta e autárquica.

O Diagnóstico geral da situação dos acervos resultante deste *Cadastro* revelou, além da carência de recursos humanos capacitados para a execução das tarefas arquivísticas, os seguintes aspectos:

²² A CEPAD foi instituída, em março de 1986[sic], por Portaria do Ministro Extraordinário para Assuntos de Administração e Presidente da Comissão de Coordenação do Plano de Reforma da Administração Federal.

- a dispersão e a desorganização dos acervos;
- a multiplicidade de arquivos;
- a pulverização de serviços;
- a ausência de padronização e de normas que orientassem as atividades de tratamento técnico dos acervos, principalmente no que tange aos procedimentos de classificação e avaliação dos documentos;
- a inadequação dos meios de armazenamento e acondicionamento empregados aliada à ausência de controle das condições climáticas.

Entre os dados apresentados, nos quadros abaixo, a ocorrência da eliminação de documentos associada à quase total ausência de uma classificação prévia, a rara presença de comissão de avaliação e a forte influência das condições de armazenamento chamam atenção para a situação caótica em que se encontravam os serviços arquivísticos federais no final dos anos de 1980.

Quadro 18 – Síntese do Diagnóstico geral elaborado pelo Cadastro Nacional de Arquivos Federais

Dados gerais	RJ	Brasília	Total
Número de órgãos visitados	93	50	143²³
Número de arquivos	141	66	207
Número de depósitos	198	111	309
Mensuração dos documentos escritos	62.206 m	44.199 m	106.405 m
Datas-limite	1754 a 1989	1848 a 1989	1754 a 1989

Características gerais dos depósitos	RJ	Brasília
Presença de danos nas paredes, pisos e tetos	+ de 50%	+ de 50%
Fiação elétrica exposta	72 %	70 %
Tubulação aparente	87 %	41 %
Localização próxima à fonte de poluição	74 %	53 %

Atividades básicas de gestão de documentos desenvolvidas pelas instituições cadastradas	Rio de Janeiro		Brasília	
	sim	não	sim	não
Existência de setor responsável pela orientação técnica e normativa	22 %	78 %	76 %	24 %
Existência de instrumentos normativos	11 %	89 %	49 %	51 %
Adoção de plano de classificação de documentos	13 %	87 %	27 %	73 %
Eliminação de documentos	54 %	46 %	66 %	34 %
Comissão de avaliação e seleção instituída	19 %	81 %	30 %	70 %

²³ Essa diferença diz respeito a 5 órgãos cadastrados cujos dados não foram processados. (CNAF, 1990, p. 25)

O então identificado caos informacional apontava, não só a falta de conhecimento e de adoção das práticas da gestão documental pelos órgãos públicos federais, mas, sobretudo, esbarrava na perda de controle dos documentos por eles acumulados. E, mais grave ainda, os serviços arquivísticos federais não asseguravam o acesso às informações produzidas no âmbito da própria administração.

Essa situação assinalava a ineficácia dos procedimentos administrativos e a ineficiência dos processos decisórios em virtude da falta de controle das informações acumuladas pelo Estado brasileiro, o que se refletia na garantia do direito de acesso às informações pela sociedade.

Como assegurar acesso às informações produzidas pelos órgãos públicos, condição *sine qua non* para ampliação da cidadania, se os serviços arquivísticos federais apresentavam este grave quadro de precariedades ?

8.2 GESTÃO DE DOCUMENTOS NOS ANOS DE 1990

A partir da promulgação da Lei de Arquivos, a construção de uma infra-estrutura legislativa é apresentada como uma das bases para a concepção e estruturação da política nacional de arquivos.

Desde a sua instalação em 1994, o CONARQ vem atuando em conjunto com o Arquivo Nacional na produção de Resoluções e textos legislativos que, apresentados à sanção presidencial, tornaram-se Decretos que regulamentam a Lei de Arquivos.

Como visto no Capítulo 7, muitos dos trabalhos de suas Câmaras Técnicas estiveram direcionados para o estabelecimento de procedimentos de classificação e avaliação dos documentos produzidos pela administração pública.

A produção de normas arquivísticas voltadas para as atividades de gestão de documentos demonstra uma preocupação importante, pois veio preencher lacunas na execução do tratamento técnico dos acervos arquivísticos públicos.

Entretanto, as mudanças que se almejam alcançar não ocorrem de forma rápida e expressiva e, ainda, sofrem com fatores internos estruturais pelos quais passam, constantemente, as administrações públicas.

Oliveira (1997), em trabalho acadêmico, realizado em 1996, apresenta um ‘retrato’ dos serviços arquivísticos da administração pública federal, em Brasília, que não difere muito daqueles revelados pelos diagnósticos da década anterior.

Para mapear a estrutura da administração pública federal, consultou listagem e organogramas fornecidos pela Coordenação Geral de Estudos e Informações Institucionais do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE (antecessor do atual Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), atualizados até março de 1996.

Segundo a fonte utilizada, a estrutura do Poder Executivo Federal contava, em todo país, com 124 (cento e vinte e quatro) órgãos, sendo 31 (trinta e um) órgãos da administração direta subordinados a Presidência da República e 93 (noventa e três) entidades da administração indireta, formada por 20 (vinte) autarquias, 24 (vinte e quatro) fundações, 17 (dezesete) empresas públicas e 32 (trinta e duas) sociedades de economia mista.

Desse total, 40 % localizavam-se em Brasília, sendo 28 (vinte e oito) órgãos da administração direta e 22 (vinte e dois) da indireta. Seu universo de investigação limitou-se a 21 (vinte e um) órgãos da administração direta, 11 (onze) autarquias e 9 (nove) fundações, tendo as entrevistas acontecido entre julho e setembro de 1996. A aplicação de questionários em apenas 41 (quarenta e um) órgãos deveu-se ao fato que os outros nove órgãos não preenchiam os requisitos necessários ao levantamento.

Quadro 19 – Síntese da situação dos serviços arquivísticos (Fonte: Oliveira, 1997)

Atividades básicas de gestão de documentos desenvolvidas pelos órgãos	Brasília		
	sim		não
Existência de instrumentos normativos	51 %		49 %
Utilização de código de classificação de documentos	32 %		68 %
Eliminação de documentos	44 %		56 %
Do percentual que elimina	sim	não	-
Comissão de avaliação e seleção instituída	39 %	61 %	-
Utilização de tabela de temporalidade	61 %	39 %	-

Se compararmos com o quadro publicado, em 1990, pelo *Cadastro* pouco se alterara a situação desses serviços. Os procedimentos de classificação e avaliação de documentos ainda ocorriam sem o respaldo dos critérios preconizados pela teoria e prática arquivísticas.

Oliveira (1997, p. 83-87), com a intenção de avaliar o grau de repercussão do Código de Classificação e da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo, aprovados pela Resolução nº 4 do CONARQ, em março de 1996, inseriu uma questão final sobre o conhecimento destes instrumentos. Vinte e oito dos entrevistados (68 %) afirmaram conhecer essa Resolução. Apesar de considerar significativo o grau de

conhecimento, pondera que a baixa utilização desses instrumentos advinha da falta de pessoal capacitado para as tarefas de sua aplicação.

8.3 A ATUAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS DE 1996 A 2006

Para a análise das transformações do cenário arquivístico governamental fez-se necessário, no percurso dessa pesquisa, a identificação da configuração da estrutura do Poder Executivo Federal e a apresentação das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Nacional, no período de 1996 a 2006, expostas nos capítulos precedentes.

A dimensão quantitativa dos órgãos do Poder Executivo Federal ressalta o tamanho do espaço a ser objeto de atuação do Arquivo Nacional.

A carência de visibilidade de sua configuração expressa muitas das dificuldades de articulação entre o Arquivo Nacional e os órgãos do Poder Executivo Federal.

As formas de atuação do Arquivo Nacional, identificadas nos Relatórios Anuais de Atividades, apresentam-se, essencialmente, direcionadas à assistência técnica aos órgãos públicos federais, no âmbito da gestão de documentos, para a aplicação da legislação vigente.

Dos órgãos que receberam orientação técnica nessa área, 65 % integram o PEF. Contudo, o universo alcançado com a assistência e assessoria direta, ou por meio do acompanhamento dos trabalhos das CPAD's, representa 10,5 % dos órgãos do PEF.

Quadro 20 - Percentual de órgãos que receberam assistência técnica do AN na área de gestão de documentos (período de 1996 a 2006)

Total de órgãos que receberam orientação técnica	249
Percentual de órgãos do PEF	65 %
Percentual de órgãos de outros Poderes e de outra caracterização jurídica	35 %
Total de órgãos do PEF segundo Base SIORG	1.550
Nº de órgãos do PEF que receberam assistência técnica do AN	163
Percentual de órgãos do PEF que receberam	10,5%
Nº de órgãos da AD assistidos	82
percentual	5,2%
Nº de órgãos da AI assistidos	67
percentual	4,3%
Nº de órgãos extintos dentre os que receberam assistência	14
percentual	1%
Percentual de órgãos do PEF que não receberam	89,5%

Gráfico 1
Percentual de órgãos do PEF que receberam assistência técnica em relação ao total dos órgãos assistidos

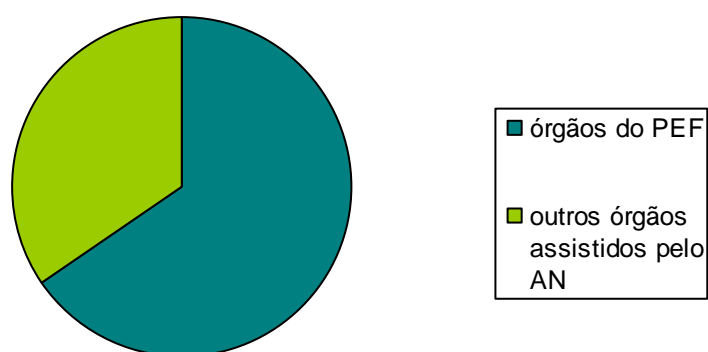
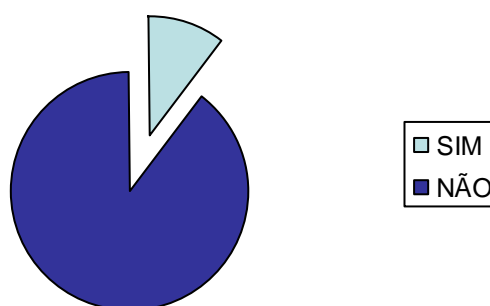
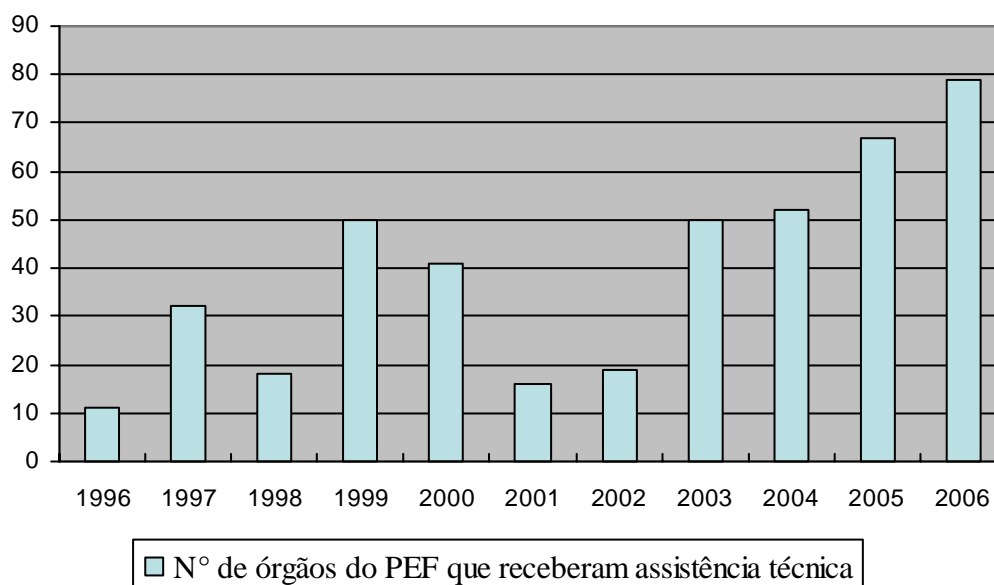


Gráfico 2
Percentual de órgãos do PEF que receberam assistência técnica sobre o total de órgãos da estrutura do PEF segundo Base SIORG



Pode-se aferir, também, que a quantidade de órgãos do PEF assistidos sofre variações, crescendo de 1996 para 1997, diminuindo em 1998, voltando a crescer em 1999, caindo nos anos de 2000, 2001 e 2002, crescendo seguidamente a partir de 2003.

Gráfico 3
Número de órgãos do PEF que receberam assistência técnica por ano



Quais fatores poderiam ter influenciado essa flutuação ?

A promoção de eventos na área para a divulgação dos preceitos normativos teve papel relevante? Conforme visto no Quadro 14, no capítulo 7, a promoção de eventos, entre 1996 e 2002, ocorreu em média uma vez por ano. Não ocorreu nos anos de 2003, 2004 e 2005, voltando a acontecer em 2006.

A possibilidade ou a necessidade de liberação de espaço físico fez com que os órgãos procurassem orientação e autorização do Arquivo Nacional para eliminarem os volumosos conjuntos documentais por eles acumulados ?

Ou ainda, acrescentando à questão anterior, as dificuldades em desenvolver as atividades de gestão de documentos essenciais para a efetivação da eliminação de documentos públicos levaram os órgãos a demandarem assistência técnica ?

As respostas a esses pressupostos poderiam ser indicadores para a explicação da referida flutuação. Os dados obtidos não apresentam respostas conclusivas para reduzir o problema a uma equação simples e clara.

Outro indicador pode ser a carência de recursos humanos habilitados para a execução da tarefa, sendo freqüente a utilização de mão-de-obra terceirizada nos serviços arquivísticos federais. Contudo, o aumento significativo dos últimos anos pode ser creditado à instalação da Comissão de Coordenação do SIGA, em janeiro de 2004.

A partir de então, a execução das atribuições do Arquivo Nacional, como órgão responsável pela prestação de assistência técnica a órgãos e entidades da APF, passa a ser mais requisitada. Que as solicitações de orientação técnica crescem é um fato incontestável conforme pode ser visto no Gráfico 3, mas a sua concretização ocorre sobretudo por causa da demanda dos órgãos e não como uma ação planejada ou programada pelas Coordenações responsáveis pela execução das atividades de gestão de documentos.

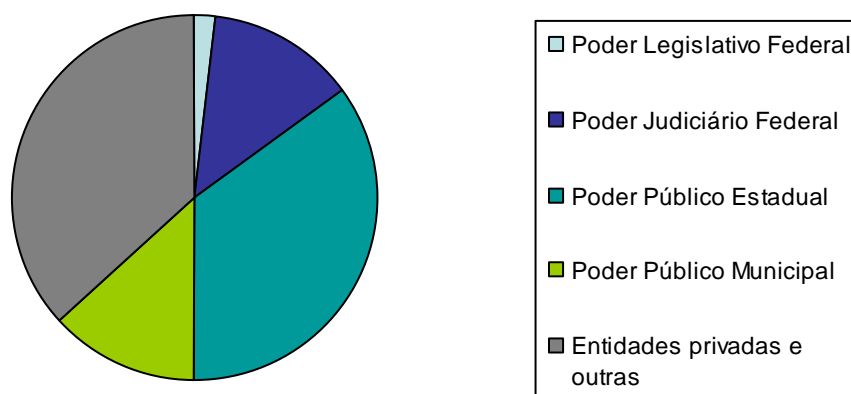
Quanto à prestação de assistência técnica a outros órgãos e entidades de outros poderes públicos e da iniciativa privada, esta ocorreu em maior percentual para os órgãos públicos estaduais e municipais, totalizando 48 % dos atendimentos realizados.

Desse grupo, destacam-se a orientação técnica a 8 (oito) Arquivos Públicos Estaduais e a 4 (quatro) Arquivos Públicos Municipais.

Essas solicitações de assistência técnica são direcionadas ao CONARQ, como órgão central do SINAR, entretanto, sua viabilização decorre da orientação prestada por técnicos da área de gestão de documentos do Arquivo Nacional, em articulação com as demais áreas, como a de preservação e a de processamento técnico dos acervos de guarda permanente.

O mesmo ocorrendo com a assistência técnica às instituições privadas que, junto com as entidades de caracterização jurídica diversa, foram contempladas com 37 %. Os outros Poderes Federais receberam 15 % das orientações, cabendo ao Judiciário o maior peso, isto é, 13 %.

Gráfico 4
Percentual de órgãos de outros Poderes e de entidades privadas que receberam assistência técnica



A atividade de elaboração de Códigos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim, com acompanhamento e aprovação do Arquivo Nacional, apresenta um pequeno resultado.

No período de 1996 a 2006²⁴, apenas 4 (quatro) órgãos submeteram e obtiveram a aprovação do Arquivo Nacional para as suas TTD, a saber: duas universidades federais, um órgão descentralizado e uma fundação.

Esse resultado merece uma atenção especial ao se levar em consideração o potencial informativo dos documentos produzidos em razão das competências específicas de um órgão, pois deles resultam, na sua maior parte, a formação dos conjuntos arquivísticos de guarda permanente.

Passa a ser de fundamental importância a efetivação de ações para a mudança dessa situação, para que não se perpetue aquela dos anos de 1980, quando a maior parte da documentação encontrada nos serviços arquivísticos era de natureza administrativa.

A iniciativa do Arquivo Nacional de realizar o Workshop com as IFES, no ano de 2006, conforme exposto no capítulo 7, objetivando a revisão e atualização da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos elaborada pela UFPB, pode ser vista como uma ação positiva.

A proposta de elaboração de instrumento técnico único de classificação e avaliação de documentos produzidos pelas IFES, beneficiando parte significativa das entidades de ensino vinculadas ao MEC, poderá servir, inclusive, para alterar a situação de seus serviços arquivísticos.

Na enquete, então realizada, foram levantados problemas com relação às práticas arquivísticas semelhantes às encontradas nos demais órgãos públicos federais, ou seja:

- 42 % das universidades utilizam os instrumentos aprovados pela Resolução nº 14/2001 do CONARQ;
- 35 % delas utilizam a TTD da UFPB para a avaliação dos documentos relativos às atividades-fim;
- 29 % das universidades informaram possuir CPAD instituída;
- 54 % afirmaram eliminar documentos.

A conclusão a que se chega com esses dados é que em 60 % desse universo não ocorre o uso de instrumentos normativos de gestão de documentos e a incidência de eliminação é considerada alta para o percentual de Comissões que deveriam estar atuando.

²⁴ Cabe informar que no ano de 2007, portanto fora do período analisado, uma Fundação e uma Agência tiveram seus instrumentos de classificação e avaliação de documentos relativos às atividades fim aprovados pelo AN.

Além desses percentuais, referentes à execução de atividades de gestão de documentos envolvendo os participantes no evento, outros fatores foram constatados, como o desnível de conhecimento dos técnicos com relação à terminologia, legislação e normas arquivísticas e a carência de orientação técnica para implementar alguns dos procedimentos básicos.

Isso remete a análise para a atividade de acompanhamento das CPAD's dos órgãos quanto à elaboração de Listagens de Eliminação de Documentos, que se viabilizam com a publicação dos referidos Editais de Ciência de Eliminação no DOU.

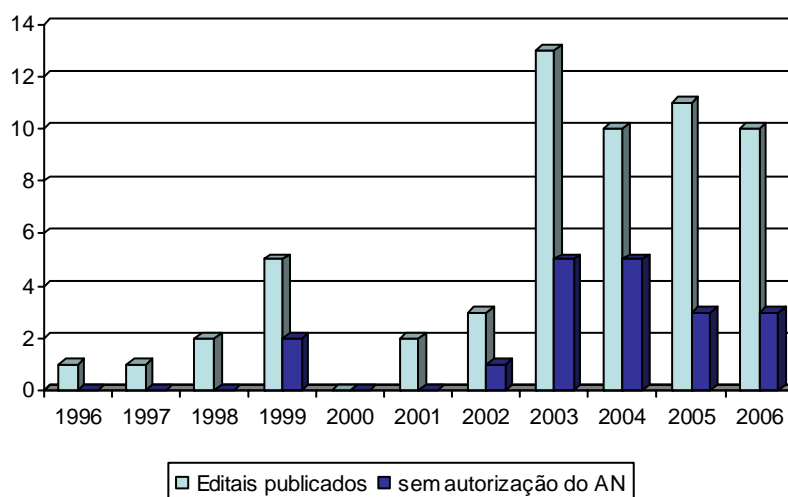
Do universo de órgãos do PEF (163) que receberam orientação técnica na tarefa de avaliação e seleção dos documentos acumulados em seus arquivos, 17 % efetivaram a eliminação baseados nos instrumentos técnicos preconizados pelas normas arquivísticas.

Os outros 83 % ainda não concluíram essa tarefa, estando alguns iniciando o processo de identificação e classificação ou, mesmo, adequando os procedimentos usualmente utilizados, para viabilizar os trabalhos das referidas Comissões.

Os dados apresentados no Gráfico 5 correlacionam o número de Editais de Ciência de Eliminação publicados no DOU, com e sem autorização prévia do Arquivo Nacional.

Observa-se que, quanto mais tempo decorreu da emissão da Resolução nº 7/1997 do CONARQ, aquela que preconiza os procedimentos para a eliminação de documentos do Poder Público, maior é a incidência de eliminação, mas, também, ocorre o aumento de publicação de Editais sem autorização.

Gráfico 5
Número de Editais de Ciência de Eliminação publicados no D.O.U.



Da relação de 28 (vinte e oito) órgãos que publicizaram a eliminação de documentos, 21 % o fizeram sem a autorização expressa do Arquivo Nacional, alguns deles em todos os Editais publicados. O Apêndice H apresenta a relação completa de órgãos do PEF que publicaram Editais.

Esse percentual aumenta para 32 % se for correlacionado o número de Editais publicados no DOU (um total de cinquenta e oito) com aqueles em que não constam a devida autorização (dezenove nessa situação).

Não se pode negar que a publicação de Editais denota o conhecimento das normas arquivísticas pelos órgãos públicos, uma vez que ao dar ciência em um periódico oficial seus titulares demonstram preocupação com o resguardo de seus atos.

Entretanto, demonstram um conhecimento parcial, pois não se encontram plenamente cientes de toda a seqüência de procedimentos que devem ser efetivados antes do ato de eliminar documentos públicos.

Tal fato evidencia que não se pode afirmar que não se eliminam documentos, no âmbito do Governo Federal, sem que o Arquivo Nacional aprove expressamente esse procedimento.

Isso fica patente com a ação da Direção-Geral do Arquivo Nacional²⁵ ao suspender quatro Editais de Ciência de Eliminação, publicados no exercício de 2007, uma vez que estas eliminações não haviam sido devidamente autorizadas. Mas o que se revela bastante singular da análise desses dados é que apenas 2 % dos órgãos do Poder Executivo Federal eliminaram 'oficialmente' seus documentos.

A eliminação 'oficial' de documentos expressa o pleno conhecimento e a efetiva adoção dos preceitos normativos e atesta o recebimento de orientação técnica do Arquivo Nacional para a execução dessa atividade.

Quanto ao recolhimento ao Arquivo Nacional de acervos arquivísticos de órgãos extintos e empresas liquidadas, nesse período, chega-se a 1/3 do total das extinções e liquidações deflagradas, a partir de 1990, pelo processo extintório da administração pública federal. O aferido com a entrada desses acervos demonstra que os mesmos referem-se a 57 % das empresas liquidadas e 22 % dos órgãos extintos. Cabe ressaltar que, em duas entradas, foram recolhidos apenas parcela dos acervos.

O recolhimento dos acervos documentais dos extintos órgãos relacionados às atividades de segurança da informação²⁶ ocorreu em razão de ato legislativo específico.

²⁵ Informações disponíveis na seção do SIGA no portal institucional do Arquivo Nacional.

²⁶ Ver Decreto n° 5.584, de 18 de novembro de 2005.

Deram entrada os documentos produzidos pelo Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, Comissão Geral de Investigações e Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores.

Não se poderia deixar de incluir nesta análise os resultados da pesquisa acadêmica recentemente publicada por Sousa (2006), pois nela identificamos um conjunto de informações complementares quanto à aplicação do Código de Classificação de Documentos de Arquivos para a Administração Pública: atividades-meio, aprovado pela Resolução nº 14/2001 do CONARQ.

Além de verificar a adoção desse instrumento, que de acordo com Sousa (2006, p.25) pode-se perceber “uma gradual adesão desde 1996”, a pesquisa se preocupou com a avaliação que os órgãos fazem da atuação do Arquivo Nacional quanto à assistência técnica prestada no acompanhamento de sua aplicação.

Seus objetivos visavam identificar, ainda, o entendimento e as dificuldades na utilização do instrumento e as ações que o Arquivo Nacional tem feito para orientar os órgãos públicos da Administração Pública Federal.

O interesse, que as informações apresentam para esta análise, deve-se ao fato, também, de que a pesquisa foi realizada junto as unidades responsáveis pela gestão de documentos de 22 dos 23 Ministérios instalados em Brasília²⁷, tendo os dados sido coletados entre novembro de 2005 e junho de 2006. Além de serem dados atuais, o campo empírico mostra-se representativo, pois contempla 59 % dos órgãos do primeiro escalão da administração pública federal, tendo como referencial o quantitativo total de Ministérios e Órgãos Equivalentes.

Quadro 21 – Síntese da pesquisa junto aos Ministérios (Fonte: Sousa, 2006)

Conhecimento do instrumento normativo	22	100 %
Utilização do instrumento de classificação	14	64 %
Não utilizam nenhum instrumento de classificação	8	36 %

Quanto à aplicação do instrumento de classificação de documentos relativos às atividades-meio	sim	não
Órgãos que possuem dúvidas e dificuldades	86 %	14 %
Oferta de treinamento específico por parte do AN	21 %	79 %
Oferta de assistência técnica por parte do AN para acompanhamento da utilização	36 %	64 %
O instrumento reflete as atividades-meio desenvolvidas	63 %	37 %
Solicitação de sugestões por parte do AN quanto à atualização	14 %	86 %
Envio de sugestões de atualização por parte dos órgãos	36 %	64 %

²⁷ O Ministério das Relações Exteriores não autorizou a realização da pesquisa. As unidades visitadas estão representadas apenas pelos denominados arquivos gerais ou centrais dos Ministérios.

Do grupo de Ministérios que aplicam o CCDA para às atividades-meio, 71 %, declararam possuir CCDA para as atividades finalísticas. Para essa elaboração, 70 % dos órgãos contaram com a orientação técnica prestada pelo Arquivo Nacional.

Quanto à orientação técnica recebida, os Gráficos 6 e 7 apresentam os dados levantados por aquela pesquisa

Gráfico 6

Prestação de assistência técnica do AN para elaboração de Código de Classificação de Documentos relativos às atividades-fim

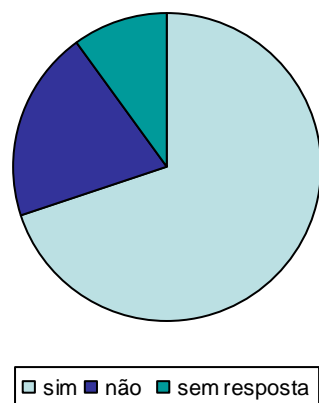
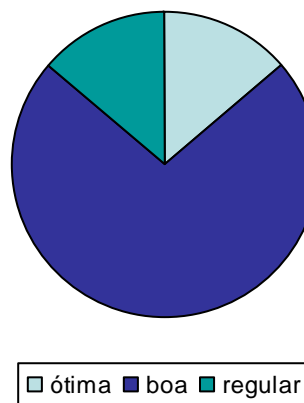


Gráfico 7

Avaliação dos Ministérios quanto à assistência técnica recebida



Para Sousa, os resultados de sua pesquisa apontaram para uma mudança importante na situação arquivística dos órgãos públicos federais, uma vez que 64 % desses Ministérios organizam, atualmente, seus arquivos gerais, a partir do instrumento de classificação, tendo a adesão à Resolução do CONARQ ocorrido, em média, por dois desses órgãos a cada ano.

Entretanto, encontram-se, ainda, órgãos do primeiro escalão (que integram o SIGA como órgãos setoriais) que não utilizam, em suas unidades responsáveis pela gestão de documentos, nenhum instrumento de classificação, adotando a ordenação numérico-cronológica como principal forma de recuperação da informação.

O que poderia ser aferido com uma projeção dessa situação para os órgãos subordinados e descentralizados ou a eles vinculados?

A resposta a essa pergunta, ainda não averiguada, pode estar na razão dos 2 % dos órgãos que conseguiram efetivar o processo de eliminação até agora.

O requisito fundamental para se proceder a avaliação e seleção de documentos é que estes estejam identificados e classificados de acordo com os preceitos normativos. Se isto não vem ocorrendo, sistematicamente, como avaliar e selecionar os documentos passíveis de eliminação para se preservar aqueles de guarda permanente?

Sousa (2006, p.32) enfatiza que “o cenário poderia ser melhor se o Arquivo Nacional agisse de uma forma mais ativa”.

De acordo com o relato da pesquisa junto aos Ministérios, a ação do Arquivo Nacional é “pautada por uma forma passiva, não fazendo uma boa divulgação do instrumento e não apoiando de maneira mais sistemática a implantação do Código nos órgãos públicos federais”. Complementa, ainda, essa afirmação ressaltando que devido a sua complexidade estrutural “o Código não é um instrumento de fácil entendimento”.

Contudo, o que mais chama atenção no resultado de sua pesquisa, e merece uma aferição mais apurada, é a afirmação sobre a existência e utilização de Código de Classificação de Documentos relativos às atividades fim, elaborado com assistência técnica do Arquivo Nacional. Cabe ressaltar que, dentro do marco cronológico desta pesquisa, não há registro de nenhuma aprovação, por parte daquela instituição arquivística, de instrumentos de classificação, temporalidade e destinação elaborados por algum desses Ministérios.

Acredita-se que estes Códigos, e suas respectivas Tabelas de Temporalidade e Destinação, encontrem-se, ainda, em processo de elaboração e experiência, caso contrário, esses órgãos estariam desrespeitando o que preceitua o artigo 18 do Decreto nº 4.073/2002 quanto à utilização de instrumentos técnicos sem a devida aprovação do Arquivo Nacional.

Pode-se reconhecer que, de uma maneira geral, transformações ocorreram no cenário arquivístico a partir da adoção das normas arquivísticas pelos órgãos públicos federais.

Reconhecer apenas a ocorrência de transformações não seria suficiente, faz-se necessário apontar como, por que e em que grau elas vêm acontecendo.

Não existem informações sistematizadas sobre a totalidade das iniciativas dos órgãos públicos federais referentes à elaboração de programas de gestão de documentos, entretanto, a familiaridade com a administração pública permite que se aponte a ausência de procedimentos básicos de gestão de documentos em grande parte dos órgãos públicos.

Pode-se citar como exemplo, dessa situação, as empresas do setor de energia elétrica que não contam com instrumento de classificação, temporalidade e destinação para os documentos relativos às atividades fim e estima-se que a maioria delas ainda, não usa plenamente o estabelecido pela Resolução nº 14/2001 do CONARQ.

Esse exemplo fica melhor explicitado por uma das recomendações contidas na *Carta de Goiânia*²⁸: “que as empresas do setor elétrico apoiem o desenvolvimento de trabalhos voltados para o mapeamento de processos, elaboração e implantação de Códigos de Classificação de Documentos e de Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos”.

Se o apoio para a elaboração dos instrumentos foi recentemente solicitado pode-se inferir que, provavelmente, as empresas do setor ainda não os possuem. Então, como essas empresas vêm atuando no gerenciamento de seus acervos documentais?

Duas iniciativas de entidades vinculadas ao Ministério da Saúde podem ser apontadas como produtos do desenvolvimento e implementação de ações de gestão de documentos: o Código de Classificação de Documentos das atividades-fim da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da área fim da Agência nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Essas iniciativas de elaboração desses instrumentos podem ser consideradas, do ponto de vista técnico, como ações pioneiras e isoladas, mas que contaram com a orientação e acompanhamento do Arquivo Nacional.

A partir da aprovação desses referenciais técnicos, no ano de 2007, seria não só recomendável, mas, essencialmente, necessário que se passasse a executar outras medidas dentro de um escopo mais amplo na formulação e implantação de políticas arquivísticas.

As ações de normalização empreendidas pelo CONARQ, ao longo de sua atuação nesses treze para quatorze anos, tornaram-se fortes instrumentos técnicos e de compulsória adoção pelos órgãos do Poder Executivo Federal, na medida em que decretos presidenciais específicos tornaram obrigatória a sua aplicação para a gestão de documentos da administração pública federal.

A partir de então, esperava-se que estratégias fossem concebidas, metas fossem traçadas e recursos fossem disponibilizados para a efetiva implementação de programas de gestão de documentos.

A formulação e implantação de políticas públicas, inclusive no caso das políticas públicas arquivísticas, pressupõem que esses requisitos sejam minimamente satisfeitos, ou mesmo estipulados, para que o alcance esperado com a sua implementação resulte numa transformação da situação existente.

²⁸ Documento que resultou de iniciativa do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, em parceria com a Companhia Energética de Goiás, quando da realização do *I Encontro Nacional de Gestão de Documentos e Informações do Setor de Energia Elétrica*, em novembro de 2006.

Um fato que equivocaria qualquer analista de políticas públicas é que as ações institucionais da política nacional de arquivos e de gestão de documentos desenvolvidas pelo CONARQ e pelo Arquivo Nacional, respectivamente, encontram-se identificadas como “ações institucionais não orçamentárias”.

Se não existem previsão e dotação orçamentárias para o desenvolvimento e execução dessas ações, como mobilizar recursos humanos, financeiros e materiais para a promoção de eventos de capacitação, treinamento ou reciclagem de pessoal? Como prestar assistência técnica para o acompanhamento das atividades de gestão documentos que foram, ou estão sendo, implementadas pelos órgãos públicos em todo país? E como verificar *in loco* a adoção e o cumprimento dos preceitos normativos?

Tarefas impossíveis de serem realizadas sem recursos orçamentário-financeiros? Não. Pelo menos não é este o quadro que se apresenta com os dados registrados nos Relatórios.

Entretanto, o pequeno alcance da assistência técnica prestada pelo Arquivo Nacional (10,5 %), em relação a todo o espaço objeto de sua atuação, os 1.550 órgãos do PEF, pode ser explicitado por sua *ação passiva* provocada exclusivamente pelas demandas.

Para romper com essa postura passiva, o Arquivo Nacional precisaria superar os desafios impostos pelas dimensões continentais do país e pela complexidade da estrutura administrativa. Precisaria, essencialmente, conceber uma política arquivística, onde estivessem previstas a disponibilização dos recursos humanos, financeiros e materiais e a adoção de medidas concretas de atuação junto aos órgãos públicos federais, pois só assim sua *vocação federal* viria a ser cumprida.

A viabilização dessas medidas depende principalmente de decisões políticas. Depende, inclusive, da discussão de quais políticas públicas arquivísticas precisam ser formuladas, anunciadas e efetivadas. Depende, ainda, do envolvimento dos atores públicos e privados (Estado e sociedade civil) na formulação e execução de outras políticas públicas no campo da informação.

A existência de aparato legal e de instrumentos técnico-científicos normalizadores na área da gestão de documentos constitui-se em referencial substancial para que se alcancem as transformações desejadas.

Num cenário em que os agentes do Estado realizavam os procedimentos administrativos e as práticas arquivísticas fundamentados no chamado ‘bom senso’, ou seja, sem os parâmetros técnico-científicos preconizados, a produção de normas arquivísticas não depende apenas do conjunto de conhecimentos técnico-científicos alcançados pela teoria arquivística, mas, essencialmente, das decisões políticas de como adotá-las.

As dimensões técnicas e políticas da adoção das normas arquivísticas exigem uma maior articulação dos agentes responsáveis pela formulação e implantação de políticas públicas no cenário arquivístico federal.

A construção de uma legislação arquivística tem sido (e é) de grande importância mas não o suficiente. O alcance dos regulamentos exige a verificação de quais transformações ocorreram no cenário.

A presença efetiva de mudanças depende mais do que o empenho personificado, muitas vezes, pelo Conselho Nacional de Arquivos e pelo Arquivo Nacional. Depende do compromisso dos agentes do Estado com a produção, processamento, uso, guarda e disponibilização da informação arquivística governamental.

Só uma atitude comprometida, técnica e política, poderá consolidar o direito de acesso público à informação governamental, contribuindo para o monitoramento das ações e decisões governamentais pela sociedade civil e para a ampliação da transparência da ação do Estado.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alcance das normas arquivísticas, instituídas pelo Conselho Nacional de Arquivos, no quadro da formulação e implantação de políticas públicas arquivísticas constituiu-se no foco de estudo desta pesquisa.

A delimitação do problema pesquisado partiu da premissa da ocorrência de transformações no cenário arquivístico federal, no marco cronológico de 1996 a 2006, em razão da adoção dos preceitos normativos.

Esta pesquisa buscou identificar e analisar se a existência de instrumentos técnico-científicos, relacionados à aplicação das práticas arquivísticas da classificação e avaliação, vem acompanhada da elaboração e implementação de políticas públicas arquivísticas.

A situação de precariedade em que se encontravam as instituições arquivísticas públicas e os serviços de arquivo dos órgãos públicos foi apresentada, durante os anos de 1980, como resultante da ausência de procedimentos básicos de gestão de documentos que permitissem a preservação do patrimônio arquivístico e o acesso à informação governamental.

A elaboração de leis e regulamentos e a produção de normas e diretrizes foram buscadas pelos agentes do Estado responsáveis pela definição de uma política nacional de arquivos, como elementos capazes de oferecer instrumental técnico-científico para ordenação do caos em que se encontravam essas instituições e serviços.

Reconhece-se, nos anos de 1990, o esforço conjunto do CONARQ, do Arquivo Nacional e de outras instituições arquivísticas públicas para promulgação de um corpus legislativo direcionado para a adoção dos princípios constitucionais da responsabilidade da administração pública com relação à gestão da documentação governamental.

Identifica-se, a partir desse período, também, o aumento da produção do conhecimento arquivístico com a publicação de teses, dissertações, manuais e artigos especializados, ampliando a divulgação da produção científica da área, bem como o aumento de cursos de Arquivologia pelo país, permitindo a qualificação do profissional que passa a desempenhar as atividades de gestão de documentos.

No Brasil, somente a partir da introdução do conceito de gestão de documentos disposto na Lei de Arquivos é que se pode afirmar que a sua adoção começou a ser

identificada como forma de garantir o controle do ciclo de vida dos documentos, permitindo uma avaliação criteriosa e assegurando a organização de conjuntos documentais que viessem alcançar a guarda permanente. Essa recomendação já se encontrava prescrita nos manuais norte-americanos, traduzidos para a língua portuguesa, desde os anos de 1960.

Os fundamentos da classificação dos documentos de arquivo e os princípios que norteiam a prática arquivística da avaliação passaram então a ser difundidos de forma mais sistemática, seja com a promoção de seminários e outros eventos de treinamento e reciclagem junto aos servidores públicos, seja com a presença maior de profissionais que receberam esse conhecimento nos cursos de formação de Arquivologia.

Ainda hoje, contudo, persistem procedimentos inadequados para realização das atividades de gestão de documentos e constata-se, nos serviços arquivísticos federais, o conhecimento teórico-metodológico desnivelado das atribuições de um serviço de arquivo, o que vem impedindo a superação de obstáculos na implementação de ações de gestão de documentos.

O acesso à informação governamental não se encontra plenamente disponibilizado uma vez que a administração pública não se vê cobrada cotidianamente a prestar contas de suas decisões, ou mesmo a fazer determinadas escolhas em detrimento de outras, pois a sociedade não possui acesso às fontes de informações que lhes proporcionariam o controle das ações governamentais.

Isso ocorre devido à ausência de controle no fluxo dos documentos produzidos e acumulados na razão direta do exercício das funções e atribuições dos agentes do Estado. À falta de controle agrega-se a ausência de tratamento técnico, permitindo o delineamento do aparato administrativo como ineficaz e ineficiente na prestação de serviços a coletividade e na garantia do uso, manutenção, eliminação, preservação e acesso aos documentos públicos.

O Estado não reconhece, ainda, na implementação dessas atividades a possibilidade de uso dos recursos informacionais produzidos como forma de estimular a gestão participativa e de ampliar a conquista dos direitos civis, propiciando a superação de muitas das desigualdades sociais e a construção da cidadania plena.

O uso da informação arquivística governamental pelo Estado com o objetivo de mostrar a transparência das ações empreendidas não tem sido objeto da formulação e implantação de políticas arquivísticas no quadro mais amplo das políticas públicas de informação.

Não só no Brasil, como em outros países latino-americanos, a agenda dos governos tem se preocupado, na maior parte das vezes, com a questão dos recursos tecnológicos da

informação para fazer frente aos desafios impostos pela virtualidade da comunicação e o avanço da era digital, caracterizando essas ações como políticas de informação.

A concepção das estratégias, a definição de metas e a destinação de recursos financeiros deverão envolver a atuação do Estado e contar com a presença da sociedade. Para o desenvolvimento e a execução das políticas públicas de informação, incluindo as políticas arquivísticas, será necessário uma ampliação do debate em torno da questão e o estabelecimento de co-responsabilidades dos atores, públicos e privados, para que não sejam criadas só expectativas de mudanças, mas para que se efetivem transformações nas formas de acesso às informações.

Uma política pública expressa um conjunto de finalidades explicitamente expostas pelos “fazedores de políticas” e consolidadas em decisões de governo com a destinação de recursos orçamentário-financeiros, alocação de recursos humanos e definição de estratégias, para que a sua execução resulte em ações concretas dos seus atores.

As primeiras mudanças no cenário arquivístico brasileiro pós-1990 ocorreram, em primeiro lugar, com a obtenção do marco legal e, a seguir, com a sua regulamentação.

O exercício da normalização que, então, se empreendeu procurou equacionar a harmonização técnica, a uniformização terminológica e a dimensão jurídico-discursiva que envolvia a produção das normas arquivísticas.

As expectativas criadas, quando de sua elaboração, apresentaram-se como uma “solução” para a superação de alguns graves problemas por que passavam as instituições arquivísticas e os serviços arquivísticos públicos.

A adoção das normas arquivísticas vem esbarrando nas implicações técnicas advindas das dificuldades de compreensão de uso dos instrumentos, bem como a intensidade e o alcance de sua observância apresenta implicações políticas.

A elaboração dos instrumentos técnicos de gestão de documentos exigiu, dos produtores das normas, a realização de uma pesquisa detalhada das funções e competências dos órgãos da administração pública com relação à produção documental e uma análise do uso e dos prazos de guarda desses documentos para o cumprimento dos deveres e direitos do Estado na prestação de serviços públicos à coletividade. Esses instrumentos são resultantes da produção de um conhecimento arquivístico na área de gestão de documentos.

A complexidade de sua estruturação e, conseqüentemente, as dificuldades de sua compreensão advêm da questão que tanto a classificação como avaliação de documentos requerem, dos agentes públicos que vão aplicar esses instrumentos, conhecimentos do fazer

arquivístico, além do domínio da estrutura e funcionamento, e também, da evolução histórica dos órgãos da administração pública.

Essas implicações de ordem técnica podem (ou devem) ser equacionadas, entre outras ações de assistência técnica, como a oferta de cursos de capacitação, promovidos pelas instituições arquivísticas, para os recursos humanos responsáveis pela execução das atividades de gestão de documentos.

Dentro do universo de investigação e do marco cronológico propostos, constatou-se que os instrumentos técnicos preconizados pelas normas são conhecidos por uma parcela dos agentes públicos e seu uso vem se ampliando. Essas normas exigiram para serem produzidas um grande conhecimento arquivístico, o seu uso depende da aquisição de parte desse conhecimento. Um alcance maior e uma intensidade mais forte de adesão ao preceito normativo ressentem-se da ausência de uma política pública arquivística, inclusive para a aplicações de sanções por parte das autoridades arquivísticas.

A presença da dimensão política na adoção das normas arquivísticas, muitas vezes, não aparece configurada claramente, pois a norma vem sendo visualizada como elemento ordenador do caos arquivístico, cuja racionalidade e neutralidade técnicas a isentariam da tomada de postura política ou de busca de alternativas por seus usuários e produtores.

Para os órgãos públicos federais, elas tornaram-se prescritivas, sua adoção não admite omissões, alterações ou adaptações sem autorização expressa da instituição arquivística pública dessa esfera de competência, isto é, o Arquivo Nacional.

Sua observância vem se ampliando gradativamente mesmo não contando com um programa de gestão de documentos amplamente concebido e desenhado pelo Arquivo Nacional, além da limitação imposta pela precariedade de recursos disponibilizados para sua efetiva aplicação.

Para as demais instâncias do cenário arquivístico brasileiro, as normas arquivísticas podem ser tomadas como modelos, exemplos e recomendações, podem sofrer as adaptações locais e regionais, observando os dispositivos jurídicos das diferentes esferas de Governo. Nesse âmbito registram-se assimilações na íntegra do texto normativo e, em outros casos, a existência de pressupostos metodológicos diferenciados levou a uma nova formatação dos instrumentos, contudo os pressupostos teóricos não foram essencialmente modificados.

A difusão dos pressupostos teórico-metodológicos, que viabilizam a sua plena e consistente adoção carece de um amplo programa de divulgação e de treinamento envolvendo os produtores das normas (CONARQ), os beneficiários (Arquivo Nacional e órgãos públicos federais) e os usuários (administradores, servidores públicos e cidadãos).

A orientação técnica para aplicação dos preceitos normativos exige que recursos humanos sejam mobilizados tanto pelo Arquivo Nacional como pelos órgãos do Poder Executivo Federal assim como, também, recursos financeiros precisam ser destinados. Pressupõe, ainda, que programas de gestão de documentos sejam concebidos e implantados envolvendo esses agentes, como co-responsáveis pela elaboração das políticas públicas arquivísticas do Governo Federal.

Se as ações de gestão de documentos desenvolvidas pelos órgãos públicos federais, com o assessoramento técnico do Arquivo Nacional, fossem analisadas a partir do modelo concebido pelo programa da UNESCO, no final da década de 1970, o nível de aplicação do desenvolvimento desses 'programas' encontrar-se-iam no nível mínimo e, em alguns casos, no mínimo ampliado.

Essa proposta de análise identifica o nível mínimo de um programa de gestão de arquivos com a implantação da atividade de avaliação dos conjuntos documentais acumulados nos serviços arquivísticos públicos, visando à liberação do espaço físico com a eliminação dos destituídos de valor e o recolhimento daqueles de valor permanente à instituição arquivística pública. O nível mínimo ampliado deve ser contemplado com a existência de centros de arquivamento intermediário mantidos pelas instituições arquivísticas públicas, para receber os documentos que, não sendo mais de uso corrente pelos órgãos produtores, precisam ser mantidos por motivos administrativos, legais e fiscais antes de serem eliminados ou recolhidos. Nenhum dos dois níveis encontra-se plenamente atingidos.

A maioria dos órgãos públicos federais que adota os preceitos normativos, essencialmente a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio, o faz para poder eliminar o grande volume acumulado de documentos de natureza administrativa.

As dificuldades apresentadas para aplicação dos instrumentos de classificação e avaliação devem-se, principalmente, ao fato de uma longa tradição no serviço público de organização dos documentos levando-se em consideração a tipologia e espécies documentais, dissociadas do conteúdo informacional que tratam, e privilegiando a ordenação numérico-cronológica.

Sua aplicação pressupõe o conhecimento das competências e finalidades dos órgãos, do significado que os conjuntos documentais possuem para comprovação da execução das atividades e da temporalidade que os registros testemunham as ações empreendidas.

A verificação da prescrição dos valores primários e a análise da existência do valor secundário em conjuntos documentais exigem a satisfação desses pré-requisitos sendo,

portanto, considerados insuficientes como forma de identificação, avaliação e acesso apenas o número de registro e a data.

Na elaboração de códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades finalísticas, é de fundamental importância o conhecimento da totalidade da produção documental, além de serem necessários a existência de mecanismos de controle do fluxo informacional. Saber quais documentos são produzidos, por que são produzidos, como e por quanto tempo são necessários e quem usa essa informação, entre outros questionamentos, carece de amplo e profundo levantamento por parte de seus produtores, exigindo não só o conhecimento da estrutura organizacional como dos regimentos, das funções e atribuições legais.

Constata-se que a superação de muitas dessas dificuldades está em andamento, uma vez que os órgãos têm demandado ao Arquivo Nacional, cada vez mais, por assistência técnica no âmbito da gestão de documentos. Contudo, o pequeno percentual, até então, atingido, 10, 5% dos órgãos do PEF, dentro do marco cronológico da pesquisa, demonstra que muito ainda está por ser empreendido.

O fato do percentual representar uma pequena parcela dos órgãos do PEF sugere, entretanto, que essa análise deve levar em conta a presença de outros fatores, como a dimensão quantitativa do universo de atuação do Arquivo Nacional, a falta de simetria na configuração da estrutura organizacional do PEF, a desigualdade de recursos financeiros alocados e a escassez de mão-de-obra especializada, além do pequeno reconhecimento que área de documento e informação mantém dentro da estrutura do Estado brasileiro.

Nesse sentido, a ausência de uma política federal de arquivos dificulta, além dos fatores acima citados, que um universo mais amplo do PEF seja contemplado. A verificação das prioridades a serem estabelecidas, das metas a serem atingidas e o planejamento das atividades a serem desenvolvidas serão necessariamente exigidos para que se ampliem, de forma substancial, as ocorrências de transformações nos serviços arquivísticos federais.

A presença do SIGA (Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, da administração pública federal) neste cenário pressupõe que uma política arquivística seja (ou esteja sendo) formulada e venha a ser implantada. A partir da concepção do SIGA, *ficam organizadas sob a forma de sistema, as atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal* (que representam os órgãos setoriais e seccionais), com o acompanhamento e orientação técnica do órgão central, o Arquivo Nacional.

A adoção de normas e padrões de gerenciamento da informação arquivística governamental requer serviços arquivísticos públicos melhor estruturados e equipados, dotados de recursos humanos capacitados para desenvolver e executar as atividades.

O processo decisório governamental não pode continuar ‘esbarrando’ na falta de controle na produção e no fluxo dos ciclos informacionais. A ausência de processamento técnico, o armazenamento inadequado e a carência de recursos tecnológicos precisam ser equacionados de forma que as dificuldades de acesso às informações públicas sejam sanadas.

A construção da história ou a ‘invenção da memória’ não podem ser aceitas como produtos dos conjuntos documentais que o tempo permitiu preservar, pois o acaso não vai existir no gerenciamento dos novos documentos arquivísticos e na superação dos novos problemas tecnológicos.

Espera-se que essa investigação tenha contemplado o exame das premissas propostas, contribuindo com a ampliação dos estudos de análise de políticas públicas arquivísticas. O tema está longe de ser esgotado, pelo contrário, ele precisa ser verticalizado, amplamente estudado e discutido tanto no ambiente acadêmico como pelas instituições arquivísticas públicas e por outros agentes do Estado que, certamente, fornecerão importantes subsídios para as ações de normalização e para a formulação e implantação de políticas públicas.

Melhor do que a criatura,
fez o criador a criação.
A criatura é limitada.
O tempo, o espaço,
normas e costumes,
erros e acertos.
A criação é ilimitada.
Excede o tempo e o meio,
projeta-se no Cosmos.

(Considerações de Aninha de *Cora Coralina*)

REFERÊNCIAS

AMORIM NETO, Octávio. O Poder Executivo, centro de gravidade do Sistema Político Brasileiro. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004, p. 123-132.

ANASTASIA, Fátima. Federação e relações intergovernamentais. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004, p. 185-203.

ARAÚJO, Wagner Frederico Gomes de; GOMES, Marco Paulo Soares. **Governança Eletrônica na América Latina: podemos esperar uma democracia eletrônica?** 2005. Disponível em: <<http://neic.iuperj.br/GovernancaEletronicaNaAmericaLatinaFinal.doc>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Cadastro Nacional de Arquivos Federais**. Brasília: Presidência da República, 1990. 463 p. (Documentos da Presidência da República. Vária, 5)

_____. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Série Publicações Técnicas, n. 51)

_____. **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. 49 p. (Série Publicações Técnicas, n. 47)

_____. Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo: relativos às atividades meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 156 p.

_____. _____. Resolução n. 1, de 18 de outubro de 1995. Dispõe sobre a necessidade da adoção de planos e/ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 out. 1995. Seção 1, n. 204, p. 16779.

_____. _____. Resolução n. 4, de 28 de março de 1996. Dispõe sobre o Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), aprova os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 29 mar. 1996. Suplemento ao n. 62, p.1-29.

_____. _____. Resolução n. 5, de 30 de setembro de 1996. Dispõe sobre a publicação de editais para a eliminação de documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, estados e municípios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 out. 1996. Seção 1, n. 198, p. 20558.

_____. _____. Resolução n. 7, de 20 de maio de 1997. Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Público. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 maio 1997. Seção 1, n. 97, p.10718-10719.

_____. _____. Resolução n. 8, de 20 de maio de 1997. Atualiza o Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio e a Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública, aprovados pela resolução n. 4 do Conselho Nacional de Arquivos, de 28 de março de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 maio 1997. Seção 1, n. 97, p.10719.

_____. _____. Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001. Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução n. 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 08 fev. 2002. Seção 1. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. _____. Resolução n. 21, de 4 de agosto de 2004. Dispõe sobre o uso da subclasse 080 - Pessoal Militar do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividades-meio e da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às atividades-meio da Administração Pública, aprovados pela Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001, do Conselho Nacional de Arquivos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 09 ago. 2004. Seção 1. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. _____. Resolução n. 22, de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 04 jul. 2005. Seção 1. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2005.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/>>. Acesso em 05 maio 2007.

AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004.

ATHERTON, Jay. The Origins of the Public Archives Records Centre, 1897-1956. **Archivaria**, Ottawa, n. 8, p. 35-59, summer 1979.

BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the Phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, Maryland, USA, v.27, n.4, p.197-204, jul./aug., 1976.

BEYEA, Marion. A favor de normas para a prática arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 31-38, jan./dez. 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história** ou O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991. 2 v.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. Dicionário crítico de Sociologia. São Paulo: Ática, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papius, 2005.

BRAGA, Gilda M. Informação, Ciência da Informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p.84-88, jan./abr. 1995.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto n. 1.173, de 29 de junho de 1994. Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 30 jun. 1994. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 set.2005.

_____. Decreto n. 2.182, de 20 de março de 1997. Estabelece normas para a transferência e o recolhimento de acervos arquivísticos federais para o Arquivo Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 mar. 1997. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. Decreto n. 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 04 jan. 2002. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. Decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 dez. 2003. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. Decreto n. 5.584, de 18 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional – CSN, Comissão Geral de Investigações – CGI e Serviço Nacional de Informações – SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 nov. 2005. Edição extra. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

_____. Decreto n. 6.129, de 20 de junho de 2007. Dispõe sobre a vinculação das entidades integrantes da administração pública federal indireta. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 jun. 2007. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

_____. Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13 abr. 1990. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

_____. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 09 de jan. de 1991. Seção 1, p. 457.

_____. Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 29 maio 2003. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

_____. Lei n. 11.497, de 28 de junho de 2007. Altera a Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 29 jun. 2007. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/>>. Acesso em 08 jun. 2007.

CARIDAD SEBASTIÁN, Mercedes; MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Eva M^a; RODRÍGUEZ MATEOS, David . La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada. El caso español. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformação>>. Acesso em 20 mar. 2005.

CARROLL, Lewis. **Alice**: edição comentada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARVALHO, José Murilo. Fundamentos da política e da sociedades brasileiras. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004, p. 21-32.

CASA CIVIL DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Portaria n. 42, de 8 de novembro de 2002. Dispõe sobre o Regimento Interno do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 nov. 2002. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2).

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.

COHN, Gabriel (org.). **Max Weber**. São Paulo: Ática, 1986.

COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL – CEPAD. A importância da informação e do documento na administração pública brasileira. Brasília, FUNCEP, 1987.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Dictionary of archival terminology**: English and French; with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish = Dictionnaire de terminologie archivistique. Ed. By Peter Walne. 2nd, revised edition. – München, New York; London; Paris: K. G. Saur, 1988. (ICA handbooks series; vol. 7)

_____. **Dictionary of archival terminology or DAT III**: Draft. English, German, French and Russian lists. Disponível em: <<http://www.staff.uni-marburg.de/~mennehar/datiiii/>> Acesso em 14 ago. 2007

_____. **Dictionary of archival terminology**. English and French, with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish. = Dictionnaire de terminologie archivistique. Comp. by Frank Evans, François J. Himly y Peter Walne. München, New York, Paris, Saur, 1984 (ICA handbooks, series v. 3)

COSTA, Valeriano. Federalismo. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004, p. 173-183.

COUTURE, Carol. Rôle et champ d'application de la législation archivistique. **Ciberlegenda**, Niterói, RJ, n.1, 1998. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/carol1.htm>> Acesso em 31 maio 2007.

CROTEAU, T. L. A Gestão de Documentos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-12, 1977.

CUBILLO, Julio. Políticas públicas de información en América Latina: ¿cuánto nos hemos renovado? DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, ago. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago03/Art_03.htm>. Acesso em 31 maio 2007.

DAGNINO, Renato. Metodologia de análise de políticas públicas. In: DAGNINO, Renato et al. **Gestão estratégica da inovação**: metodologias para análise e implementação. Taubaté, SP: Cabral Universitária, 2002. Disponível em: < <http://www.campus-oei.org/salactsi/rdagnino1.htm>>. Acesso em 28 out. 2006.

DOMINGUES, José Maurício. Anthony Giddens e a modernidade. In: GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: Edusp, 2001.

DUCHEIN, Michel. Prologo. In: LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. **Gestión de documentos**: definición y analisis de modelos. Bergara: IRARGI, Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1993.

FAULSTICH, Enilde. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. **Ciência e Cultura**, v.58, n.2, p. 27-31, abr./jun. 2006.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **A Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

_____. **Arquivologia e Ciência da Informação**: (re) construção de marcos interdisciplinares. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n.2, 1999. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformação>> Acesso em 31 jul. 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A Ordem do Discurso**. [S.l., s.d.] [Tradução de Edmundo Cordeiro e Antonio Bento do original L'Ordre du discours. Paris: Gallimard, 1971] Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/acesso>> Acesso em 19 set. 2006.

_____. A vida dos homens infames. In: _____. **O que é um autor?** S.l. Vega, Passagens, 2002.

_____. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, jan./dez. 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2006.

FRONER, Yacy Ara. Patrimônio histórico e modernidade: construção do conceito a partir da noção de revitalização de sítios, monumentos e centros urbanos. Disponível em: <[http://www.patrimoniocultural.org/Olinda2002/trabalhosSimposio/yac...1 de 12](http://www.patrimoniocultural.org/Olinda2002/trabalhosSimposio/yac...1_de_12)>. Acesso em 7 jan. 2008.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a violência:** segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: Edusp, 2001.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37p.: il.(Projeto como fazer; v.2)

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p.27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformação/>>. Acesso em 12 set. 2005.

_____. Prefácio. In: JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil:** usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999. 239 p.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro:** estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2004.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General.** Teoría y Práctica. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

HERNER, Saul. Brief History of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, Maryland, USA ,v.35, n.3, p .157-163, 1984.

INDOLFO, Ana Celeste; OLIVEIRA, Maria Izabel de; LOPES, Vera Lúcia Hess de Mello. A Divisão de Pré-Arquivo e a modernização dos serviços públicos na área da gestão de documentos. **Ala**, n. 6, p.10-11, abr./jun. 1988.

_____ ; CAMPOS, Ana Maria Varela Cascardo. **Proposta metodológica para avaliação de grandes volumes documentais acumulados**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1990. 19 p. dat.

_____ ; _____. Identificação de grandes volumes documentais acumulados: a experiência do Arquivo Nacional do Brasil. In: GRUPO IBEROAMERICANO DE TRATAMIENTO DE ARCHIVOS ADMINISTRATIVOS. **Archivos administrativos iberoamericanos**. Modelo y perspectivas de una tradición archivística/ GTAA. Santafe de Bogotá, D.C: Colombia. Archivo General de la Nación, 1996. p. 230-245.

INFORMAÇÃO. In: **DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://www.dicionariohouaiss.com.br/index2.asp>> CD-ROM.

INFORMAÇÃO. In: **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://www.aureliopositivo.com.br/aurelio>> CD-ROM.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 35-42, jul./dez. 1987.

_____. Do pré-arquivo à gestão de documentos. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 33-36, jul./dez. 1988.

_____. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciainformacao>>. Acesso em 02 set. 2006.

_____. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p.37-45.

_____. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.5-16, jul./dez.2006.

_____. **Sistemas e políticas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995. 196 p.

_____. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil:** usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999. 239 p.

_____; FONSECA, Maria Odila. **A Informação como campo interdisciplinar.** 1998. Disponível em: <<http://www.uff.br/neinfo/artigoinfo.html>> Acesso em 02 set. 2006.

_____; _____. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 29-45, 1992.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KECSKEMÉTI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 5-9, jul./dez. 1988.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação:** abordagem para estudantes de Biblioteconomia. Rio de Janeiro, Interciência, 1977.

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação.** Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2004. v. 1 (Memória-História.), p. 11-50.

LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. **Gestión de documentos:** definición y analisis de modelos. Bergara: IRARGI, Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1993.

MACHADO, Sulamita Crespo Carrilho. O normativismo jurídico de Hans Kelsen: a norma jurídica como objeto da Ciência do Direito. **Revista eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva.** 4ª edição. Disponível em: <<http://direito.newtonpaiva.br/revistadireito/docs/prof>> Acesso em 28 abr.07.

MATHEUS, Renato Fabiano. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para Ciência da Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 140-165, jul./dez. 2005.

MELLO, José Enrique Ampudia. Gestão de documentos para a administração pública: a experiência de modernização arquivística no governo federal mexicano. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 11-31, jul./dez. 1988.

MONTVILOFF, Victor. **Políticas nacionales de información** - Manual para la formulación, aprobación, ejecución y funcionamiento de una política nacional de información. Paris: UNESCO, 1990. 169 p. (Programa General de Información y UNISIST) Disponível em: <<http://infolac.ucoi.mx/documentos/politicas/28.pdf>> Acesso em 24 maio 2007.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas, RS: EDUCAT, 2004.

MUNDANEUM: Centre d'archives de la Communauté française. Disponível em: <<http://www.mundaneum.be>>. Acesso em 10 jul. 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. [S.l., s.d.] [Tradução de Kenzo Paganelli do original Lês Lieux de Mémoire. La République. Paris, Gallimard, 1984, v. 1, p.XVII-XLII]

OLIVEIRA, Eliane Braga de. **A contratação de terceiros nos serviços arquivísticos da administração pública federal em Brasília**. 1997. 109 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação). Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, 1997.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. (org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, UNESP, 2001.

ORGANISATION de Coopération Intellectuelle. Disponível em:< <http://portal.unesco.org/>>. Acesso em 20 nov. 2007.

OTLET, Paul. **Documentos e Documentação**. Disponível em: <www.conexaorio/bitl/otlet/index.htm> Acesso em 22 jun. 2006.

PAUL OTLET: Pioneer of Information Management. Disponível em: <<http://www.sims.berkeley.edu/~buckland/otlet.html>>. Acesso em 10 jul. 2006.

PEARCE-MOSES, Richard. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/index.asp>> Acesso em 21 jun.2007.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Bibliotecas virtuais: realidade, possibilidade ou alvo de sonho. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1. 1995. <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao.>> Acesso em 21 abr. 2006.

_____. Prefácio. In: CORREIA, Ana Lúcia Merege et al. **O sonho de Otlet: aventura em tecnologia da informação e comunicação**. Rio de Janeiro, Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo disciplinar**. 1997. Tese (Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

_____. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: EUFPB, 2002.

_____. Informação: esse obscuro objeto da Ciência da Informação. **Morpheus: Revista de Ciências Humanas**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2004.

_____. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, PB, v. 15, n.1, 2005.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **A Democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos**. Santana do Parnaíba, SP: LM&M, 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/publicacoes/>> Acesso em 16 jun.2007.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política/CEDEC**, São Paulo, n. 63, p. 179-201, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista>> Acesso em 02 set. 2006.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Leituras: Revista da Biblioteca Nacional**. Lisboa, n. 2, p. 19-33, primavera, 1998. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/classificacao.pdf>> Acesso em 12 ago.2007.

PRATES, Antonio Augusto Pereira. Administração pública e burocracia. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004, p. 109-121.

RAYWARD, W.Boyd. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation. **Journal of the American Society for Information Science**, Maryland, USA, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997.

RHOADS, James B. La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información: un estudio del RAMP. Paris: UNESCO, 1983. 51 p.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada: aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003. 262 p.

RODRIGUES, José Honório. **A Situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

RODRIGUES, Sérgio Murilo. A relação entre o corpo e o poder em Michel Foucault. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 109-124, jun. 2003.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia: 56)

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 17, 1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista>> Acesso em 02 set. 2006.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Questão de método. In: **Desregulagens: educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SARACEVIC, Tefko. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, Maryland, USA, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1974. 345 p.

_____. **Manual de Arquivos**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. History and Foundations of Information Science. **Annual Review of Informations Science and Technology**. Maryland, USA, v. 12, p. 249-275, 1977.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Jaime Antunes da. O Arquivo Nacional e a implementação da política arquivística no Brasil. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 121-131, 1994.

_____. Por uma Política Nacional de Arquivos. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. **Cadernos de Textos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Conselho Nacional de Arquivos, 1999.

_____. **A Política Nacional de Arquivos: a ação do CONARQ e do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Conselho Nacional de Arquivos, 1997.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivos administrativos e massas documentais acumuladas: busca de novas soluções para velhos problemas**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação). Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, 1995.

_____. **As bases do processo classificatório na Arquivística: um debate metodológico**. São Paulo: Arq-SP, 2002. (Scripta 2)

_____. **Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito**. 2004. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

_____. Classificação de Documentos Arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: <www.arquivistica.net> Acesso em 24 maio 2007.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 105-121, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-447820050001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jan. 2008.

SOUZA, Eleíse Rocha de. Normativismo jurídico: a importância de Kelsen nos dias atuais. **Jornal Eletrônico da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Vianna Jr.**, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.viannajr.edu.br/jornal/dir/anterior/ed001>> Acesso em 28 abr. 2007.

STANDARDS Australia International. **AS ISO 15489:2002**: Records Management. Sydney, 2001.

SUTTER, Eric. Norme. In: **DICTIONNAIRE de l'information**. Paris: Armand Colin, 2004.

_____. Norme. In: **DICTIONNAIRE encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris: Nathan, 1997.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, jan/jun 2006, p.5-16.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006. 69 p.

UNESCO. General Information Programme. **Expert consultation on the development of a Records and Archives Management Programme**, 14-16 may 1979. Paris, Final Report (PGI-79/WS/II). Paris, Unesco, 1979. 36 p.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. v. 2.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, jan./jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820060001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 out. 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Estrutura do Governo Federal (Rede Governo).....	179
APÊNDICE B – Total de órgãos integrantes e subordinados e entidades vinculadas à Presidência da República e aos Ministérios.....	181
APÊNDICES C e D – Estrutura organizacional do Poder Executivo Federal (Base SIORG).....	188
APÊNDICE E – Relação nominal dos órgãos e entidades que receberam orientação técnica, no âmbito da gestão de documentos, de acordo com os Relatórios Anuais de Atividade do Arquivo Nacional no período de 1996 a 2006.....	193
APÊNDICE F - Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que receberam orientação técnica do Arquivo Nacional na área de gestão de documentos no período de 1996 a 2006.....	221
APÊNDICE G - Órgãos de outros Poderes e esferas de Governo e entidades privadas que receberam assistência técnica do Arquivo Nacional no âmbito da gestão de documentos de 1996 a 2006.....	227
APÊNDICE H - Publicação de Editais de Ciência de Eliminação e Documentos no D.O.U. pelos órgãos e entidades do PEF.....	232

APÊNDICE A

Estrutura do Governo Federal (Rede Governo)

Estrutura do Governo Federal

Classificação dos órgãos	Número de órgãos
Administração direta	65
Assessoria direta ao Presidente da República	19
Essenciais e integrantes	15 órgãos
Assessoramento imediato	2 órgãos
Consulta	2 órgãos
Espaços organizados e institucionalizados	23 Conselhos
Execução e diretrizes	23 Ministérios
Administração indireta	248
Serviços essenciais	12 Agências
Sistema financeiro	11 instituições bancárias
Agentes setoriais	15 empresas públicas
Produção industrial	6 empresas públicas e sociedades de economia mista
Serviços essenciais	17 companhias
Ensino	156 instituições
Administração pública	2 escolas
Educação Tecnológica	33 CEFET's
Escolas Federais	32 escolas agrotécnicas e de ensino médio
Escolas militares	36 Colégios, Academias e Escolas Preparatórias
Faculdades	5 Cursos de ensino superior
Universidades públicas	48
Fundações	16
Institutos	15
Outros	22
Comissões	7
Departamentos	8
Fundos	2
Hospitais	2
Secretarias	1
Superintendências	2
Total geral	335 órgãos

Fonte: Rede Governo. Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/governo_federal/estrutura/> acesso em 03 nov. 2007.

APÊNDICE B

**Total de órgãos integrantes, subordinados e entidades vinculadas
à Presidência da República e aos Ministérios**

Presidência da República	Nº de órgãos de assessoria imediata, específicos e singulares da estrutura básica	Número de órgãos colegiados	Unidades descentralizadas e com representações nas UF's	Órgãos da Administração Indireta				Unidades descentralizadas e com representações nas UF's da Administração Indireta
				AUT	FUND	EP	SEM	
Casa Civil	9	2	-	1	-	-	-	-
Secretaria-Geral	7	1	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Relações Institucionais	6	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Comunicação Social	5	-	-	-	-	1	-	-
Gabinete Pessoal	5	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete de Segurança Institucional	7	1	-	-	-	-	-	-
Núcleo de Assuntos Estratégicos	3	-	-	-	1	-	-	-
Controladoria-Geral da União	7	1	27	-	-	-	-	-
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	6	1	-	-	-	-	-	-
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	12	1	27	-	-	-	-	-

Presidência da República	Nº de órgãos de assessoria imediata, específicos e singulares da estrutura básica	Número de órgãos colegiados	Unidades descentralizadas e com representações nas UF's	Órgãos da Administração Indireta					Unidades descentralizadas e com representações nas UF's da Administração Indireta
				AUT	FUND	EP	SEM		
Secretaria Especial de Direitos Humanos	6	6	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	6	1	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria Especial de Portos	4	-	1(UP)	-	-	-	7	-	-
Advocacia Geral da União	5	-	27	-	-	-	-	-	-
Conselho de Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho de Desenvolvimento Econômico e social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Nacional de Política Energética	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho da República	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho de Defesa Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ministérios	Nº de órgãos de assessoria imediata, específicos e singulares da estrutura básica	Número de órgãos colegiados	Unidades descentralizadas e com representações nas UF's	Órgãos da Administração Indireta				Unidades descentralizadas e com representações nas UF's da Administração Indireta
				AUT	FUND	EP	SEM	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10	2	39	-	-	2	3	51
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	8	4	-	-	-	-	-	-
Ministério das Cidades	7	2	-	-	-	2	-	-
Ministério da Ciência e Tecnologia	8	4	15	2	1	1	-	-
Ministério das Comunicações	5	-	11	1	-	1	1	-
Ministério da Cultura	9	2	6	2	4	-	-	85
Ministério da Defesa	12	2	179	1	-	1	-	-
Ministério do Desenvolvimento Agrário	6	1	27	1	-	-	-	100
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	9	2	-	4	-	1	-	-

Ministérios	Nº de órgãos de assessoria imediata, específicos e singulares da estrutura básica	Número de órgãos colegiados	Unidades descentralizadas e com representações nas UF's	Órgãos da Administração Indireta				Unidades descentralizadas e com representações nas UF's da Administração Indireta
				AUT	FUND	EP	SEM	
Ministério da Educação	11	1	2	114	24	1	-	-
Ministério do Esporte	6	1	-	-	-	-	-	-
Ministério da Fazenda	9	13	153	3	-	4	7	3
Ministério da Integração Nacional	8	6	-	3	-	1	-	-
Ministério da Justiça	13	4	85	1	1	-	-	1
Ministério do Meio Ambiente	10	7	-	4	-	1	-	40
Ministério de Minas e Energia	7	-	-	3	-	2	17	25
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	11	4	27	-	2	-	-	31
Ministério da Previdência Social	5	3	-	1	-	1	-	105 *
Ministério das Relações Exteriores	7	1	8 **	-	1	-	-	-
Ministério da Saúde	8	2	36	2	2	1	3	-

Ministérios	Nº de órgãos de assessoria imediata, específicos e singulares da estrutura básica	Número de órgãos colegiados	Unidades descentralizadas e com representações nas UF's	Órgãos da Administração Indireta				Unidades descentralizadas e com representações nas UF's da Administração Indireta
				AUT	FUND	EP	SEM	
Ministério do Trabalho e Emprego	8	5	27	-	1	-	-	-
Ministério dos Transportes	6	1	-	3	-	3	1	23
Ministério do Turismo	5	1	-	1	-	-	-	-

Observações:

* foram contabilizadas somente as Gerências Regionais e Executivas, não foram contabilizadas as Agências da Previdência Social; o mesmo procedimento foi usado em outros Ministérios cujas unidades regionais possuem unidades descentralizadas, tanto da administração direta como da indireta, caso da Fazenda, Justiça, Meio Ambiente;

** foram contabilizadas as representações diplomáticas no exterior.

Total de órgãos integrantes e subordinados e entidades vinculadas à Presidência da República

14 Órgãos Equivalentes e 7 Conselhos	88 órgãos específicos e singulares	15 órgãos colegiados	82 UD da AD	1 AUT	1 FUND	1 EP	8 SEM	-
--------------------------------------	------------------------------------	----------------------	-------------	-------	--------	------	-------	---

Total de órgãos integrantes e subordinados e entidades vinculadas aos Ministérios

23 ministérios	188 órgãos específicos e singulares	68 órgãos colegiados	615 UD da AD	146 AUT	36 FUND	22 EP	32 SEM	464 UD da AI
----------------	-------------------------------------	----------------------	--------------	---------	---------	-------	--------	--------------

TOTAL GERAL

14 Órgãos Equivalentes e 23 Ministérios	276 órgãos específicos e singulares	90 órgãos colegiados	697 unidades descentralizadas da administração direta	147 Autarquias	37 Fundações	23 Empresas Públicas	40 Sociedades de Economia Mista	464 unidades descentralizadas da administração indireta
---	-------------------------------------	----------------------	---	----------------	--------------	----------------------	---------------------------------	---

APÊNDICES C e D

Estrutura organizacional do Poder Executivo Federal (Base SIORG)

Estrutura organizacional do Poder Executivo Federal

Natureza jurídica e caracterização legal	Número de órgãos
Órgãos da administração direta que compõem a Presidência da República (1º nível da estrutura hierárquica)	50
Órgãos da estrutura básica	27
Órgãos colegiados	11
Órgãos de assessoramento imediato ao PR	3
Órgãos de assistência direta e imediata ao PR	4
Órgãos essenciais da PR	5
Órgãos da administração direta subordinados aos órgãos que compõem a Presidência da República	466
Assistência direta e imediata	121
Específicos e singulares	136
Órgãos colegiados	163
Órgãos setoriais	3
Essenciais da PR	7
Assessoramento imediato ao PR	3
Vice-Presidência da República	7
Unidades de Pesquisa e Unidades Hospitalares	23
Outras situações	3
Órgãos descentralizados de órgãos da AD	366
Órgãos da administração indireta	247
Autarquias	146
Fundações	36
Empresas Públicas	18
Sociedades de Economia Mista	47
Órgãos descentralizados de órgãos da AI	421
Total de órgãos da AD e AI	763
Total de órgãos descentralizados da AD e AI	787
TOTAL	1.550

Fonte: Base SIORG. Disponível em: <<http://www.siorg.redegoverno.gov.br/index.htm>> acesso em 05 nov. 2007.

Presidência da República Órgãos relacionados no 1º nível da hierarquia da Base SIORG	Administração direta												Administração indireta				
	ADI	ES	OC	OS	E PR	AI PR	V PR	UP ou UH	OD	Out Sit.	A	F	EP	S EM	OD		
Advocacia-Geral da União	6	3	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Assessoria Especial do Presidente da República	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Casa Civil da Presidência da República	6	1	10	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-		
Comissão de Ética Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Conselho da República	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Conselho de Defesa Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Conselho de Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Conselho Nacional de Biossegurança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Conselho Nacional de Desestatização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Conselho Nacional de Política Energética	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Controladoria-Geral da União	4	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Gabinete de Segurança Institucional	2	4	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Gabinete Pessoal do Presidente da República	-	-	1	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4	7	6	-	-	-	-	49	-	-	-	-	2	3	62		
Ministério da Ciência e Tecnologia	4	4	6	-	-	-	13	2	-	1	-	-	1	-	-		
Ministério da Cultura	3	6	2	-	-	-	-	7	-	2	4	-	-	-	33		
Ministério da Defesa	4	5	16	1	-	1	-	-	-	3*	1	-	-	-	8		
Ministério da Educação	4	8	2	-	-	-	-	2	-	115	25	1	-	-	-		

	ADI	ES	OC	OS	E PR	AI PR	V PR	UP UH	OD	Out Sit.	A	F	EP	S EM	OD
Ministério da Fazenda	2	7	16	-	-	-	-	-	99	-	3	-	4	6	11
Ministério da Integração Nacional	3	5	7	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	-	9
Ministério da Justiça	3	9	8	-	-	-	-	-	29	-	-	1	-	-	-
Ministério da Previdência Social	3	2	5	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	125
Ministério da Saúde	4	5	4	-	-	-	-	9	26	-	2	2	1	3	-
Ministério das Cidades	3	4	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8
Ministério das Comunicações	3	2	1	-	-	-	-	-	11	-	1	-	1	1	-
Ministério das Relações Exteriores **	5	1	11	1	-	-	-	-	8	170	-	-	-	-	-
Ministério de Minas e Energia	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	22	25
Ministério do Desenvolvimento Agrário	3	3	6	-	-	-	-	-	27	-	1	-	-	-	30
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	3	5	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	5	4	3	-	-	-	-	-	-	-	4	-	1	-	-
Ministério do Esporte	3	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ministério do Meio Ambiente ***	4	6	7	-	-	-	-	-	27	-	4	-	1	-	59
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	4	7	5	-	-	-	-	-	27	-	-	2	-	-	28
Ministério do Trabalho e Emprego	4	4	6	-	-	-	-	-	27	-	-	1	-	-	-
Ministério do Turismo	3	2	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Ministério dos Transportes ****	3	3	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	3[2]	23
Núcleo de Assuntos Estratégicos	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Secretaria de Comunicação Social	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Secretaria de Relações Institucionais	6	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	1	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	1	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria Especial de Portos ****	2	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	8	-
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	3	3	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria-Geral da Presidência da República	3	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vice-Presidência da República	2	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-

Observações:

* representam os 3 Comandos integrantes do Ministério da Defesa: Aeronáutica, Exército e Marinha; suas OM's (Organizações/Órgãos Militares) não foram contabilizados;

** os 170 órgãos descentralizados representam as repartições no exterior que não foram contabilizadas.

*** as Unidades de Conservação que foram transferidas do IBAMA para o ICMBio aparecem repetidas ou não constam dados precisos e atualizados de sua localização/subordinação;

**** a Companhia Docas do Maranhão aparece tanto na estrutura do Ministério dos Transportes como da Secretaria Especial de Portos.

APÊNDICE E

Relação nominal dos órgãos e entidades que receberam orientação técnica, no âmbito da gestão de documentos, de acordo com os Relatórios Anuais de Atividades do Arquivo Nacional no período de 1996 a 2006

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
1996	<ol style="list-style-type: none"> 1. Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRÁS em processo de liquidação 2. Delegacia Federal de Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro – DFAARA/RJ 3. Escritório de Representação do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro – MS/ERERJ 4. Fundação Nacional de Arte – FUNARTE 5. Fundação Roquete Pinto 6. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado 7. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (acervo do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool – ex-IAA) 8. Ministério da Justiça 9. Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA em processo de liquidação 10. Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal – DPF/SRDF 11. Universidade Federal de Goiás – UFG 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Departamento de Trânsito no Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ 2. Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
1997	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agência Espacial Brasileira – AEB 2. Biblioteca Nacional - BN 3. Centrais Elétricas do Sul S.A - ELETROSUL 4. Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRÁS em processo de liquidação 5. Conselho Federal de Medicina - CFM 6. Delegacia de Administração do Ministério dos Transportes no Estado do Rio de Janeiro 7. Delegacia de Polícia Federal de Londrina – SRPF/PR 8. Delegacia Federal de Agricultura em Goiás 9. Departamento de Marinha Mercante [da Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes] – DMM 10. Departamento de Polícia Federal - DPF 11. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – 5° Distrito – Bahia 12. Departamento Nacional de Produção Mineral em Goiás – DNPM-GO 13. Escola Técnica Federal do Ceará - ETFCE 14. Estado Maior das Forças Armadas - EMFA 15. Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP 16. Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ 17. Imprensa Nacional - IN 18. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN 19. Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI 20. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assembléia Legislativa do Tocantins 2. Associação Brasileira de Encadernação e Restauro 3. Companhia Siderúrgica Nacional – CSN 4. Departamento de Trânsito no Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ 5. Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária 6. Federação Brasileira de Hospitais 7. Firma CRASE-SIGM 8. Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima 9. Fundação Pró-Memória de Indaiatuba 10. Governo do Distrito Federal 11. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP 12. Secretaria de Administração do Estado do Rio de Janeiro 13. Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco 14. Secretaria de Saúde do Estado do Ceará 15. Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro 16. Senado Federal 17. Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA

<p>1997 (cont.)</p>	<p>21. Instituto Philippe Pinel 22. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (acervo do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool – ex-IAA) 23. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo – MICT 24. Ministério da Justiça 25. Ministério da Previdência e Assistência Social 26. Ministério do Exército 27. Ministério do Planejamento e Orçamento 28. Ministério dos Transportes 29. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST 30. Museu do Índio 31. Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal – DPF/SRDF 32. Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR</p>	<p>18. Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TER-PB 19. Tribunal Regional Eleitoral do DF – TRE-DF</p>
--------------------------------	---	--

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
1998	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arquivo Nacional - AN 2. Centro de Medicina Aero-Espacial - CEMAL 3. Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRÁS em processo de liquidação 4. Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do rio de Janeiro – DAMF/RJ 5. Delegacia do Ministério da Educação no Estado do Rio de Janeiro – DMEC/RJ 6. Escola Técnica Federal de São Paulo - ETFSP 7. Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ 8. Fundação Roquette Pinto 9. Hospital Geral do Andaraí (MS) 10. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Arquivo Geral) 11. Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI 12. Instituto Nacional do Câncer - INCa 13. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST 14. Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal – DPF/SRDF 15. Telecomunicações do Paraná S.A.- TELEPAR 16. Universidade Federal da Paraíba – UFPB 17. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (Museu Universitário) 18. Universidade Federal Fluminense - UFF 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arquivo Municipal de Três Corações 2. Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul 3. Conselho de Justiça Federal (Centro de Estudos Judiciários) 4. Corregedoria Geral de Justiça do Estado do rio de Janeiro (Divisão de Arquivo) 5. Departamento de Trânsito no Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ (Diretoria de Identificação) 6. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo - IANTT - Portugal 7. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios 8. Ponte S.A. 9. PRODASEN 10. Senado Federal 11. SLL Consultoria 12. Supremo Tribunal Federal

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
<p>1999 (CGD)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agência Nacional do Petróleo – ANP 2. Casa Civil da Presidência da República 3. Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETRORBRAS 4. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR 5. Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN 6. Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS em processo de liquidação 7. Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro – DAMF/RJ 8. Distrito Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (1º) – 1º DRPRF 9. Escola Técnica Federal de Mato Grosso – ETFMT 10. Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB 11. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 12. Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ 13. Fundação Roquette Pinto 14. Hospital da Lagoa (MS) 15. Instituto Phillipe Pinel 16. Ministério do Desenvolvimento da Indústria, do Comercio Exterior (acervo do Departamento do Alcool e do Açúcar) 17. Ministério do Trabalho e Emprego 18. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST 19. Rede Ferroviária Federal S.A- RFFSA 20. Superintendência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina (8ª) – DPRF/8ª S 21. Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Câmara Municipal de São Paulo 2. Procuradoria Regional da República em São Paulo – PRR3/SP 3. Serviço Nacional do Comércio – SENAC

<p>1999 (CGD)</p>	<p>22. Universidade Federal da Paraíba - UFPB 23. Universidade Federal Fluminense - UFF 24. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ</p>	
-------------------------------------	--	--

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
<p>1999 (CRDF)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Banco Central do Brasil - BACEN 2. Casa Militar da Presidência da República 3. Colégio Militar 4. Comando do Exército 5. Companhia de Colonização do Nordeste – COLONE (extinta) 6. Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM 7. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER 8. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA 9. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOP 10. Fundação Nacional de Educação – FNDE 11. Fundação Nacional do Índio – FUNAI 12. Fundo Nacional do Meio Ambiente 13. Imprensa Nacional - IN 14. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT 15. Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS 16. Ministério da Agricultura 17. Ministério da Defesa 18. Ministério da Educação 19. Ministério da Fazenda 20. Ministério da Justiça 21. Ministério da Previdência e Assistência Social 22. Ministério da Saúde 23. Presidência da República 24. Secretaria de Estado e Administração e Patrimônio/Departamento de Liquidações - SEAP / DELIQ 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Associação das Pioneiras Sociais 2. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios 3. Supremo Tribunal Federal 4. Tribunal Superior de Justiça

<p>1999 (CRDF)</p>	<p>25. Superintendência do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal – DPF/SRDF 26. Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS</p>	
--------------------------------------	---	--

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
<p>2000 (CGD)</p>	<p>a) orientação técnica em GD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Agência Nacional do Petróleo - ANP 2. Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRAS (extinta) 3. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq 4. Delegacia Federal de Controle - DFC 5. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 6. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN 7. Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS 8. Ministério da Justiça (Divisão de Comunicação e Informação) 9. Ministério da Previdência e Assistência Social (acervo da extinta LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência) 10. Ministério da Saúde - Hospital da Lagoa 11. Ministério do Trabalho e Emprego (em conjunto com a CRDF) 12. Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. - AGEF (em liquidação) 13. Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (em liquidação) 14. Universidade Federal de Lavras <p>b) acompanhamento de CPAD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN 2. Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - CREMERJ 3. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro - CBERJ 2. Eletropaulo Metropolitana Eletricidade S.A. 3. FLUMITRENS 4. Núcleo Básico de Consultoria e Informática 5. Secretaria Municipal de Petrópolis 6. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (campus de São Gonçalo) 7. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (Campus Maracanã) 8. Universidade do Uruguai

<p>2000 (CGD)</p>	<p>4. Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB 5. Imprensa Nacional - IN (em conjunto com a CRDF) 6. Universidade Federal da Paraíba – UFPB 7. Universidade Federal Fluminense – UFF (Departamento de Contabilidade e Finanças)</p>	
-------------------------------------	---	--

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
<p>2000 (CRDF)</p>	<p>a) orientação técnica em GD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Delegacia [de Administração] do Ministério da Fazenda [em Mato Grosso] 2. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA 3. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT 4. Imprensa Nacional - IN 5. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT 6. Ministério da Ciência e Tecnologia 7. Ministério da Educação 8. Ministério da Saúde 9. Ministério do Trabalho e Emprego (em conjunto com a CGD) 10. Presidência da República 11. Secretaria da Receita Federal 12. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 13. Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRÁS <p>b) acompanhamento de CPAD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Banco Central do Brasil - BACEN 2. Comando do Exército 3. Imprensa Nacional – IN (em conjunto com a CGD) 4. Ministério da Fazenda 5. Ministério da Justiça 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Associação das Pioneiras Sociais

<p>2000 (CRDF)</p>	<p>6. Ministério da Previdência e Assistência Social 7. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 8. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 9. Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal – SRDF/DPF</p>	
--------------------------------------	--	--

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
2001	<ol style="list-style-type: none"> 1. Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU 2. Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS (extinta) 3. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq 4. Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Santa Maria – RS 5. Departamento do Café em Londrina [da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento] 6. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER 7. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT 8. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN 9. Ministério da Cultura 10. Ministério da Justiça 11. Ministério das Comunicações 12. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 13. Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. – AGEF (extinta) 14. Rede Ferroviária Federal S.A – RFFSA(em liquidação) 15. Universidade Federal da Paraíba – UFPB 16. Universidade Federal de São João del Rei 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arquivo Público do Estado do Mato Grosso - APMT

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
2002	<p>a) assistência técnica em GD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Biblioteca Nacional - BN (Divisão de Iconografia) 2. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil 3. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 4. Fundação Nacional de Arte - FUNARTE (Coordenação de Documentação e Informação) 5. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ 6. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST 7. Museu do Índio 8. Museu Nacional 9. Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio de Janeiro – DPF/SRRJ 10. Universidade Federal Fluminense – UFF <p>b) acompanhamento CPAD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Arquivo Nacional 2. Departamento de Marinha Mercante – DMM 3. Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB 4. Ministério da Cultura 5. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior <p>c) GT subclasse 080:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comando da Aeronáutica 2. Comando da Marinha 3. Comando do Exército 4. Ministério da Defesa 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul 2. Faculdade de Macapá 3. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul 4. Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba 5. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo – TRE-ES 6. Universidade Estadual Vale do Acaraú – Sobral (CE)

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
2003	<p>a)assistência técnica em GD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Agência Brasileira de Inteligência - ABIN 2. Agência Nacional de Águas - ANA 3. Agência Nacional de Cinema - ANCINE 4. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL 5. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA 6. Banco Central do Brasil - BACEN 7. Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU 8. Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia - CREMEB 9. Departamento de Marinha Mercante - DMM 10. Departamento de Polícia Federal - DPF 11. EMBRAFILME - Distribuidora de Filmes S.A. (extinta) 12. Escola de Administração Fazendária - ESAF 13. Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP 14. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 15. Fundação Roquette Pinto (extinta) 16. Gerência Regional do Patrimônio da União no Rio de Janeiro - GRPU-RJ 17. Hospital dos Servidores do Estado 18. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT 19. Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI 20. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO 21. Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arquivo Público de Alagoas 2. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro 3. Associação das Pioneiras Sociais 4. Ministério Público Estadual Paraibano 5. Movimento dos Sem Terra - MST 6. Museu Histórico de Pará de Minas 7. Ofício de Notas do Rio de Janeiro (2º) 8. Pontifícia Universidade Católica de Campinas 9. Secretaria de Administração de Poços de Caldas – MG 10. Tribunal Regional do Trabalho – 22ª Região

2003
(cont.)

22. Instituto UFV de Seguridade Social - AGROS
23. Ministério da Fazenda
24. Ministério da Previdência e Assistência Social
25. Ministério das Comunicações
26. Ministério das Minas e Energia
27. Ministério das Relações Exteriores
28. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
29. Ministério dos Transportes
30. Museu do Índio
31. Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA(em liquidação)
32. Secretaria da Receita Federal
33. Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS (extinta)
34. Universidade Federal de Goiás - UFG

b) acompanhamento CPAD:

1. Academia Nacional de Polícia - ANP/DPF
2. Arquivo Nacional - AN
3. Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
4. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
5. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT
6. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
7. Ministério da Justiça
8. Ministério da Saúde
9. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
10. Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. – AGEF (extinta)
11. Universidade Federal de São João Del Rei
12. Universidade Federal Fluminense - UFF

<p>2003 (cont.)</p>	<p>c) GT subclasse 080:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comando da Aeronáutica 2. Comando da Marinha 3. Comando do Exército 4. Ministério da Defesa 	
--------------------------------	--	--

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
2004	<p>a)assistência técnica em GD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Agência Brasileira de Inteligência – ABIN 2. Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS 3. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA 4. Agência Nacional do Petróleo - ANP 5. Arquivo Histórico do Exército 6. Centro de Referência de Arquivos Privados Presidenciais 7. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro - CREA-RJ 8. Controladoria Geral da União - CGU 9. Departamento de Polícia Federal - DPF 10. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA 11. Escola de Enfermagem Anna Nery – EEAN 12. Fundação Nacional da Saúde - FUNASA 13. Gerência Regional do Patrimônio da União no Rio de Janeiro GRPU-RJ 14. Instituto Benjamin Constant - IBC 15. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA 16. Ministério da Ciência e Tecnologia 17. Ministério das Comunicações 18. Ministério das Minas e Energia 19. Programa Grande Carajás (sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional) 20. Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (em liquidação) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agência de Fomento do Estado da Bahia - Desenhavia 2. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ 3. Arquivo Público do Acre 4. Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC 5. Associação das Pioneiras Sociais 6. Casa Affonso Arinos 7. Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade 8. Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho (UERJ) 9. Centro Histórico e Cultural do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro 10. Instituto Fayga Ostrower 11. Movimento dos Sem Terras - MST 12. Museu Café Filho, Natal (RN) 13. Museu Casa de Costa e Silva, Taquari (RS) 14. Ofício de Notas da Capital do Estado do Rio de Janeiro (2º) 15. Ofício de Notas da Capital do Rio de Janeiro (1º) 16. Tribunal Regional do Trabalho - TRT

<p>2004 (cont.)</p>	<p>21. Secretaria de Previdência Complementar 22. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial 23. Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA 24. Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS (em situação de descontinuidade) 25. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO 26. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ</p> <p>b) acompanhamento CPAD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Academia Nacional de Polícia - ANP 2. Advocacia Geral da União - AGU 3. Agência Nacional de Cinema - ANCINE (acervo documental da EMBRAFILME - Distribuidora de Filmes S.A. e Conselho Nacional de Cinema - CONCINE, órgãos extintos) 4. Agência Nacional de Águas - ANA 5. Banco Central do Brasil - BACEN 6. Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia - CREMEB 7. Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - CREMERJ 8. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT (em liquidação é responsável pelo tratamento e pela destinação do acervo da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU) 9. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ 10. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Ceará - GRA/MF/CE 11. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro - GRA/MF/RJ 12. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT 13. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA 14. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS 	<p>17. Tribunal Superior do Trabalho - TST 18. Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ</p>
--------------------------------	---	--

<p>2004 (cont.)</p>	<p>15. Instituto UFV de Seguridade Social - AGROS 16. Ministério da Fazenda 17. Ministério da Integração Nacional 18. Ministério da Justiça 19. Ministério da Previdência Social 20. Ministério da Saúde 21. Ministério das Relações Exteriores 22. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 23. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 24. Universidade Federal de Goiás - UFG 25. Universidade Federal de São João del Rei 26. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS</p>	
--------------------------------	---	--

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
2005	<p>a)assistência técnica em GD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Agência Brasileira de Inteligência - ABIN 2. Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS 3. Centrais de Abastecimento do Amazonas S/A - CEASA/AM (em liquidação) 4. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil 5. Centro de Microfilmagem e Digitalização do Ministério da Saúde - CMD-MS 6. Conselho de Recursos do Ministério da Previdência Social 7. Controladoria Geral da União - CGU 8. Departamento de Polícia Federal - DPF 9. Diretoria de Serviços Cartográficos (do Comando do Exército) 10. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA 11. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU (da UFRJ) 12. Gerência Regional do Patrimônio da União no Rio de Janeiro - GRPU-RJ 13. Hospital dos Servidores do Estado 14. Instituto Benjamin Constant - IBC 15. Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO 16. Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI 17. Jardim Botânico do Rio de Janeiro 18. Ministério da Ciência e Tecnologia 19. Ministério das Comunicações 20. Ministério das Minas e Energia 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arquivo Estadual de Tocantins 2. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo 3. Arquivo Público Municipal de Manaus 4. Associação Baiana de Beneficência 5. Associação das Pioneiras Sociais (Unidade de São Luiz e Unidade Fortaleza, e o tratamento técnico e a destinação do acervo documental da Fundação Pioneiras Sociais) 6. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro 7. Fundação Memória de Santos 8. Ministério Público Federal 9. Ofício de Notas da Capital do Estado do Rio de Janeiro (1º) 10. Tempo Glauber 11. Tribunal Superior do Trabalho - TST 12. Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

<p>2005 (cont.)</p>	<p>21. Museu Nacional</p> <p>22. Núcleo de Pesquisa e Documentação (da UFRJ)</p> <p>23. Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo (CTCEA) e Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA) do Comando da Aeronáutica</p> <p>24. Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS</p> <p>25. Presidência da República (Arquivo Central)</p> <p>26. Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Rio de Janeiro - PFN/RJ</p> <p>27. Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (em liquidação)</p> <p>28. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres</p> <p>29. Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio de Janeiro – SRRJ/DPF</p> <p>30. Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS (em situação de descontinuidade)</p> <p>31. Universidade Federal do Acre - UFAC</p> <p>b) acompanhamento CPAD:</p> <p>1. Academia Nacional de Polícia - ANP</p> <p>2. Advocacia Geral da União - AGU</p> <p>3. Agência Nacional de Águas - ANA</p> <p>4. Agência Nacional de Cinema – ANCINE (tratamento técnico e a destinação do acervo documental da EMBRAFILME - Distribuidora de Filmes S.A e do Conselho Nacional de Cinema - CONCINE, órgãos extintos)</p> <p>5. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA</p> <p>6. Banco Central do Brasil - BACEN</p> <p>7. Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN</p> <p>8. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT (em liquidação)</p> <p>9. Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU (extinta)</p>	
--------------------------------	--	--

<p>2005 (cont.)</p>	<p>10. Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ 11. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais – GRA/MF/MG 12. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Ceará – GRA/MF/CE 13. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Mato Grosso – GRA/MF/MT 14. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Mato Grosso do Sul – GRA/MF/MS 15. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro – GRA/MF/RJ 16. Imprensa Nacional - IN 17. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT 18. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA 19. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN 20. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS 21. Instituto UFV de Seguridade Social - AGROS 22. Ministério da Fazenda 23. Ministério da Integração Nacional 24. Ministério da Justiça 25. Ministério da Previdência Social 26. Ministério da Saúde 27. Ministério das Relações Exteriores 28. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 29. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 30. Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO 31. Universidade Federal de Goiás - UFG 32. Universidade Federal de São João del Rei 33. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO 34. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ 35. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFGRS</p>
--------------------------------	--

RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO ARQUIVO NACIONAL: orientação técnica no âmbito da gestão de documentos

ano	Relação nominal de órgãos do PEF	Relação nominal de órgãos de outros Poderes e esferas de governo e de entidades privadas
2006	<p>a) assistência técnica em GD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Abrigo Cristo Redentor (integrava a extinta LBA) 2. Agência Brasileira de Inteligência - ABIN 3. Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 4. Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 5. Agência Nacional de Saúde Complementar - ANS 6. Agência Nacional do Petróleo - ANP 7. Caixa Econômica Federal - CAIXA 8. Casa Civil da Presidência da República (Arquivo Central) 9. Centrais de Abastecimento da Amazônia S.A. - CEASA/AM em liquidação 10. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil 11. Centro de Microfilmagem de Documentos do Ministério da Saúde - CMD / MS 12. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro - CEFET / RJ 13. Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE em liquidação 14. Comissão de Contingência da Secretaria de Receita Previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social 15. Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco - CHESF 16. Companhia Siderúrgica da Amazônia - SIDERAMA (extinta) 17. Conselho de Recursos do Ministério da Previdência Social 18. Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia - CREMEB 19. Departamento de Polícia Federal - DPF 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arquivo Público do Estado do Mato Grosso - APMT 2. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ 3. Arquivo Público Municipal de Petrolina 4. Associação das Pioneiras Sociais (Unidade de São Luiz e Unidade Fortaleza, e o tratamento técnico e a destinação do acervo documental da Fundação Pioneiras Sociais) 5. Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais (12º BPMG) 6. Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea - CPDOC 7. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso - TJMT 8. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ 9. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ 10. Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São João Batista de Niterói

<p>2006 (cont.)</p>	<p>20. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte - DNIT 21. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT 22. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA 23. Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB 24. Fundação Nacional do Índio - FUNAI 25. Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS 26. Gerência Regional do Patrimônio da União no Rio de Janeiro GRPU / RJ 27. Instituto Benjamin Constant - IBC 28. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 29. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA 30. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA 31. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA 32. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO 33. Instituto Nacional do Seguro Social (Auditoria no Estado do Rio de Janeiro) 34. Ministério da Ciência e Tecnologia 35. Ministério das Comunicações 36. Ministério das Minas e Energia 37. Ministério dos Transportes 38. Departamento de Polícia Rodoviária Federal – 8ª Superintendência regional em Santa Catarina - DPRF/SRSC/8ª 39. Presidência da República (Biblioteca do Palácio do Alvorada) 40. Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (em liquidação) 41. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres 42. Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS (em situação de descontinuidade) 43. Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP 44. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO 45. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ</p>	
---------------------------------------	--	--

<p>2006 (cont.)</p>	<p>b) acompanhamento CPAD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Academia Nacional de Polícia - ANP 2. Advocacia Geral da União - AGU 3. Agência Nacional de Águas - ANA 4. Agência Nacional de Cinema – ANCINE (tratamento técnico e a destinação do acervo documental dos extintos EMBRAFILME - Distribuidora de Filmes S.A e Conselho Nacional de Cinema – CONCINE, órgãos extintos) 5. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA 6. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT (em liquidação e responsável pelo tratamento técnico e pela destinação do acervo da extinta Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU) 7. Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB 8. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ 9. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal - GRA/MF/DF 10. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Acre – GRA/MF/AC 11. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais – GRA/MF/MG 12. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Ceará - GRA/MF/CE 13. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Mato Grosso – GRA/MF/MT 14. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Mato Grosso do Sul - GRA/MF/MS 15. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro - GRA/MF/RJ 16. Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no
--------------------------------	--

<p>2006 (cont.)</p>	<p>Estado do Pará - GRA/MF/PA</p> <p>17. Imprensa Nacional - IN</p> <p>18. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT</p> <p>19. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA</p> <p>20. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA</p> <p>21. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN</p> <p>22. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS</p> <p>23. Ministério da Fazenda</p> <p>24. Ministério da Integração Nacional</p> <p>25. Ministério da Justiça</p> <p>26. Ministério da Previdência Social</p> <p>27. Ministério da Saúde</p> <p>28. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior</p> <p>29. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão</p> <p>30. Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO</p> <p>31. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ</p> <p>32. Universidade Federal de Goiás - UFG</p> <p>33. Universidade Federal de São João del Rei</p> <p>34. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS</p>	
--------------------------------	--	--

APÊNDICE F

Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que receberam orientação técnica do Arquivo Nacional na área de gestão de documentos no período de 1996 a 2006

Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que receberam orientação técnica do Arquivo Nacional na área de gestão de documentos no período de 1996 a 2006

Relação nominal	Natureza Jurídica		
	AD	AI	OE/EL
Abrigo Cristo Redentor (integrava a extinta LBA)			X
Academia Nacional de Polícia (ANP/DPF/MJ)	X		
Advocacia Geral da União (AGU)	X		
Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)	X		
Agência Espacial Brasileira (AEB)	X		
Agência Nacional de Águas (ANA)		X	
Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)		X	
Agência Nacional de Cinema (ANCINE)		X	
Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)		X	
Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS)		X	
Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)		X	
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)		X	
Agência Nacional do Petróleo (ANP)		X	
Arquivo Histórico do Exército	X		
Arquivo Nacional (AN)	X		
Banco Central do Brasil (BACEN)		X	
Biblioteca Nacional (BN)		X	
Caixa Econômica Federal		X	
Casa Civil da Presidência da República	X		
Casa Militar da Presidência da República	X		
Centrais de Abastecimento da Amazônia S.A.			X
Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRAS		X	
Centrais Elétricas do Sul S.A - ELETROSUL		X	
Centro de Medicina Aero - Espacial - CEMAL	X		
Centro de Memória da Eletricidade no Brasil		X	
Centro de Referência de Arquivos Privados Presidenciais	X		
Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná		X	
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro		X	
Colégio Militar	X		
Comando da Aeronáutica	X		
Comando da Marinha	X		
Comando do Exército	X		
Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial		X	
Comissão de Contingência da Secretaria de Receita Previdenciária do INSS		X	
Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)		X	

Relação nominal	Natureza Jurídica		
	AD	AI	OE/EL
Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)		X	
Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE)			X
Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (LLOYDBRAS)			X
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)		X	
Companhia Siderúrgica da Amazônia (SIDERAMA)			X
Conselho de Recursos do Ministério da Previdência Social	X		
Conselho Federal de Medicina		X	
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		X	
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro		X	
Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia		X	
Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ)		X	
Controladoria Geral da União (CGU)	X		
CTCEA e CISCEA do Comando da Aeronáutica	X		
Delegacia [de Administração] do Ministério da Fazenda [em MT]	X		
Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Santa Maria (RS)	X		
Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro	X		
Delegacia de Polícia Federal de Londrina (SRPF/PR)	X		
Delegacia do Ministério da Educação no Rio de Janeiro	X		
Delegacia Federal de Agricultura em Goiás	X		
Delegacia Federal de Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro	X		
Delegacia Federal de Controle	X		
Departamento de Marinha Mercante da Secretaria de Transportes Aquaviários	X		
Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Distrito Federal	X		
Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro	X		
Departamento de Polícia Federal	X		
Departamento de Polícia Rodoviária Federal – 1º Distrito Regional	X		
Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina - 8ª Superintendência Regional	X		
Departamento do Café em Londrina	X		
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – 5º Distrito – BA	X		

Relação nominal	Natureza Jurídica		
	AD	AI	OE/EL
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)	X		
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT)	X		
Departamento Nacional de Produção Mineral	X		
Departamento Nacional de Produção Mineral em Goiás (DNPM/GO)	X		
Diretoria de Serviços Cartográficos do Comando do Exército	X		
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)		X	
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)		X	
Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT)			X
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB)		X	
Escola de Administração Fazendária (ESAF)	X		
Escola Técnica Federal de Mato Grosso(ETFMT)		X	
Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP)		X	
Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE)		X	
Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)		X	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)		X	
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)		X	
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)		X	
Fundação Nacional da Saúde (FUNASA)		X	
Fundação Nacional de Arte (FUNARTE)		X	
Fundação Nacional de Educação (FNDE)		X	
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)		X	
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)		X	
Fundação Roquette Pinto			X
Fundo Nacional do Meio Ambiente	X		
Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS)		X	
Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Acre	X		
Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Ceará	X		
Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal	X		
Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso do Sul	X		
Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso	X		

Relação nominal	Natureza Jurídica		
	AD	AI	OE/EL
Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Pará	X		
Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro	X		
Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais	X		
Gerência Regional do Patrimônio da União no Rio de Janeiro	X		
Hospital da Lagoa (MS)	X		
Hospital dos Servidores do Estado (MS)	X		
Hospital Geral do Andaraí (MS)	X		
Imprensa Nacional (IN)	X		
Instituto Benjamin Constant	X		
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)		X	
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA)		X	
Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)		X	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)		X	
Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)		X	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)		X	
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)		X	
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)		X	
Instituto Nacional do Câncer (INCa)	X		
Instituto Phillippe Pinel	X		
Instituto Univ. Federal de Viçosa de Seguridade Social (AGROS)		X	
Jardim Botânico do Rio de Janeiro		X	
Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE)	X		
Ministério da Agricultura	X		
Ministério da Ciência e Tecnologia	X		
Ministério da Cultura	X		
Ministério da Defesa	X		
Ministério da Educação	X		
Ministério da Fazenda	X		
Ministério da Integração Nacional	X		
Ministério da Justiça	X		
Ministério da Previdência e Assistência Social	X		
Ministério da Saúde	X		
Ministério das Comunicações	X		

Relação nominal	Natureza Jurídica		
	AD	AI	OE/EL
Ministério das Minas e Energia	X		
Ministério das Relações Exteriores	X		
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	X		
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	X		
Ministério do Trabalho e Emprego	X		
Ministério dos Transportes	X		
Museu de Astronomia e Ciências Afins	X		
Museu do Índio		X	
Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS)		X	
Presidência da República	X		
Procuradoria da Fazenda Nacional no RJ	X		
Programa Grande Carajás (sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional)	X		
Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A.			X
Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA)			X
Secretaria de Estado e Administração e Patrimônio/Departamento de Liquidações	X		
Secretaria da Receita Federal	X		
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	X		
Secretaria de Previdência Complementar	X		
Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial	X		
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	X		
Serviço Federal de Processamento de Dados		X	
Superintendência da Zona Franca de Manaus		X	
Telecomunicações Brasileiras S.A.			X
Telecomunicações do Paraná S.A.			X
Universidade Federal da Paraíba		X	
Universidade Federal de Goiás		X	
Universidade Federal de Lavras		X	
Universidade Federal de Ouro Preto		X	
Universidade Federal de São João Del Rei		X	
Universidade Federal do Acre		X	
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro		X	
Universidade Federal do Rio de Janeiro		X	
Universidade Federal do Rio Grande do Sul		X	
Universidade Federal Fluminense		X	
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro		X	

Apêndice G

Órgãos de outros Poderes e esferas de Governo e entidades privadas que receberam assistência técnica do Arquivo Nacional no âmbito da gestão de documentos de 1996 a 2006

**Órgãos de outros Poderes e esferas de Governo e entidades privadas
que receberam assistência técnica do Arquivo Nacional no âmbito da gestão de documentos de 1996 a 2006**

Relação nominal	Natureza jurídica						
	PLF	PJF	OPE	OPM	Ent.Priv.	outras	
Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia)			X				
Arquivo Estadual de Tocantins			X				
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)				X			
Arquivo Municipal de Três Corações				X			
Arquivo Público de Alagoas			X				
Arquivo Público do Acre			X				
Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)			X				
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo			X				
Arquivo Público do Estado do Mato Grosso (APMT)			X				
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)			X				
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul			X				
Arquivo Público Municipal de Manaus				X			
Arquivo Público Municipal de Petrolina				X			
Assembléia Legislativa do Tocantins			X				
Associação Baiana de Beneficência					X		
Associação Brasileira de Encadernação e Restauro					X		
Associação das Pioneiras Sociais =REDE SARAH						X	
Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul			X				
Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais (12º BPMG)			X				
Câmara Municipal de São Paulo				X			
Casa Affonso Arinos					X		

Relação nominal	Natureza jurídica						
	PLF	PJF	OPE	OPM	Ent.Priv.	outras	
Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade					X		
Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho (UERJ)			X				
Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea					X		
Companhia Siderúrgica Nacional – CSN					X		
Conselho de Justiça Federal (Centro de Estudos Judiciários)		X					
Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro – CBERJ			X				
Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro			X				
Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro					X		
Departamento de Trânsito do RJ – DETRAN/RJ			X				
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade S.A.					X		
Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária			X				
Faculdade de Macapá			X				
Federação Brasileira de Hospitais					X		
Firma CRASE-SIGM					X		
FLUMITRENS			X				
Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima					X		
Fundação Memória de Santos					X		
Fundação Pró-Memória de Indaiatuba				X			
Governo do Distrito Federal			X				
Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Portugal)						X	
Instituto Fayga Ostrower					X		
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios						X	
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul						X	
Ministério Público Estadual Paraíba						X	
Ministério Público Federal						X	
Movimento dos Sem Terras (MST)						X	

Relação nominal	Natureza jurídica						
	PLF	PJF	OPE	OPM	Ent.Priv.	outras	
Museu Café Filho, Natal (RN)			X				
Museu Casa de Costa e Silva, Taquari (RS)				X			
Museu Histórico de Pará de Minas				X			
Núcleo Básico de Consultoria e Informática					X		
Ofício de Notas da Capital do Estado do Rio de Janeiro (1º)						X	
Ofício de Notas da Capital do Estado do Rio de Janeiro (2º)						X	
Ponte S.A.					X		
Pontifícia Universidade Católica de Campinas					X		
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP					X		
Procuradoria Regional da República em São Paulo							X
PRODASEN	X						
Secretaria de Administração de Poços de Caldas – MG				X			
Secretaria de Administração do Estado do Rio de Janeiro			X				
Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará			X				
Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco			X				
Secretaria de Saúde do Estado do Ceará			X				
Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro			X				
Secretaria Municipal de Petrópolis				X			
Senado Federal	X						
Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba				X			
Serviço Nacional do Comércio – SENAC					X		
SLL Consultoria					X		
Supremo Tribunal Federal		X					
Tempo Glauber					X		
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso			X				
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro			X				

Relação nominal	Natureza jurídica						
	PLF	PJF	OPE	OPM	Ent.Priv.	outras	
Tribunal Regional do Trabalho – 22ª Região		X					
Tribunal Regional do Trabalho (TRT)		X					
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA		X					
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TER-PB		X					
Tribunal Regional Eleitoral do DF – TRE-DF		X					
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo – TRE-ES		X					
Tribunal Superior de Justiça		X					
Tribunal Superior do Trabalho (TST)		X					
Tribunal Superior do Trabalho (TST)		X					
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)			X				
Universidade do Uruguai						X	
Universidade Estadual Vale do Acaraú – Sobral (CE)			X				
Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São João Batista de Niterói					X		

Observações:

PLF = Poder Legislativo Federal

PJF = Poder Judiciário Federal

OPE = órgão do poder público estadual

OPM = órgão do poder público municipal

Ent. Priv. = entidades privadas

Outras = outra natureza jurídica, p.ex.: instituição internacional, entidade de serviço social autônomo (instituição pública não-estatal brasileira), órgãos autônomos na estrutura do Estado e do extra-judicial.

APÊNDICE H

**Publicação de Editais de Ciência de Eliminação de Documentos no D.O.U
pelos órgãos e entidades do PEF**

Publicação de Editais de Ciência de Eliminação de Documentos no D.O.U. pelos órgãos e entidades do PEF
(de acordo com pesquisa feita no D.O.U, tanto nos Diários impressos como na versão on-line)

Anos	Órgãos do PEF	Data da publicação do Edital no D.O.U (nº e seção)	Observações
1996	FIOCRUZ (*)	18/10/1996, nº 203, Seção 3	(*) de acordo com a Resolução nº5/1996 do CONARQ
1997	MCIT(**)	02/06/1997, nº102, Seção 3	(**) documentos do extinto IAA
1998	DNPM (6º Distrito/GO) MPAS	10/08/1998, nº151, Seção 1 (***) 18/11/1998, nº 221, Seção 3	(***) Portaria DG do AN autoriza a eliminação, não foi encontrada data de publicação do Edital
1999	FIOCRUZ MPAS REMEC-RJ IN MAST	17/06/1999, nº114-E, Seção 3 13/08/1999, nº 155, Seção 3 20/08/1999, nº 160, Seção 3 26/11/1999, nº 226-E, Seção 3 29/12/1999, nº249, Seção 3	- não consta a aprovação do AN - não consta a aprovação do AN
2000	-	-	-
2001	FIOCRUZ MPAS	17/08/2001, nº 158-E, Seção 3 28/08/2001, nº 165, Seção 3	

Anos	Órgãos do PEF	Data da publicação do Edital no D.O.U (nº e seção)	Observações
2002	MDICEx MD/ Comando do Exército IPHAN / 6ª SR	11/04/2002, nº 213, Seção 3 04/07/2002, nº 127, Seção 3 18/11/2002, nº 222, Seção 3	- não consta aprovação do AN
2003	LLOYDBRAS (extinta) SUSEP MJ CREA-SC FIOCRUZ / CPAM EMBRAPA FIOCRUZ / CPRR GEIPOT (em liquidação) MDICEx AGEF (extinta) FIOCRUZ / FAR Manguinhos Arquivo Nacional Univ. Federal de São João del Rei	03/02/2003, nº 24, Seção 3 10/02/2003, nº 29, Seção 3 14/03/2003, nº 51, Seção 3 31/03/2003, nº 62, Seção 3 31/03/2003, nº 62, Seção 3 11/04/2003, nº 71, Seção 3 30/05/2003, nº 103, Seção 3 26/06/2003, nº 121, Seção 3 07/07/2003, nº 128, Seção 3 10/07/2003, nº 131, Seção 3 26/09/2003, nº 187, Seção 3 05/11/2003, nº 215, Seção 3 13/11/2003, nº 221, Seção 3	- não consta aprovação do AN - não consta aprovação do AN - não consta aprovação do AN - não consta aprovação do AN
2004	FIOCRUZ MDICEx MD / Comando do Exército FIOCRUZ / IOC (2 editais) GEIPOT (em liquidação) MDICEx MD / Comando do Exército ANP / DPF GRA / MF / CE	09/02/2004, nº 27, Seção 3 09/02/2004, nº 27, Seção 3 11/02/2004, nº 29, Seção 3 13/02/2004, nº 31, Seção 3 22/06/2004, nº 118, Seção 3 29/06/2004, nº 123, Seção 3 20/07/2004, nº 138, Seção 3 29/07/2004, nº 145, Seção 3 19/10/2004, nº 201, Seção 3	- não consta aprovação do AN - não consta aprovação do AN - não consta aprovação do AN - não consta aprovação do AN

Anos	Órgãos do PEF	Data da publicação do Edital no D.O.U (nº e seção)	Observações
2005	ANP / DPF IBICT MDICEx GRA / MF / MT GRA / MF / MS FIOCRUZ CREA-SC MD / Comando do Exército Universidade Federal de São João del Rei INSS / Ger.-Ex. em Divinópolis ANCINE	22/04/2005, nº 76, Seção 3 05/05/2005, nº 85, Seção 3 09/05/2005, nº 87, Seção 3 03/08/2005, nº 148, Seção 3 04/08/2005, nº 149, Seção 3 10/08/2005, nº 153, Seção 3 19/08/2005, nº 160, Seção 3 25/10/2005, nº 205, Seção 3 17/10/2005, nº 199, Seção 3 21/11/2005, nº 222, Seção 3 01/12/2005, nº 230, Seção 3	- não consta aprovação do AN - não consta aprovação do AN - não consta aprovação do AN
2006	SARAH Fortaleza SARAH São Luís ANCINE MD / Comando do Exército CREA-SC FIOCRUZ / Dirad FIOCRUZ / FAR Manguinhos AGU SUSEP MDICEx	17/07/2006, nº 135, Seção 3 17/07/2006, nº 135, Seção 3 25/09/2006, nº 184, Seção 3 13/10/2006, nº 197, Seção 3 18/10/2006, nº 200, Seção 3 23/11/2006, nº 224, Seção 3 27/11/2006, nº 226, Seção 3 27/11/2006, nº 226, Seção 3 e 14/12/2006, nº 239, Seção 3 14/02/2006, nº 239, Seção 3 26/12/2006, nº 246, Seção 3	- não consta aprovação do AN - não consta aprovação do AN - edital republicado para retificação - não consta aprovação do AN
	28 órgãos publicaram Editais	58 Editais foram publicados	19 Editais publicados não constam a aprovação do AN